

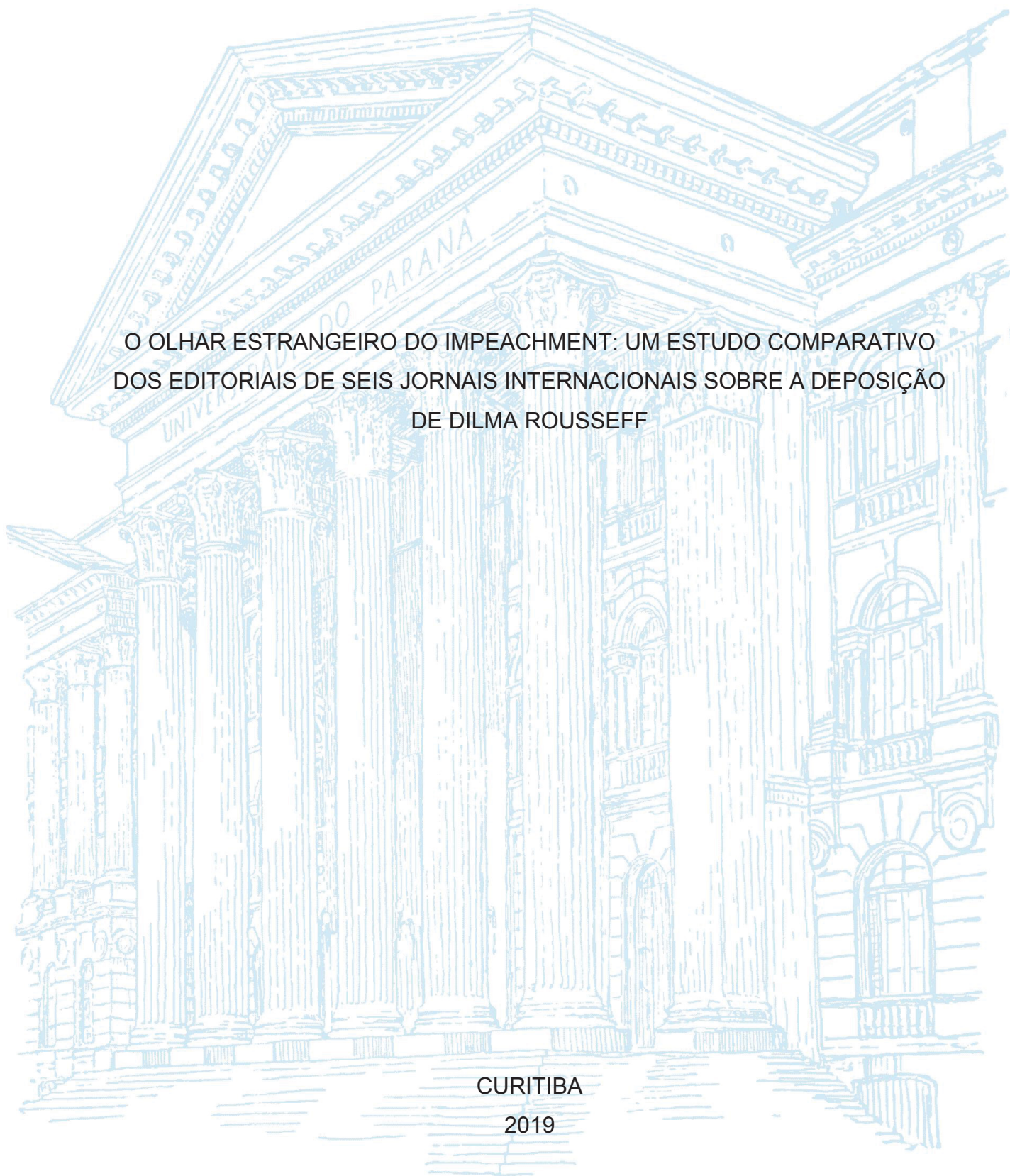
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENATO SORDI TOLENTINO DA SILVA

O OLHAR ESTRANGEIRO DO IMPEACHMENT: UM ESTUDO COMPARATIVO
DOS EDITORIAIS DE SEIS JORNAIS INTERNACIONAIS SOBRE A DEPOSIÇÃO
DE DILMA ROUSSEFF

CURITIBA

2019



RENATO SORDI TOLENTINO DA SILVA

O OLHAR ESTRANGEIRO DO IMPEACHMENT: UM ESTUDO COMPARATIVO
DOS EDITORIAIS DE SEIS JORNAIS INTERNACIONAIS SOBRE A DEPOSIÇÃO
DE DILMA ROUSSEFF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio

CURITIBA

2019

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

Silva, Renato Sordi Tolentino da
O olhar estrangeiro do impeachment: um estudo comparativo dos editoriais de seis jornais internacionais sobre a deposição de Dilma Rousseff./ Renato Sordi Tolentino da Silva. – Curitiba, 2019.
178 f.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

1. Comunicação. 2. Comunicação política - mídias digitais. 3. Jornalismo- Aspectos políticos. I. Título.

CDD 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
40001016071P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RENATO SORDI TOLENTINO DA SILVA** intitulada: **O OLHAR ESTRANGEIRO DO IMPEACHMENT: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS EDITORIAIS DE SEIS JORNAIS INTERNACIONAIS SOBRE A DEPOSIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF**, sob orientação do Prof. Dr. **RAFAEL CARDOSO SAMPAIO**, que após ter inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Julho de 2019.


RAFAEL CARDOSO SAMPAIO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


CARLA CANDIDA RIZZOTTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


PR DIÓGENES LYCARTÃO BARRETO DE SOUSA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ)

Este trabalho é dedicado a Vagner Alves Arantes.

A vida é feita de poucas certezas e muitos dar-se um jeito.
João Guimarães Rosa

Agora tenho 33 anos de idade e sinto que muito tempo passou e vai passando mais rápido a cada dia. Dia após dia preciso fazer todo tipo de escolhas sobre aquilo que é bom, importante e divertido, e depois preciso conviver com o confisco de todas as outras opções que essas escolhas eliminam. E começo a perceber que à medida que o tempo ganha ímpeto minhas escolhas vão se dar num campo mais estreito e as eliminações serão multiplicadas em ritmo exponencial até eu chegar a algum ponto de algum ramo qualquer dentre as suntuosas ramificações complexas da vida onde estarei completamente trancado e cravado num único caminho e o tempo passará voando por mim em fases de estase, atrofia e decadência até eu cair pela terceira vez, toda a luta em vão, afogado pelo tempo. É apavorante. Mas como serei trancado pelas minhas próprias escolhas, parece inevitável - se desejo ser adulto de algum jeito, preciso fazer escolhas e lamentar eliminações e tentar viver com isso.

David Foster Wallace

RESUMO

A mídia brasileira desempenhou papel fundamental no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, produzindo o ambiente político e instituindo a agenda a ser debatida na sociedade. No que tange à cobertura midiática, o processo não se limitou a um episódio corriqueiro do cotidiano político doméstico: o *impeachment* transbordou as fronteiras nacionais, sendo amplamente discutido pela mídia estrangeira. A deposição foi, portanto, um evento político transnacional. Neste sentido, considerando a abordagem formulada por Hallin e Mancini (2004) para comparação dos diferentes sistemas midiáticos, constituído por quatro dimensões; o grau de desenvolvimento do mercado midiático, paralelismo político, profissionalização do jornalismo e grau de intervenção do Estado no sistema midiático; o estudo analisa de que forma seis jornais internacionais, inseridos em sistemas midiáticos distintos, apresentaram em seus editoriais o processo de destituição da presidenta brasileira ocorrido em 2016. Para a operacionalização do trabalho, foi inventariado um conjunto de 42 editoriais publicados pelos jornais *El Mercurio*, *El País*, *Le Monde*, *Público*, *The Guardian* e *The New York Times* entre 1º de dezembro de 2015 e 1º de setembro de 2016. O estudo considera cada um texto como uma unidade de análise e formula duas análises complementares. Na primeira, verifica em que medida ocorreu a correlação entre os desdobramentos institucionais e sociais do processo com a publicação dos editoriais. Na segunda, a partir da Análise de Conteúdo, identifica, descreve e compara os principais argumentos mobilizados pelos jornais para apresentar o processo, especificamente as opiniões relacionadas às motivações, efeitos, prováveis soluções, corrupção, a própria presidenta, legalidade e o período do pós-*impeachment*. A pesquisa identificou a crise econômica como a principal causa da deposição de Dilma; ao tempo em que os textos apontaram o aumento da polarização e a incerteza sobre o futuro da democracia, respectivamente, como as consequências do processo. A corrupção foi atribuída de forma mais intensa ao ex-presidente Lula e ao PT e aos articuladores do *impeachment* e a presidenta foi qualificada em três frentes: não pesa contra Dilma acusações de enriquecimento ilícito ou desvios éticos, mas foi negligente com corrupção, e despreparada para o cargo. Quanto ao pós-*impeachment*, foi observada uma tendência dos editoriais em defender a retomada econômica e o combate à corrupção. A pesquisa identificou ainda que, de forma heterogênea, os jornais defenderam a realização de novas eleições como solução para a crise e questionaram a legitimidade do processo, enfatizando as contradições do processo.

Palavras-chave: Jornalismo político; Comunicação e Política; Editorial; *Impeachment*; Paralelismo político; Sistemas midiáticos.

ABSTRACT

Brazilian media played a key role in the impeachment of President Dilma Rousseff, producing the political environment and instituting the agenda to be debated in society. As far as media coverage is concerned, the process was not limited to an ordinary episode in domestic politics: the impeachment overflowed national boundaries and was widely discussed by foreign media. Deposition was therefore a transnational political event. In this sense, considering the approach formulated by Hallin and Mancini (2004) for comparison of the different media systems, consisting of four dimensions; the degree of development of the media market, political parallelism, professionalism of journalism and the degree of state intervention in the media system; the study analyzes how six international newspapers, inserted in different media systems, presented in their editorials the process of removal of the Brazilian president occurred in 2016. For the operationalization of the work, a set of 42 editorials published by the newspapers El Mercury, El País, Le Monde, Público, The Guardian and The New York Times between December 1, 2015 and September 1, 2016. The study identified the economic crisis as the main cause of Dilma's deposition; at the same time the texts pointed to the increase in polarization and uncertainty about the future of democracy, respectively, as the consequences of the process. Corruption was attributed more intensely to former President Lula and PT and to the articulators of the impeachment. The president was qualified on three fronts: was not personally corrupt, was negligent with corruption, and unprepared for the position. About the post-impeachment, there was a tendency of the editorials to defend the economic recovery and the fight against corruption. The research also identified that, in a heterogeneous way, the newspapers defended new elections as a solution to the crisis and questioned the legitimacy of the process, emphasizing the contradictions of the process.

Palavras-chave: Political journalism; Communication and Policy; Editorial; Impeachment; Political parallelism; Media systems.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS EM RELAÇÃO ÀS VARIÁVEIS (%).....	117
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL CAUSAS NOS JORNAIS (%).....	118
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL CORRUPÇÃO NOS JORNAIS (%).....	119
GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL DILMA NOS JORNAIS (%)	120
GRÁFICO 5 – DISTRITUIÇÃO DA VARIÁVEL PÓS- <i>IMPEACHMENT</i> NOS JORNAIS (%).....	121

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TRÊS MODELOS DOS SISTEMAS DE MÍDIA.....	28
QUADRO 2 – TRÊS MODELOS DOS SISTEMAS POLÍTICOS	29
QUADRO 3 – SISTEMAS DE MÍDIA E POLÍTICA: MODELOS ORIGINAIS X TIPOS EMPÍRICOS... 33	
QUADRO 4 – LISTAGEM DOS EDITORIAIS ANALISADOS	64
QUADRO 5 – DESDOBRAMENTOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO <i>IMPEACHMENT</i>	65
QUADRO 6 – VARIÁVEIS E CATEGORIAS CRIADAS PARA ANÁLISE	67
QUADRO 7 – LINHA DO TEMPO DO <i>IMPEACHMENT</i> X <i>EL MERCURIO</i>	72
QUADRO 8 – LINHA DO TEMPO DO <i>IMPEACHMENT</i> X <i>EL PAÍS</i>	73
QUADRO 9 – LINHA DO TEMPO DO <i>IMPEACHMENT</i> X <i>LE MONDE</i>	75
QUADRO 10 – LINHA DO TEMPO DO <i>IMPEACHMENT</i> X PÚBLICO	77
QUADRO 11 – LINHA DO TEMPO DO <i>IMPEACHMENT</i> X <i>GUARDIAN</i>	79
QUADRO 12 – LINHA DO TEMPO DO <i>IMPEACHMENT</i> X <i>NYT</i>	80
QUADRO 13 – A ROTINA DE PUBLICAÇÃO DOS EDITORIAIS.....	83
QUADRO 14 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO <i>EL MERCURIO</i>	85
QUADRO 15 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO <i>EL PAÍS</i>	91
QUADRO 16 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO <i>LE MONDE</i>	97
QUADRO 17 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO PÚBLICO	102
QUADRO 18 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO <i>GUARDIAN</i>	107
QUADRO 19 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO <i>NYT</i>	112

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ABORDAGEM EXPLORATÓRIA DOS EDITORIAIS SOBRE O IMPEACHMENT	60
TABELA 2 – JORNAIS SELECIONADOS PARA A PESQUISA.....	60
TABELA 3 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO <i>EL MERCURIO</i>	85
TABELA 4 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO <i>EL PAÍS</i>	90
TABELA 5 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO <i>LE MONDE</i>	97
TABELA 6 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO PÚBLICO	101
TABELA 7 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO <i>GUARDIAN</i>	106
TABELA 8 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO <i>NYT</i>	111

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CIA	- <i>Central Intelligence Agency</i>
FT	- Financial Times
FSP	- Folha de S. Paulo
LRF	- Lei de Responsabilidade Fiscal
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
NYT	- <i>The New York Times</i>
OESP	- O Estado de S. Paulo
PT	- Partido dos Trabalhadores
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
STF	- Supremo Tribunal Federal
PF	- Polícia Federal
PP	- Partido Progressista
PIB	- Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 INTERAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA	21
1.1 PARALELISMO POLÍTICO – A ORIGEM.....	21
1.2 AS QUATRO DIMENSÕES DOS SISTEMAS MUDIÁTICOS	24
1.3 O CASO BRASILEIRO	37
2 JORNALISMO POLÍTICO, OPINIÃO E <i>IMPEACHMENT</i>	39
2.1 EDITORIAL – LUGAR DE FALA DA EMPRESA MUDIÁTICA.....	40
2.2 A DEPOSIÇÃO – UMA REVISÃO	47
2.3 A MÍDIA NACIONAL DO <i>IMPEACHMENT</i>	52
3 METODOLOGIA E ANÁLISE	59
3.1 PREPARAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	59
3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	63
3.3 SOBRE OS JORNAIS	67
3.4 A ROTINA DA DEPOSIÇÃO NOS EDITORIAIS	71
3.5 ANÁLISES	84
3.5.1 <i>El Mercurio</i>	84
3.5.2 <i>El País</i>	90
3.5.3 <i>Le Monde</i>	97
3.5.4 Público.....	101
3.5.5 <i>The Guardian</i>	106
3.5.6 <i>New York Times</i>	111
3.6 DISCUSSÕES	117
CONCLUSÕES	124
REFERÊNCIAS	130
ANEXO 1 – ANÁLISE QUANTITATIVA: MAPA DOS RESULTADOS	135
ANEXO 2 – ÍNTEGRA ORIGINAL DOS EDITORIAIS	137

INTRODUÇÃO

Em 31 de agosto de 2016, o Senado aprovou o *impeachment* de Dilma Rousseff¹ e interrompeu precocemente o segundo mandato da presidenta brasileira. Ela havia sido reeleita em outubro de 2014 com mais de 54 milhões de votos². O *impeachment* marcou o aprofundamento de uma crise que interrompeu uma sequência de duas décadas de estabilidade política no Brasil (NUNES E MELO, 2017). Ao mesmo tempo, houve no país um intenso debate sobre a legalidade do processo. Pesquisadores dos campos da Comunicação e da Ciência Política classificaram a destituição como golpe parlamentar (SANTOS, 2017; SANTOS; GUARNIERI, 2016; SOUZA, 2016).

A mídia desempenhou papel de destaque na destituição (ALBUQUERQUE, 2017; ALMEIDA, 2016, MIGUEL, 2017; GOLDSTEIN, 2016; FERES; SASSARA, 2016). Os principais jornais, revistas e redes de televisão engajaram-se em operacionalizar o desgaste político de Dilma, bem como deslegitimar o governo, promovendo uma cruzada moral em que a ética da prática jornalística foi transgredida (MIGUEL, 2017). As organizações midiáticas produziram o ambiente público, instituindo a agenda a ser discutida pela sociedade, os personagens e os enquadramentos (MIGUEL, 2017). Ao lançar mão da influência política, a mídia engajou-se na campanha em favor do afastamento como forma de solucionar os problemas políticos e econômicos enfrentados pelo país, conspirando contra a ordem democrática (ALBUQUERQUE, 2017).

O engajamento da mídia nacional em favor do *impeachment* revelou-se, entre outras maneiras, nos editoriais publicados por *quality papers* durante o processo, que teve início formal em 1º de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou denúncia de crime de responsabilidade apresentada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. Van Dijk (2017) constatou que o jornal O Globo manipulou, em seus editoriais, sistematicamente, os leitores, a opinião pública e a elite política, utilizando estratégias de manipulação como derrogação léxica; acusações seletivas;

¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff>. Acesso em: 15 agosto 2018.

² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em: 15 agosto 2018.

pressuposições; desaprovações; apresentação positiva do STF, PF, Operação Lava Jato e do juiz Sérgio Moro; suspeições e acusações como fatos consumados; generalizações; números manipulados; entre outros. Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018) identificaram que Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo preocuparam-se em referendar o processo e começaram a pautar o afastamento em editoriais, antes mesmo da ação ter início formal. Rodrigues (2018) observou que o histórico de atuação dos jornais O Globo, FSP, OESP, Estado de Minas, Correio Braziliense e Zero Hora em processos de desestabilização de governos permanece atual.

Os editoriais revelam a opinião oficial da empresa midiática sobre os assuntos mais importantes que estão sendo debatidos em determinado momento, na sociedade. No caso das grandes empresas jornalísticas, o editorial revela mais do que a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões dos diferentes grupos que participam, em alguma medida, da propriedade do veículo de comunicação (MARQUES DE MELO, 2003). Enquanto na cobertura noticiosa as empresas jornalísticas reivindicam a condição de imparcialidade e objetividade, nos editoriais os jornais deixam de lado a premissa da isenção e passam a adotar posicionamentos claros a respeito da política (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015). O editorial também contribui para a formação da opinião pública, operando na tematização do debate público, bem como no papel de mediador de temas polêmicos e embates que ocorrem na sociedade (MORAES, 2007). O texto editorial configura-se, portanto, na carta de apresentação e no ambiente de identificação ideológica dos meios de comunicação, especialmente da imprensa escrita (MORENO, 2003).

Em 2016, a atenção da imprensa internacional estava voltada, em boa medida, ao Brasil. Quatro anos antes, o país havia alcançado o posto de sexta economia mundial³. No contexto geopolítico, o governo brasileiro atuava de forma ativa no grupo político de cooperação BRICS⁴ e mantinha papel de líder na América

³ Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2012/mar/06/brazil-economy-worlds-sixth-largest>. Acesso em: 15 agosto 2018.

⁴ A VI Cúpula do BRICS foi realizado em Fortaleza em 2014, quando o grupo criou o Novo Banco de Desenvolvimento, com capital inicial autorizado de R\$ 100 bilhões. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5704-vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014>. Acesso em: 15 agosto 2018.

Latina. Da mesma forma, o país havia recebido a Copa do Mundo de 2014⁵ e sediaria, naquele ano, as Olimpíadas no Rio de Janeiro⁶. Considerando que o Brasil havia se consolidado, nas últimas décadas, como um protagonista na economia e na geopolítica global, o processo que resultou na destituição da presidenta brasileira, bem como os desdobramentos políticos, econômicos e sociais, foi tema recorrente da cobertura noticiosa e opinativa da imprensa internacional, assim como de editoriais publicados por jornais de diferentes partes do mundo.

Assim, durante todo o processo, jornais de diversas partes do mundo publicaram editoriais sobre o *impeachment* da presidenta brasileira, de forma que as opiniões elencadas pelos veículos de comunicação internacionais, nos editoriais, foram amplamente divulgadas pela imprensa nacional. FSP⁷, O Globo⁸ e Valor Econômico⁹, por exemplo, repercutiram, nas suas coberturas noticiosas, as opiniões emitidas pela mídia estrangeira.

Os editoriais internacionais sobre a deposição também se tornaram objeto de estudo de pesquisadores da Comunicação e da Ciência Política. Guazina, Prior e Araújo (2018) identificaram, ao analisar editoriais dos jornais Público, *El País*, *The Guardian*, *Le Monde* e *New York Times*, publicados na última semana do *impeachment*, que os diários mostraram-se céticos quanto à legalidade do processo e indicaram que a deposição não ocorreu em razão dos fatos pelos quais a presidenta havia sido acusada, ao contrário do posicionamento dos *quality papers* nacionais, que referendaram o afastamento em seus editoriais.

No que se refere à cobertura midiática, o *impeachment* não se limitou a um episódio corriqueiro do cotidiano político doméstico (a destituição transbordou as fronteiras nacionais), sendo amplamente divulgado e discutido pela mídia estrangeira. O *impeachment* foi, portanto, um evento político transnacional. Dessa forma, a pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: quais foram os principais argumentos mobilizados pelos jornais internacionais, nos seus editoriais,

⁵ Disponível em: <https://www.fifa.com/worldcup/archive/brazil2014/index.html>. Acesso em: 15 agosto 2018.

⁶ Disponível em: <https://www.olympic.org/rio-2016>. Acesso em: 15 agosto 2018.

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770860-dilma-paga-preco-desproporcional-diz-the-new-york-times.shtml>. Acesso em: 27 fevereiro 2019.

⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-paga-preco-desproporcional-afirma-editorial-do-new-york-times-19299268>. Acesso em: 27 fevereiro 2019.

⁹ Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/4557555/em-editorial-el-pais-chama-impeachment-de-processo-irregular>. Acesso em: 27 fevereiro 2019.

para apresentar o processo de *impeachment* da Dilma Rousseff, especificamente as opiniões relacionadas às motivações, efeitos, prováveis soluções, corrupção, a própria presidenta, legalidade e o pós-*impeachment*?

Na obra *Four Theories of the Press*, sobre as interações entre mídia e política, Siebert, Peterson e Schramm (1956) propõem quatro teorias para entender os sistemas de mídia nas sociedades pós Segunda Guerra: autoritarismo, libertarismo, responsabilidade social e comunismo soviético. No autoritarismo, o estado ou a sociedade são os protagonistas dos sistemas midiáticos. No libertarismo, os cidadãos são percebidos como personagens principais, responsáveis pela formatação do estado e da sociedade. A teoria da responsabilidade social reconhece o poder e a relevância da mídia, a complexidade do mundo e a vulnerabilidade das pessoas, a tempo que convida as organizações midiáticas a se “autopoliciarem”. Nesse modelo, o estado não possui autonomia para supervisionar a mídia. Na teoria do comunismo soviético, as organizações midiáticas são controladas pelo estado, de forma que devem manter a estabilidade social e alcançar objetivos sociais (SEMETKO, 2015).

Hallin e Mancini (2004), na obra *Comparing Media Systems*, renovaram as discussões sobre as interações entre os sistemas midiáticos e políticos, utilizando o conceito de paralelismo político, proposto por Seymour-Ure (1974) e Blumler e Gurevitch (1995), como um dos pilares para a construção de um novo modelo comparativo. Assim, os autores formulam uma estrutura voltada para a comparação dos diferentes sistemas de mídia, constituída por quatro dimensões: (a) grau de desenvolvimento do mercado midiático, com ênfase nos pontos fortes e fracos dos veículos de comunicação de massa; (b) paralelismo político, que corresponde ao grau e natureza das conexões entre mídia e os partidos políticos, ou, de modo mais amplo, a forma como os sistemas de mídia refletem a divisão política na sociedade; (c) desenvolvimento da profissionalização do jornalismo; e (d) grau e natureza da intervenção do Estado no sistema de mídia sociedade. Ao aplicar o modelo comparativo a um grupo de 18 países, entre nações da Europa ocidental e aos Estados Unidos e Canadá, os autores elaboram três modelos de sistemas midiáticos: Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado, Corporativista Democrático ou Norte Europeu e Liberal ou Atlântico Norte (HALLIN, MANCINI; 2004).

O objetivo do estudo é analisar quais foram os principais argumentos mobilizados pelos jornais internacionais, nos seus editoriais, para apresentar o

processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, especificamente as opiniões relacionadas às motivações, efeitos, prováveis soluções, corrupção, a própria presidenta, legalidade e o pós-*impeachment*. Os objetivos específicos são: identificar, descrever e comparar os recursos argumentativos utilizados pelos jornais para apresentar o processo, observando recorrências e singularidades, e tencionando os achados à luz do *framework* formulado por Hallin e Mancini (2004) para comparação de sistemas midiáticos, constituído pelas quatro dimensões apontadas anteriormente.

Ao propor a análise dos editoriais de seis jornais inseridos em diferentes sistemas midiáticos ao redor do mundo, com atributos particulares no espectro das quatro dimensões do modelo comparativo proposto por Hallin e Mancini (2004), a saber: mercado midiático; paralelismo político; profissionalização do jornalismo e natureza da intervenção do Estado sobre o *impeachment*; o estudo pode contribuir com as discussões sobre os sistemas de mídia e políticos, especificamente a maneira com que determinadas organizações de mídia, inseridas nos mais variados sistemas, observam um evento político de relevância global ocorrido no exterior, nesse caso no Brasil, que, por sua vez, está inserido em um sistema midiático com suas próprias especificidades, conforme explica Albuquerque (2011).

Da mesma forma, ao estabelecer como objeto de estudo um acontecimento político ocorrido no Brasil – o *impeachment* da presidenta da República –, em perspectiva com a opinião editorial de seis grandes jornais, que, por sua vez, representam importantes conglomerados de mídia localizados, em sua maioria, na Europa e Estados Unidos, a pesquisa coopera para as discussões que tratam das mudanças no panorama internacional dos estudos de mídia (ALBUQUERQUE; LYCARIÃO, 2018).

Ao fornecer *inputs* para compor o quadro analítico a respeito do posicionamento da imprensa internacional sobre a deposição da presidenta brasileira, a pesquisa pode ainda contribuir para a compreensão da posição do país no cenário global e cooperar para a construção da imagem do país no exterior, considerando que, historicamente, o Brasil é apresentado na mídia internacional como uma “projeção de uma utopia cheia de estereótipos e clichês, nos quais prevalecem velhos modelos de representação, calcados na exploração de uma natureza exuberante e de costumes singulares frente ao olhar euro-americano” (BRASIL, 2012, p. 779).

Para a operacionalização do estudo foram inventariados 42 editoriais sobre o *impeachment* publicados, entre 1º de dezembro de 2015 e 1º de setembro de 2016, pelos jornais *El Mercurio*, do Chile; *El País*, da Espanha; *Le Monde*, da França; Público, de Portugal; *The Guardian*, do Reino Unido; e *The New York Times*, dos Estados Unidos. A opção em analisar esses jornais decorre do fato de que são veículos de comunicação vinculados a grandes conglomerados e possuem, em grande parte, tradição no jornalismo internacional. O período analisado corresponde entre o início formal do processo e a votação do afastamento em definitivo pelo Senado Federal. A coleta dos editoriais foi realizada a partir do *website* de cada veículo, por meio de página específica em que são publicados os editoriais, da localização de *tags* que identificam os textos ou, ainda, a partir do cruzamento de termos nos campos de buscas das plataformas.

Para cumprir os objetivos, o estudo formula duas análises complementares. Na primeira, verifica em que medida ocorreu a correlação entre a publicação dos editoriais e os desdobramentos institucionais e sociais do processo. Para tanto, a pesquisa relaciona a rotina de publicação dos textos, considerando as datas das publicações e o conteúdo, por meio de uma abordagem exploratória, aos acontecimentos do rito institucional e aos desdobramentos políticos, jurídicos e sociais do *impeachment*.

A segunda etapa consiste nas análises quantitativa e qualitativa, em que o trabalho identifica, descreve e compara os principais argumentos mobilizados pelos jornais para apresentar o *impeachment*. A partir dos procedimentos recomendados na metodologia de Análise de Conteúdo (NEUENDORF, 2002; KRIPPENDORFF, 2004; CARLOMAGNO; ROCHA, 2016), a pesquisa formulou sete variáveis: (a) causas, (b) efeitos, (c) solução, (d) corrupção, (e) Dilma, (f) legalidade, e (g) pós-*impeachment*. O trabalho também formulou, por meio do método indutivo, um conjunto de 24 categorias, que sustentam a análise qualitativa.

Assim, a pesquisa identificou a crise econômica como a principal causa da deposição de Dilma; ao mesmo tempo em que os textos apontaram o aumento da polarização e a incerteza sobre o futuro da democracia, respectivamente, como as consequências do processo. A corrupção foi atribuída, de forma mais intensa, ao ex-presidente Lula e ao PT e aos articuladores do *impeachment* e a presidenta foi qualificada nos editoriais em três frentes: (a) não pesa contra Dilma acusações de enriquecimento ilícito ou desvios éticos, (b) negligente com corrupção, por ter

nomeado Lula ministro para que ele pudesse obter foro privilegiado, e (c) despreparada para o cargo que ocupou. Quanto ao pós-*impeachment*, foi observada uma tendência em defender a retomada econômica e o combate à corrupção, respectivamente. A pesquisa identificou ainda que, de forma heterogênea, os jornais defenderam a realização de novas eleições como solução para a crise e questionaram a legitimidade do processo, enfatizando as contradições do processo.

O estudo está dividido em cinco partes. Após a Introdução, é apresentado o capítulo 1, que aborda a discussão sobre as conexões entre os sistemas políticos e midiáticos, em particular a estrutura formulada por Hallin e Mancini (2004) voltada para a comparação dos diferentes sistemas de mídia constituída por quatro dimensões: (a) grau de desenvolvimento do mercado midiático; (b) paralelismo político; (c) desenvolvimento da profissionalização do jornalismo; e (d) grau e natureza da intervenção do Estado no sistema de mídia sociedade. No capítulo 2, a pesquisa discorre sobre jornalismo e política, abordando o editorial enquanto instrumento que apresenta a opinião oficial das organizações midiáticas e através do qual as empresas atuam como atores políticos, além de apresentar as minúcias do *impeachment* de Dilma. O estudo prossegue no capítulo 3, momento em que são expostas as estratégias metodológicas, formuladas análises, apresentados os resultados e, na sequência, as Conclusões.

1 INTERAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA

Neste capítulo, a pesquisa dedica-se a visitar as discussões que tratam das conexões existentes, entre mídia e política, nas sociedades contemporâneas. Os estudos sobre o tema derivam do conceito de paralelismo político, formulado inicialmente por Seymour-Ure (1974), que trata das interações existentes entre os jornais e os partidos políticos na Europa. Ao utilizar as discussões formuladas por Seymour-Ure (1974), Blumler e Gurevitch (1995) e, mais tarde, Hallin e Mancini (2004) estabeleceram suas próprias teorias sobre as conexões existentes entre os sistemas midiáticos e sistemas políticos.

1.1 PARALELISMO POLÍTICO – A ORIGEM

O conceito de paralelismo político tem origem no livro *The Political Impact of Mass Media*, em que Seymour-Ure (1974) aponta três razões que mobilizam cientistas políticos a estudarem as relações entre jornais e partidos políticos na Europa, sendo: (a) o histórico de associação entre a imprensa e os sistemas partidários; (b) a imprensa exerce um papel que, direta ou indiretamente, conecta-se com os partidos políticos; (c) as funções dos partidos são altamente compatíveis com os atributos dos jornais. O autor, que utiliza o termo *party-press parallelism*, explica que a ligação entre partidos e jornais pode ser observada a partir de três dimensões: (a) organização, que ocorre quando a conexão consiste na propriedade e no gerenciamento de um jornal por um partido específico; (b) objetivos, que se revelam quando o posicionamento de determinado jornal converge com os objetivos de um partido político, ainda que não exista vínculo organizacional; (c) apoiadores, quando os leitores de determinado jornal são, majoritariamente, os apoiadores de determinado partido político. Nesse sentido, o paralelismo ocorre quando os jornais de determinada sociedade apresentam estreita ligação com um ou outro partido político nas três dimensões apresentadas, ao mesmo tempo que deve haver um equilíbrio na disposição entre o número de jornais e a força dos partidos:

Um jornal é definido como “paralelo” a um partido se estiver intimamente ligado a este partido por organização, lealdade aos objetivos partidários e partidarismo dos seus leitores. Um sistema de imprensa pode ser definido como paralelo quando tais conexões existem entre cada jornal e um partido. (...) Paralelismo completo existiria se todos os jornais estiverem ligados intimamente a um ou outro partido nas três dimensões; e quando o número de jornais no sistema for distribuído entre os partidos na proporção da força de cada partido (SEYMOR-URE, 1974, p. 174, tradução nossa).¹⁰

Ainda de acordo com Seymour-Ure (1974), para identificar a conexão entre os sistemas de imprensa e políticos em uma sociedade é necessário examinar as características tanto de um quanto de outro. Especificamente, no âmbito dos sistemas de imprensa, o autor elenca uma série de fatores que pode afetar a associação entre os sistemas, tais como: (a) cultura política; (b) geografia e estrutura social; (c) fatores econômicos. Por outro lado: (a) o número de partidos e a força de cada organização; (b) ideologia e objetivos; (c) base social e apoiadores; (d) estrutura; além da (e) funções e relevância de cada partido, são fatores que alteram a configuração do sistema político de uma sociedade (SEYMOUR-URE, 1974).

Blumler e Gurevitch (1995) também se dedicam a examinar as conexões existentes nas sociedades contemporâneas entre mídia de massa e política. No livro *The Crisis of Public Communication*, os autores apresentam uma estrutura capaz de conduzir estudos transnacionais a respeito das relações entre imprensa e política, de forma que fossem contempladas as características principais das estruturas de comunicação de diferentes países e pudessem explicar, de forma satisfatória, as diferenças nas performances dos mais variados sistemas de mídia, considerando os contrastes estruturais de cada sociedade. O *framework* proposto por Blumler e Gurevitch (1995)¹¹ é constituído por quatro dimensões: (a) grau de controle do Estado sobre as organizações de mídia; (b) grau de partidarismo da mídia de massa; (c) grau de integração entre as elites de mídia e as elites políticas; (d) natureza da crença legitimadora das instituições de mídia:

¹⁰ A newspaper was defined above as ‘paralleling’ a party if it was closely linked to that party by organisation, loyalty to party goals and partisanship of its readers. A press system can be defined as paralleling a party system when such links exist between each newspaper and a party. (...) Complete parallelism would exist if every newspaper was linked extremely closely to one or another party on the three dimensions; and when the number of papers in the system was distributed between the parties in proportion to each party’s strength. (SEYMOR-URE, 1974, p. 174).

¹¹ O texto em que os autores apresentam uma estrutura comparativa entre os sistemas de mídia e político foi publicado originalmente em 1975.

Propomos uma estrutura, constituída por quatro dimensões, por meio da referência ao qual os arranjos de comunicação política de diferentes estados poderiam ser identificados, e suas consequências para a produção, recepção e repercussão mais ampla das mensagens políticas poderiam ser hipoteticamente especificadas: (1) grau de controle do estado sobre as organizações de mídia de massa; (2) grau de partidarismo da mídia de massa; (3) grau de integração entre as elites de mídia e política; (4) a natureza da crença legitimadora das instituições de mídia (BLUMLER; GUREVITCH, 1995, p. 62, tradução nossa).¹²

O grau de controle do Estado sobre as organizações de mídia varia de acordo com cada sociedade. Blumler e Gurevitch (1995) explicam que, nas sociedades em que a organização política é monopolista, onde a crença política é forjada a partir de princípios autoritários do partido dominante e a mídia é utilizada para promover a unidade dessa crença, o controle da mídia será visto como natural e legítimo. Por outro lado, nas sociedades em que diferentes organizações políticas competem entre si pelo apoio popular, onde a crença do Estado legitimador transcende as formações políticas existentes, e a mídia de massa é utilizada para transmitir uma ampla variedade de pontos de vistas políticos, o controle da mídia não será visto como natural. Nesse contexto, os autores indicam que o controle da mídia pelo Estado pode ocorrer a partir de três mecanismos: (a) compromisso; (b) financiamento e (c) conteúdo.

O grau de partidarismo da imprensa, por sua vez, pode ser observado a partir: (a) da existência de alguma modalidade de conexão organizacional dos jornais com os partidos políticos; (b) da firmeza e intensidade dos posicionamentos editoriais; e (c) a partir da presença ou ausência de limitações no direito da mídia de apoiar determinado partido político. Nesse sentido, os autores apresentam cinco níveis de partidarismo da mídia: (a) propriedade, financiamento ou participação na administração ou conselho editorial do jornal por algum partido político; (b) apoio incondicional do jornal a um partido; (c) apoio discreto do jornal a um partido; (d) apoio pontual do jornal a um partido; (e) nenhum grau de partidarismo (BLUMLER; GUREVITCH, 1995).

¹² We propose a framework, consisting of four dimensions, by reference to which political communication arrangements of different states could be profiled, and their further consequences for the production, reception and wider repercussions of political messages could be hypothetically specified: (1) degree of state control over mass media organizations; (2) degree of mass media partisanship; (3) degree of media-political élite integration; (4) the nature of the legitimizing creed of media institutions. (BLUMLER; GUREVITCH, 1995, p. 62).

O grau de integração entre as elites de mídia e as elites políticas ocorre por meio de mecanismos informais de fluxo de influência, que se materializam na afinidade cultural e social entre os dois grupos (BLUMLER; GUREVITCH, 1995). Por fim, a título de comparar os sistemas de mídia e políticos, Blumler e Gurevitch (1995) tratam da natureza da crença legitimadora das instituições de mídia, que se manifesta no grau de confiança de uma sociedade nos profissionais de mídia.

1.2 AS QUATRO DIMENSÕES DOS SISTEMAS MIDIÁTICOS

No livro *Comparing Media Systems*, Hallin e Mancini (2004) renovam as discussões sobre as conexões entre os sistemas midiáticos e a política nas sociedades atuais, utilizando o conceito de *party-press parallelism*, desenvolvido por Seymour-Ure (1974) e Blumler e Gurevitch (1995), como um dos pilares para a construção de um novo modelo comparativo entre os sistemas de mídia e os sistemas políticos. Nesse sentido, os autores apresentam uma estrutura voltada para a comparação dos diferentes sistemas de mídia, constituída por quatro dimensões: (a) o grau de desenvolvimento do mercado midiático, com ênfase nos pontos fortes e fracos dos veículos de comunicação de massa; (b) paralelismo político, que corresponde ao grau e natureza das conexões entre mídia e os partidos políticos, ou de forma mais ampla, a forma como os sistemas de mídia refletem a divisão política na sociedade; (c) desenvolvimento da profissionalização do jornalismo; (d) o grau e natureza da intervenção do Estado no sistema de mídia sociedade (HALLIN; MANCINI, 2004). Cada uma dessas dimensões será explorada a seguir.

A primeira dimensão diz respeito ao desenvolvimento do mercado midiático de cada país, que, por sua vez, é resultado do contexto histórico; da natureza dos jornais; do volume de circulação dos exemplares; da relação estabelecida pela imprensa com a audiência; e do papel desempenhado pela imprensa no processo de comunicação social e político em cada sociedade (HALLIN; MANCINI, 2004).

A segunda dimensão corresponde ao conceito de paralelismo político. Hallin e Mancini (2004) explicam que as organizações de mídia, ainda que sejam constituídas por profissionais comprometidos com a ideologia da objetividade, acabam por incorporar valores políticos, que surgem a partir das rotinas de seleção dos jornalistas, de forma a reproduzir determinado padrão ideológico. Portanto, a

mídia comercial nas sociedades atuais pode ser politicamente partidária, ao mesmo tempo em que a mídia não comercial pode adotar padrões de equilíbrio político. Os autores entendem que as diferenças entre os sistemas de mídia estão relacionadas ao fato de que a imprensa possui, em alguns países, diferentes orientações políticas, enquanto em outros não possuem nenhuma. Nesse contexto, adaptando os primeiros estudos sobre análise comparativa dos sistemas de mídia propostos por Seymour-Ure (1974) e Blumler e Gurevitch (1995), Hallin e Mancini (2004) estabelecem um conjunto de componentes para identificar de que forma a política se materializa nas organizações de mídia. Esses indicadores são: (a) conteúdos veiculados pela empresa midiática na cobertura noticiosa ou mesmo em produtos de entretenimento; (b) conexões organizacionais entre mídia e partidos ou outras instituições, como sindicatos, cooperativas ou igrejas; (c) tendência da mídia de participar ativamente na vida política; (d) tendência dos jornalistas de serem contratados pelas organizações em razão de suas preferências políticas; (e) partidarismo da audiência, que ocorre quando apoiadores de diferentes partidos ou tendências tendem a consumir determinados jornais ou assistir a canais de televisão específicos em razão de suas convicções políticas; (f) nas orientações e práticas jornalísticas (HALLIN; MANCINI, 2004). Para além do conceito de paralelismo político, Hallin e Mancini (2004) apontam os estudos sobre pluralismo externo e interno para designar a forma com que os sistemas de mídia lidam com a diversidade política.

A terceira dimensão consiste na questão do profissionalismo e profissionalização do jornalismo. Primeiramente, Hallin e Mancini (2004) categorizam a discussão a partir de três dimensões da profissionalização: (a) autonomia do jornalista, que varia de acordo com a época e com os sistemas de mídia de cada país; (b) normas profissionais específicas, como a obrigação de proteger a fonte ou manter a separação entre propaganda e notícia; (c) orientação para o serviço público, no sentido do jornalismo significar uma atividade eticamente voltada para o bem público. Os autores abordam, ainda, no âmbito da profissionalização, a temática da instrumentalização da mídia por atores externos: partidos, membros da elite política, movimentos sociais ou atores econômicos, que, por sua vez, usam os jornais para intervir no mundo da política; bem como a relação entre a profissionalização e paralelismo político.

Onde o paralelismo político é muito alto, com organizações de mídia fortemente ligadas a organizações políticas, e jornalistas profundamente envolvidos com política partidária, a profissionalização é provavelmente baixa: aos jornalistas provavelmente falta autonomia, exceto na medida em que eles desfrutam isso em decorrência de altas posições políticas (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 29, tradução nossa).¹³

Por fim, o Estado desempenha papel fundamental para formatar o sistema de mídia de qualquer sociedade. Segundo os autores, a forma mais importante de intervenção do Estado nos sistemas midiáticos são as empresas públicas de comunicação: redes de televisão, agências de notícias, jornais ou outras organizações de comunicação de massa. Além da propriedade direta, os governos podem influenciar nos sistemas de mídia através da concessão de subsídios a empresas de mídia ou jornalistas e, também, na aprovação de leis sobre calúnia, privacidade, direito de resposta e discursos de ódio; legislações que tratam da atuação dos jornalistas; leis que regulamentam o acesso às informações governamentais; regras que abordam questões como concentração de mídia, propriedade e competição; leis sobre comunicação política, especificamente durante os períodos eleitorais; e legislações sobre licenças para transmissão e sobre conteúdos (HALLIN; MANCINI, 2004).

Ao construir um modelo comparativo composto pelas quatro dimensões apresentadas acima e aplicá-lo a um conjunto de 18 países, entre Estados Unidos, Canadá e nações da Europa ocidental, Hallin e Mancini (2004) formulam três modelos de sistemas de mídia: Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado, Corporativista Democrático ou Norte Europeu, Liberal ou Atlântico Norte. Tais modelos, explicam os autores, representam tipos ideais, de maneira que o sistema de mídia de cada país se encaixa em cada modelo de forma aproximada, ao mesmo tempo os diferentes sistemas propostos não são homogêneos, uma vez que são constituídos por complexas operações de mídia, de acordo com diferentes princípios (HALLIN; MANCINI, 2004).

A seguir, o estudo elenca as particularidades de cada modelo e apresenta em qual padrão cada país estudado está inserido.

¹³ Where political parallelism is very high, with media organizations strongly tied to political organizations, and journalists deeply involved in party politics, professionalization is indeed likely to be low: journalists are likely do lack autonomy, except to the extent that they enjoy it due to high political positions. (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 29).

O modelo Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado é caracterizado por uma imprensa orientada para a elite, com circulação relativamente pequena e mídia eletrônica centralizada. A liberdade de imprensa e o desenvolvimento da indústria de mídia surgiram tardiamente. Os jornais permaneceram ao longo do tempo à margem da economia, dependendo de subsídios. Nessas sociedades, o paralelismo político tende a ser alto e a imprensa é marcada pelo foco na vida política, pelo pluralismo externo e persiste a tradição do padrão *commentary-oriented* ou *advocacy journalism* (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 73). No modelo Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado, a profissionalização do jornalismo não é tão fortemente desenvolvida quanto nos demais arquétipos e o Estado assume papel de proprietário, regulador e fundador de veículos de mídia, embora sua capacidade de atuar como agente regulador seja limitada. São enquadrados nesse paradigma França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 73).

O modelo Corporativista Democrático ou Norte Europeu caracteriza-se pelo desenvolvimento precoce da liberdade de imprensa e da indústria do jornalismo, com alta taxa de circulação dos jornais. Esse arquétipo é identificado pelo histórico de jornais ligados a partidos políticos, bem como outras mídias conectadas a grupos sociais. A imprensa política coexistiu com a mídia comercial em grande parte do século XX, porém entrou em decadência na década de 1970. O paralelismo político é historicamente alto, apesar de estar diminuindo. Persiste nessas sociedades um grau moderado de pluralismo externo, assim como o legado do *commentary-oriented journalism*, misturados com o crescimento da ênfase na neutralidade e do jornalismo orientado pela informação. A profissionalização do jornalismo é alta, marcada por um alto grau de organização. A indústria comercial de mídia coexiste com veículos de mídia com conexões políticas e um alto grau de paralelismo político; o alto grau de paralelismo, por sua vez, coexiste com um alto grau de profissionalização jornalística; e a tradição da liberdade de imprensa e liberdade da informação coexistem com uma forte intervenção do Estado no setor de mídia e em outros setores. O modelo Corporativista Democrático ou Norte Europeu engloba Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Finlândia, Noruega, Suécia e Suíça (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 74).

Por fim, o modelo Liberal ou Atlântico Norte é caracterizado pelo desenvolvimento precoce da liberdade de imprensa e da circulação em massa dos jornais, ainda que as taxas de circulação dos jornais nessas sociedades sejam

menores do que nos países identificados no escopo do Corporativista Democrático ou Norte Europeu. Os jornais comerciais dominam o mercado, o paralelismo político é baixo, e o pluralismo interno predomina. A profissionalização do jornalismo é relativamente forte, porém sem a organização formal que prevalece no modelo Corporativista Democrático, a autonomia do jornalismo tende a ser limitada mais por pressões comerciais do que a partir de instrumentalização política. O jornalismo orientado para a informação predomina, com um pouco de tradição do jornalismo de comentários na Inglaterra. Enquadram-se nesse modelo, além dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Irlanda (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 75). Os três modelos de sistemas de mídia são apresentados no Quadro 1.

QUADRO 1 – TRÊS MODELOS DOS SISTEMAS DE MÍDIA

	Modelo Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado	Modelo Corporativista Democrático ou Norte Europeu	Modelo Liberal ou Atlântico Norte
	França, Grécia, Itália, Portugal, Espanha	Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça	Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Irlanda
Indústria de jornais	Baixa circulação de jornais, imprensa orientada à elite política	Alta circulação de jornais; desenvolvimento precoce da imprensa de massa	Média circulação de jornais; desenvolvimento precoce da imprensa comercial de grande circulação
Paralelismo político	Alto paralelismo político; pluralismo externo, jornalismo orientado para comentários; modelo parlamentar ou de governo de transmissão das informações	Externo pluralismo político especialmente na imprensa nacional; imprensa partidária historicamente forte; mudança para imprensa comercial neutra	Imprensa comercial neutra; jornalismo orientado para a informação; pluralismo interno (exceto na Inglaterra, onde predomina pluralismo externo)
Profissionalização	Fraca profissionalização; instrumentalização	Forte profissionalização; auto-regulação institucionalizada	Forte profissionalização; auto-regulação não institucionalizada
Papel do Estado no Sistema de Mídia	Forte intervenção do Estado; subsídios à imprensa na França e Itália; períodos de censura; “desregulamentação selvagem” (exceto na França)	Forte intervenção do Estado, com proteção para a Liberdade de imprensa; subsídios à imprensa, particularmente na Escandinávia; forte serviço público de transmissão de informações	Mercado dominado (exceto na Inglaterra e Irlanda, locais com forte serviço público de transmissão de informações)

FONTE: HALLIN; MANCINI (2004, P. 67, tradução nossa)

Mobilizar uma análise comparativa dos diferentes sistemas midiáticos nas sociedades atuais requer observar além das estruturas organizacionais solidificadas internamente nas organizações de mídia. Segundo Siebert, Peterson e Schramm (1956 apud HALLIN; MANCINI, 2004, p. 8)¹⁴, “a imprensa sempre assume a forma e a coloração das estruturas sociais e políticas (...) Em especial, reflete o sistema de controle social pelo qual as relações entre os indivíduos e as instituições acontecem” (tradução nossa)¹⁵. Nesse contexto, Hallin e Mancini (2004) argumentam que não é possível estudar o comportamento da mídia sem examinar a natureza do Estado, o sistema em que os partidos políticos operam, os padrões nas relações entre os interesses econômicos e políticos e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros fatores da estrutura social (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 8). Para tanto, os autores recorrem aos campos da política e da sociologia política com o intuito de formular cinco principais dimensões de análise do contexto político dos sistemas midiáticos, sendo: (a) história política, padrões de conflito e consensos; (b) democracia consensual ou majoritária; (c) pluralismo individual ou organizado; (d) papel do Estado; e (e) autoridade racional-legal (HALLIN; MANCINI, 2004). Os modelos de sistemas políticos e suas características são apresentados no Quadro 2:

QUADRO 2 – TRÊS MODELOS DOS SISTEMAS POLÍTICOS

	Modelo Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado	Modelo Corporativista Democrático ou Norte Europeu	Modelo Liberal ou Atlântico Norte
	França, Grécia, Itália, Portugal, Espanha	Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça	Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Irlanda
História política: padrões de conflitos e consenso	Democratização tardia; pluralismo polarizado	Democratização precoce; pluralismo moderado (exceto Alemanha e Áustria pré-45)	Democratização precote; pluralismo moderado
Consenso ou Governo majoritário	Ambos	Predominantemente consenso	Predominantemente majoritário

¹⁴ SIEBERT, F.; PETERSON, T.; SCHRAMM, W. Four theories of the press. Urbana: University of Illinois Press, 1956.

¹⁵ The press always takes on the form and coloration of the social and political structures (...) Specially it reflects the system of social control whereby the relations of individuals and institutions are adjusted. (1956 apud HALLIN; MANCINI, 2004, p. 8)

Individual vs. Pluralismo organizado	Pluralismo organizado; forte papel dos partidos políticos	Pluralismo organizado; história de pluralismo de segmento; corporativismo democrático	Representação individualizada em vez de pluralismo organizado (especialmente nos Estados Unidos)
Papel do Estado	Dirigismo, forte envolvimento do Estado e dos partidos na economia; períodos de autoritarismo, Estado de bem-estar social forte na França e Itália	Estado de bem-estar social forte; envolvimento significativo do Estado na economia	Liberalismo; Estado de bem-estar social mais fraco; particularmente nos Estados Unidos
Autoridade Jurídica Racional	Desenvolvimento mais fraco da autoridade legal racional (exceto na França); clientelismo	Forte desenvolvimento da autoridade legal racional	Forte desenvolvimento da autoridade legal racional

FONTE: HALLIN; MANCINI (2004, P. 68, tradução nossa)

O modelo formulado por Hallin e Mancini (2004) passou a servir de inspiração para pesquisadores e guiar estudos comparativos entre os sistemas políticos e midiáticos nos campos da Comunicação e da Ciência Política. Nesse sentido, a estrutura foi recebida com louvores, mas também críticas. Dez anos após a publicação do estudo, Hallin e Mancini (2016) identificaram um amplo conjunto de pesquisadores ao redor do mundo que se dedicaram a operacionalizar os conceitos, testar as estruturas e propor alternativas e revisões para os achados originais. Tais trabalhos foram desenvolvidos com os mais diferentes propósitos, localizados essencialmente em quatro categorias: (a) desenvolvimento da teoria – quando a estrutura teórica foi alvo de escrutínio por meio da revisão dos principais conceitos, identificação de conceitos ausentes e sugestões de interpretações alternativas; (b), seleção de casos – quando pesquisadores da Europa identificaram casos pertencentes a determinados modelos; (c) operacionalização de variáveis específicas ou das dimensões dos sistemas midiáticos e políticos; e (d) operacionalização do conceito de paralelismo político, este último em maior quantidade em relação aos anteriores.

Norris (2009), por exemplo, considerou que a estrutura consiste em uma tentativa ambiciosa de reformular e classificar os sistemas de mídia; contudo, o trabalho apresenta deficiências estruturais. A pesquisadora norte-americana aponta que omissões de dimensões essenciais presentes em qualquer sistema de mídia comprometem os achados. Ela cita especificamente a ausência de referências ao

papel das novas tecnologias da informação e das telecomunicações, justificando: “Existem grandes contrastes na disseminação e uso de todos os tipos de tecnologias eletrônicas, desde o uso geral de computadores e da internet até a difusão de telefones celulares, mensagens de texto, redes sociais, blogs e TV” (NORRIS, 2009, p. 323, tradução nossa)¹⁶. Norris aponta também que outra importante dimensão dos sistemas de mídia foi omitida: a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. Considera, assim, o modelo genérico, uma vez que os autores não foram capazes de operacionalizar, de maneira efetiva, cada uma das quatro dimensões com indicadores empíricos. A autora ainda é reticente quanto à aplicação dos três modelos ao considerar a estrutura carente de uma operacionalização precisa e de uma medição padronizada (NORRIS, 2009).

Ao utilizar como ponto de partida os apontamentos de Norris (2009), Brüggemann, Engesser, Buchel, Humprecht e Castro (2014) desenvolveram uma fórmula capaz de operacionalizar, validar e modificar o *framework* original. Por observar inicialmente as quatro dimensões dos sistemas de mídia, o grupo sugeriu renomear a dimensão *media market* para *inclusiveness of the press market* no intuito de determinar se a mídia de massa de cada país atinge somente as elites ou efetivamente a audiência de massa. Além disso, por considerarem a dimensão *role of the state* muito ampla em relação às demais, os autores sugeriram que essa dimensão fosse desmembrada. Dessa forma, Brüggemann, Engesser, Buchel, Humprecht e Castro (2014) redesenham dimensões e conceitos propostos por Hallin e Mancini (2004) da seguinte forma: (a) *inclusiveness of the press*, que denota em que medida a imprensa atinge a audiência; (b) *political parallelism*, para medir em que extensão a defesa da política faz parte da missão do jornalismo em diferentes países; (c) *journalistic professionalism*, que discute os níveis de profissionalização do jornalismo a partir dos espectros da autonomia, normas profissionais e ética orientada para servir interesses específicos; e (d) *role of the state*, que por sua vez é dividida em três subdimensões: a primeira diz respeito a intervenção direta do Estado por meio de serviços públicos de comunicação; a segunda considera o apoio do Estado a organizações de mídia por meio de subsídios diretos ou indiretos; e,

¹⁶ There are major contrasts in the spread and use of all sorts of electronic technologies, from the general use of computers and the internet to the diffusion of mobile phones, text messaging, online social network, blogging and TV” (NORRIS, 2009, p. 323).

finalmente a intervenção do Estado que restringe, de alguma forma, por meio de regulações ou constrangimentos, as organizações de mídia.

Utilizando dados públicos disponíveis e métodos estatísticos comuns, como a correlação e a análise de *cluster*, os pesquisadores examinaram a eficácia do modelo e alcançaram as seguintes conclusões: três dimensões, *inclusiveness of the press*, *political parallelism* e *journalistic professionalism* apresentam níveis altos de consistência interna e podem servir como base para estudos futuros. Confirmando a hipótese formulada originalmente, o grupo concluiu que a profissionalização do jornalismo possui relação direta com um forte mercado mídia, ao tempo que é correlacionado negativamente com o paralelismo político. Também verificou que a dimensão *role of the state* se apresenta como uma categoria multidimensional, com ao menos três subdivisões, conforme explicam:

Os dados empíricos confirmam nossa proposição teórica para distinguir três dimensões que também podem ser úteis para futura estruturação da política de mídia: o Estado pode apoiar a imprensa com subsídios. Também pode complementar a mídia comercial ao introduzir e sustentar um forte sistema público de difusão de informações. Finalmente, pode restringir o livre mercado de mídia, impondo regulamentações relativas à propriedade (BRÜGGEMANN; ENGESSER; BUCHEL; HUMPRECHT; CASTRO, 2014, p. 1058, tradução nossa).¹⁷

A análise de *cluster* operacionalizada pelos estudiosos, a partir da estrutura de mídia do mesmo conjunto de países observados originalmente, resultou na identificação de quatro tipos empíricos de sistemas de mídia, em contraste com os três modelos elaborados inicialmente por Hallin e Mancini (2004). Os conjuntos foram nomeados de acordo com a localização geográfica dos países, sendo *Central*, *Northern*, *Southern* e *Western*, de acordo com os autores:

¹⁷ The empirical data confirms our theoretical proposition to distinguish three dimensions that might also be useful for future modeling of media policy: The state may support the press with subsidies. It may furthermore complement commercial media by introducing and sustaining a strong public broadcasting system. Finally, policy markers may also restrict the free play of the market forces by imposing ownership regulations. (BRÜGGEMANN; ENGESSER; BUCHEL; HUMPRECHT; CASTRO, 2014, p. 1058).

Os países que originalmente formaram o modelo Corporativista Democrático estão agora distribuídos entre os agrupamentos Norte, Central e Ocidental. A relativamente alta homogeneidade dos países nórdicos, Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, justifica a formação de um agrupamento Norte separado. A Noruega tem a distância mais curta até o centro deste cluster e pode ser considerada como seu protótipo. A Áustria, Alemanha e a Suíça constituem o agrupamento Central, onde se juntam à Grã-Bretanha. A Alemanha é a que mais se aproxima do centro desse cluster e pode ser considerada prototípica. A Bélgica e os Países Baixos são desconectados do modelo Democrático Corporativista. Eles são mais semelhantes aos países do modelo Liberal, do agrupamento que congrega Irlanda e Estados Unidos. A maioria dos países do modelo Pluralista Polarizado é absorvida pelo cluster do Sul, do qual a Itália é o protótipo. Apenas Portugal não se encaixa e encontra o seu caminho para o cluster do Ocidente, para o qual pode ser considerado como protótipo (BRÜGGEMANN; ENGESSER; BUCHEL; HUMPRECHT; CASTRO, 2014, p. 1058, tradução nossa)¹⁸

Assim, a configuração proposta por Brüggemann, Engesser, Buchel, Humprecht e Castro (2014), em contraposição com o modelo desenvolvido por Hallin e Mancini (2004), está apresentada no Quadro 3.

QUADRO 3 – SISTEMAS DE MÍDIA E POLÍTICA: MODELOS ORIGINAIS X TIPOS EMPÍRICOS

Tipo empírico	Modelo original		
	Corporativista Democrático	Liberal	Pluralista Polarizado
Norte	Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia		
Central	Áustria, Alemanha, Suíça	Grã Bretanha	
Ocidental	Bélgica, Países Baixos	Irlanda, Estados Unidos	Portugal
Sul			Espanha, França, Grécia, Itália

FONTE: BRÜGGEMANN, ENGESSER, BUCHEL, HUMPRECHT E CASTRO (2014, P. 1056, tradução nossa)

¹⁸ The countries that originally formed the Democratic Corporatist model are now distributed among the Northern, Central, and Western cluster. The relatively high homogeneity of the Nordic countries Denmark, Finland, Norway, and Sweden justifies the formation of a separate Northern cluster. Norway has the shortest distance to the center of this cluster and can be regarded as its prototype. Austria, Germany, and Switzerland constitute the Central cluster where they are joined by Great Britain. Germany comes closest to the center of this cluster and can be considered prototypical. Belgium and the Netherlands are detached from the Democratic Corporatist countries. They are more similar to the Liberal countries Ireland and the United States in the Western cluster. Most of the countries from the Polarized Pluralist model are absorbed by the Southern cluster, of which Italy is the prototype. Only Portugal does not fit in and finds its way to the Western cluster, for which it can be regarded as prototypical. (BRÜGGEMANN; ENGESSER; BUCHEL; HUMPRECHT; CASTRO, 2014, p. 1058)

Para além das discussões que tratam da confiabilidade e eficácia do *framework* original e abordam os sistemas políticos e midiáticos de países ocidentais, fundamentalmente Europa e Estados Unidos, alguns estudiosos debatem como instrumentalizar a aplicabilidade das estruturas e conceitos nas demais nações e oportunizar estudos transnacionais em comunicação política comparativa.

Albuquerque (2014) sugere que o conceito de paralelismo político, particularmente, seja provincializado, de forma a ser compreendido enquanto produto de circunstâncias particulares e não como uma categoria universal. O autor propõe uma estrutura nova e mais global para os estudos de comunicação política. Ele explica que o conceito de paralelismo político faz sentido apenas quando duas condições básicas estão estabelecidas: a existência de um sistema político competitivo, em que as divergências políticas são claras o suficiente para serem reproduzidas pela mídia e a existência de uma relação entre os agentes midiáticos e políticos estáveis o suficiente para capacitar a audiência a identificar possíveis padrões de comportamento. Tais condições parecem funcionar de forma satisfatória nos países identificados nos estudos de Hallin e Mancini (2004); contudo, em outras sociedades, as conexões entre mídia e política assumem características diferentes das encontradas nos países do Ocidente.

De acordo com Albuquerque (2014), o conceito de paralelismo político pressupõe um grau considerável de estabilidade nas divergências políticas e no comportamento das organizações de mídia, significativo o suficiente para permitir ao público identificar possíveis alinhamentos entre eles. Além disso, o comportamento da mídia é analisado como uma variável que denota dependência, avaliada em termos de conexões com partidos políticos e não com agentes políticos independentes. O pesquisador pondera que, assim como o conceito de paralelismo político, o conceito de sistema de mídia desenvolveu-se para descrever as relações entre os estados e as organizações de mídia nas sociedades ocidentais após a Segunda Guerra, de forma que não se aplica com facilidade a países não-ocidentais, que experimentaram condições instáveis naquele período.

O autor propõe um *framework* alternativo para estudos comparativos em comunicação política, de maneira que certos valores sejam provincializados com o intuito de abarcar especificidades históricas e culturais de diferentes países. O *framework* é baseado em duas variáveis: grau de competitividade do sistema político e grau de estabilidade das relações entre mídia e política, sendo que a combinação

dessas variáveis resulta em quatro tipos distintos de ambientes: competitivo/estável; competitivo/instável, não competitivo/estável e não competitivo/instável.

O uso combinado de duas variáveis – competitividade política e estabilidade nas relações mídia/política – pode fornecer um ponto de partida promissor para uma estrutura comparativa mundial, que inclui não apenas sociedades com uma ordem de comunicação política estável o suficiente para permitir que observadores descrevam como “sistema”, mas também aqueles que experimentam processos transnacionais de uma dada ordem para outra e aqueles que apresentam uma estrutura de comunicação política instável (ALBUQUERQUE, 2014, p. 748, tradução nossa).¹⁹

Albuquerque (2014) explica que o objetivo da estrutura não é fornecer um inventário exato dos modelos de comunicação política, mas permitir que pesquisadores possam comparar diferentes sociedades no mesmo período temporal ou a mesma sociedade em diferentes momentos históricos, podendo fornecer um ponto de partida para uma comparação em escala global.

Transformações na economia e na política, aliadas ao surgimento de tecnologias cada vez mais eficientes de massificação da informação, têm levado pesquisadores a questionar determinados indícios propostos originalmente por Hallin e Mancini (2004), entre eles o de que o modelo liberal de sistema midiático, que tem nos EUA o principal expoente, consolidar-se-ia como hegemônico no mundo. Tal modelo é caracterizado pelo padrão de jornalismo independente, conhecido como *catch-all*, voltado ao público de diferentes concepções ideológicas. Contudo, conforme demonstram Lycarião, Magalhães e Albuquerque (2018), o padrão despontado nos últimos anos aponta na direção oposta, para o surgimento de uma mídia cada vez mais enviesada politicamente. Os autores explicam:

Em mercados politicamente polarizados, fragmentados e com custos de produção cada vez mais baixos, devido à massificação do jornalismo *online*, a orientação *catch-all* passa a ser, para muitos veículos, economicamente desvantajosa. Como consequência, as mesmas forças do mercado passam a estimular um ambiente de mídia noticiosa politicamente mais ativo e advocatício. (LYCARIÃO, MAGALHÃES, ALBUQUERQUE; 2018)

¹⁹ The combined use of two variables – political competitiveness and stability in media/politics relationships – can provide a promising starting point for a worldwide comparative framework, which includes not only societies with a political communication order stable enough to allow observers to describe it as a “system”, but also those experiencing transnational processes from a given order to another and those displaying a structurally unstable political communication environment. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 748).

Nesse sentido, a ampliação vertiginosa da polarização política no Brasil, que teve como motivadores, entre outros fatores, os desdobramentos políticos e jurídicos da Operação Lava Jato e o processo de *impeachment* de Dilma, que fomentaram no país a exacerbação do antipetismo, provocou no país profundas transformações nas relações entre mídia e política. A hipótese levantada pelos autores é de que “a correlação entre jornalismo de mercado e objetividade ou neutralidade política parece ter sido evidentemente subestimada”, de forma que parte da imprensa brasileira, considerando o atual contexto tecnológico, econômico e político, optou por voltar-se a nichos ideológicos específicos da audiência. Vejamos:

É nesse contexto de polarização, envolvendo esses atores políticos emergentes, que os produtos de mídia brasileiros se veriam, então, cada vez mais, seduzidos a fidelizarem consumidores ávidos por coberturas marcadas pela parcialidade e pelo clima do momento de “anti-petismo” e “anti-bolivarianismo”, especialmente forte nos setores da elite econômica brasileira (a principal consumidora e financiadora da imprensa nacional). (LYCARIÃO, MAGALHÃES, ALBUQUERQUE; 2018).

Ao final do capítulo seguinte, o estudo identifica que pesquisadores dos campos da Comunicação e da Ciência Política observaram que a mídia brasileira desempenhou papel de destaque ao pautar o debate público e posicionar-se em defesa do *impeachment* da presidenta.

1.3 O CASO BRASILEIRO

Nas discussões que tratam dos modelos comparativos dos diferentes sistemas midiáticos ao redor do mundo, Albuquerque (2011) examinou em que medida a estrutura proposta por Hallin e Mancini (2004) aplica-se ao Brasil. O pesquisador observou que é plausível apontar similaridades do caso brasileiro ao Modelo Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado, conforme identificam Azevedo (2006) e Hallin e Papathanassopoulos (2002); contudo, apontou também diferenças notáveis: o fato de o sistema de difusão de informações no Brasil ter sido quase que inteiramente privado desde o início; o paralelismo político ser de difícil aplicação, considerando que os partidos não desempenham um papel central nos países presidencialistas; porque a mídia brasileira adotou um padrão *catch-all* em relação ao público; e, ainda, em razão dos jornalistas brasileiros terem definido sua identidade profissional em grande parte utilizando como referência o modelo norte-americano (ALBUQUERQUE, 2011).

Em relação à estrutura do mercado midiático, considerando as variáveis utilizadas por Hallin e Mancini (2004): taxas de circulação dos jornais, audiência e o papel que os veículos de comunicação desempenham no processo de comunicação política, grau de importância dos jornais e redes de televisão como fonte de notícias e história dos jornais; Albuquerque identificou que: (a) os jornais brasileiros possuem taxa muito baixa de circulação; (b) os jornais são destinados a uma pequena elite urbana, assim como nos países do sul da Europa; (c) o sistema de mídia é frequentemente descrito como centrado na televisão; e (d) o desenvolvimento da imprensa no Brasil foi tardio.

No que se refere ao paralelismo político, até 1950 o jornalismo brasileiro consistiu basicamente em publicizar conteúdos como comentários políticos, notas em homenagem a pessoas poderosas e editoriais, que possuíam, naquela época, grande relevância. Entre 1950 a 1964, período em que os jornais, progressivamente, voltaram-se para um modelo baseado na cobertura factual, alguns jornais apresentaram certo grau de paralelismo, de forma que o conteúdo era fortemente vinculado a interesses políticos e os veículos de comunicação utilizados como plataformas para grupos políticos. Um exemplo é o jornal Última hora, criado para apoiar a campanha à presidência de Getúlio Vargas e o Notícias Populares, fundado exatamente em oposição a Vargas. Ao dissolver os partidos políticos e substituir por

um sistema não competitivo baseado unicamente em duas siglas, a ditadura militar, com início em 1964, teve um impacto devastador no paralelismo político. Durante a ditadura, ou a organização midiática era subserviente ao governo ou era censurada. Após a consolidação da democracia, as principais organizações de mídia do Brasil adotaram um posicionamento voltado ao mercado, baseado no padrão *catch-all*, distanciando-se de interesses políticos, em particular.

Quanto ao profissionalismo, o modelo norte-americano, baseado na cobertura factual, com técnicas de agendamento e processamento de informações específicas, exerceu grande influência no país. Contudo, não se pode afirmar que o jornalismo brasileiro se tornou “americanizado”, uma vez que os profissionais redefiniram conceitos e práticas. Além disso, a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão teve um impacto significativo para o desenvolvimento da identidade cultural dos jornalistas brasileiros.

Em relação às interações do Estado com o sistema midiático, o Brasil alternou períodos de autoritarismo e democracia. Os momentos de autoritarismo ocorreram durante o governo Vargas, particularmente no Estado Novo, entre 1930 e 1945, e no regime militar, entre 1964 e 1985. No primeiro caso, a censura foi inteiramente institucionalizada, enquanto a ditadura militar procurou esconder do público seu caráter autoritário em relação à imprensa. O número limitado de leitores e os investimentos privados insuficientes desestimularam o desenvolvimento de um mercado de imprensa no Brasil, passando os subsídios estatais a ter papel importante. Nesse sentido, durante o regime militar, em nome da integração nacional, o governo fez grandes investimentos em infraestrutura no intuito de viabilizar a transmissão do sinal de televisão para todo o território, medida que permitiu à TV Globo saltar de uma emissora local baseada no Rio de Janeiro para a principal rede de televisão brasileira e uma das maiores do mundo. No Brasil, o Estado nunca desempenhou um papel importante como proprietário de organizações de mídia; assim, os veículos de comunicação são essencialmente de propriedade privada. Ainda em relação à atuação do Estado, o sistema midiático brasileiro é menos regulado do que nos Estados Unidos. Uma agência reguladora independente, como existe nos EUA, nunca chegou a ser instituída no Brasil (ALBUQUERQUE, 2011).

2 JORNALISMO POLÍTICO, OPINIÃO E *IMPEACHMENT*

Marques de Melo (1985) estabelece que o jornalismo nas sociedades contemporâneas consiste no processo social que se organiza a partir da relação periódica entre organizações formais e coletividades, por meio de canais de difusão, como jornal, rádio, televisão, revista, que, por sua vez, garantem a transmissão de informações sobre a atualidade em função de seus interesses e expectativas. Sem grande rigor, o jornalismo se configura em um processo contínuo e veloz, determinado pela atualidade, sendo os fatos do cotidiano o fio da ligação entre emissor e receptor.

O autor explica que o jornalismo autêntico, com processos regulares, contínuos e livres de informação sobre os acontecimentos da atualidade e de opinião, surge com a ascensão da burguesia ao poder e o fim da censura prévia na Europa do século XVIII. No primeiro momento, o jornalismo se caracterizou essencialmente pela manifestação de opiniões. “Na medida em que a liberdade de imprensa beneficiava a todos, as diferentes correntes de pensamento ou os distintos grupos sociais se confrontavam através das páginas dos jornais que editavam” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 14). Até então o jornalismo era opinativo em sua essência. Contudo, incomodados com a virulência das críticas que recebiam dos jornais e com a livre manifestação das opiniões, os governantes passaram a instituir taxas, impostos e demais controles, estabelecendo restrições à atividade e, como consequência, estimulando o surgimento do jornalismo de informação como uma alternativa para a sobrevivência econômica dos jornais. Historicamente, predominam duas categorias do jornalismo, opinativo e informativo, que foram se modificando e convivendo com novas funções conforme as mutações ocorridas nos processos jornalísticos (MARQUES DE MELO, 1985).

Marques de Melo (2003) explica ainda que o monolitismo opinativo foi a principal característica dos primeiros jornais. A partir do momento em que a imprensa deixou de ser uma atividade individual e passou a organizar-se enquanto instituição, a manifestação da opinião fragmentou-se, decorrência do processo de produção industrial. A partir de então, explica o autor, a opinião no jornalismo passou a emergir a partir de quatro núcleos: empresa, jornalista, colaborador e leitor:

A opinião da empresa, ademais de se manifestar no conjunto da orientação editorial (seleção, destaque, titulação), aparece oficialmente no editorial. A opinião do jornalista, entendido como profissional regularmente assalariado e pertencente aos quadros da empresa, apresenta-se sobre a forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e eventualmente artigo. A opinião do colaborador, geralmente personalidades representativas da sociedade civil que buscam os espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural, expressa-se sob a forma de artigos. A opinião do leitor encontra expressão permanente através da carta (MARQUES DE MELO, 2003, p. 102).

Os textos opinativos são pautados, quase sempre, pelos acontecimentos da atualidade e oferecem aos leitores elementos interpretativos para uma reflexão mais profunda dos acontecimentos. O texto argumentativo assinado por um jornalista ou colaborador carrega, em maior ou menor grau, a opinião da instituição jornalística sobre o tema, vez que a empresa considera relevante a publicação do conteúdo para seus leitores. Nesse sentido, o potencial de persuasão do texto argumentativo está fundamentado no prestígio de quem escreve (MORENO, 2003).

As páginas opinativas materializam a ideia do jornalismo como um atento cão de guarda da sociedade, onde as colunas e artigos de opinião discutem os temas mais importantes do momento e o editorial apresenta o posicionamento formal da organização midiática sobre tais assuntos. O jornalismo opinativo se configura, assim, em uma fonte importante para analisar o interesse temático e as formas de enquadramento adotadas pelos jornais ao abordar sobre os temas em discussão e também o funcionamento das instituições políticas (AZEVEDO; CHAIA, 2008).

2.1 EDITORIAL – LUGAR DE FALA DA EMPRESA MIDIÁTICA

O editorial consiste na opinião do editor sobre determinado assunto, de forma que o ponto de vista do editor do jornal representa, concomitantemente, o posicionamento do grupo empresarial que mantém o veículo, refletindo a chamada política editorial da publicação, ensina Beltrão (1980). O editorial pode conter as convicções filosóficas dos proprietários do jornal, informações sobre o tema que está sendo discutido, resultados de sondagens e pesquisas promovidas pelo veículo e revelar os interesses econômicos da empresa jornalística. Além do editorial, a opinião do editor, e, conseqüentemente, da organização midiática, revela-se na linha do jornal, que pode ser identificada através dos critérios de seleção das

informações, dos destaques dados a determinadas notícias, da seleção de títulos e fotografias, entre outras particularidades (BELTRÃO, 1980).

Ainda de acordo com Beltrão (1980), é por meio do editorial que o grupo proprietário do jornal expressa sua opinião sobre os assuntos em discussão na sociedade e que interessam à empresa jornalística. Segundo o autor, a organização de mídia utiliza o editorial como sua tribuna, com a intenção de orientar o pensamento de seus leitores. Assim, o gênero apresenta as seguintes características: (a) impessoalidade, uma vez que o texto não representa a opinião de um indivíduo, mas do grupo que fundou, orienta e mantém o jornal; (b) topicalidade, considerando que, mais que tratar de assuntos que estão em discussão na sociedade, o editorial assume o papel de antecipar debates, agendando a opinião pública; (c) condensabilidade, pois trata de uma única ideia por vez; e (d) plasticidade, uma vez que o texto orienta o pensamento e persuade a audiência (BELTRÃO, 1980).

Marques de Melo (2003) explica que o editorial revela a opinião oficial da organização midiática sobre os assuntos mais importantes que estão sendo debatidos em determinado momento. No caso das grandes empresas jornalísticas, contudo, o gênero revela mais do que a opinião dos proprietários nominais, mas o consenso das opiniões dos diferentes grupos que participam, em alguma medida, da propriedade do veículo de comunicação. Por constituir um espaço de articulação dos interesses de acionistas majoritários, dos demais financiadores que subsidiam a atividade, além do corpo de anunciantes e de grupos que formam o aparelho burocrático do Estado, o editorial se configura, essencialmente, em um ambiente de contradições. “Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 104).

Assim, uma vez que é dirigido à coletividade, o editorial cumpre a função de orientar a opinião pública. No Brasil, contudo, o gênero exerce também outro papel: a organização midiática utiliza o editorial para coagir a elite política, que controla as instâncias governamentais, em defesa dos seus interesses e dos grupos financeiros e empresariais que ela representa, conforme explica Marques de Melo (2003):

Os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à “opinião pública”, na verdade encenam uma relação de diálogo com o Estado. [...] E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam (MARQUES DE MELO, 2003, p. 104-105).

Mont’Alverne (2017) aponta que o jornalismo político praticado nos textos editoriais é voltado aos agentes políticos que possuem poder de decisão e às instituições significativas para a democracia e o sistema político, constituindo-se em um canal de conversação de forma que esses atores sejam pressionados a adotarem as agendas prioritárias dos jornais. Nesse sentido, se a cobertura noticiosa geralmente dá visibilidade aos agentes políticos que detêm algum tipo de poder, os editoriais “dirigem-se àqueles ainda mais poderosos, endereçando-se diretamente à elite política do país” (MONT’ALVERNE, 2017, p.27-28).

Para Hallock (2007), os editoriais jornalísticos são ambientes de opinião e agendamento; portanto, espaços que revelam as diferentes opiniões dos jornais sobre os eventos do cotidiano. Essa diversidade de opinião revela-se de duas formas distintas: a partir da ideologia política e do enquadramento. O autor explica que os editoriais possuem diferentes pontos de vista e interpretações e a forma como os editorialistas utilizam fatos e opiniões para persuadir e estabelecer a agenda pode ocasionar diferentes interpretações por parte da audiência. Assim, o agendamento surge como um elemento inerente ao texto editorial, vez que os proprietários dos jornais e editorialistas assumem e determinam quais temas receberão tratamento editorial e quais assuntos serão deixados de lado (HALLOCCK, 2007).

Os posicionamentos políticos, econômicos ou sociais publicados nos editoriais devem refletir os princípios ideológicos fundamentais defendidos pela organização midiática, devendo ser as “linhas mestras que marcam ideologicamente os conteúdos jornalísticos e fundamentam a atividade empresarial de uma publicação” (ARMAÑANZAS e NOCÍ, 1996, p. 171, tradução nossa). Os princípios ideológicos da publicação devem estar claramente definidos e devem constituir o eixo de todas as atividades do jornal, ao mesmo tempo em que a ocultação dos princípios ideológicos por determinado jornal não quer dizer simplesmente que eles não existem (ARMAÑANZAS e NOCÍ, 1996).

Moreno (2003) aponta que o editorial é a carta de apresentação e o ambiente de identificação ideológica dos meios de comunicação, especialmente da imprensa escrita. É por meio do editorial que a empresa apresenta aos leitores suas interpretações sobre os assuntos que ocupam a cobertura noticiosa. Mostaza²⁰ (1966) destaca a dimensão de profundidade que o texto editorial confere ao jornalismo. Sem o editorial, explica o autor, o jornalismo seria tão somente superficialidade, não o corpo da atualidade, mas seu espectro:

Os editoriais são uma das três dimensões básicas do jornalismo: a dimensão da profundidade, que, precisamente, dá ao jornalismo autoridade, consistência e hierarquia em seu conteúdo. Sem os editoriais, o jornalismo seria reduzido a uma mera superfície: não seria o corpo da atualidade, seria seu espectro. (1966 apud MORENO, 2003, p. 231, tradução nossa).²¹

Embora cada meio de comunicação apresente sua própria estrutura de funcionamento, é comum que os editoriais orbitem entre três temáticas: (a) temas internacionais, como eventos de grande importância histórica ou de implicações diretas para o país de origem do jornal; (b) temas sociais que interessam ao leitor médio que, por sua vez, possuem repercussão direta sobre a maioria da população; e (c) temas de conflito, vez que exige exposição e defesa concreta de uma opinião a respeito do rumo que deve ser tomado diante de determinada circunstância, porém não de enfrentamento, considerando que o editorial não se configura em um ambiente adequado para o desencadeamento de enfrentamentos (MORENO, 2003).

Existem fundamentos que sugerem que a eficácia do editorial é mais poderosa do que as outras seções, com exceção das opiniões publicadas por comentaristas de prestígio. Nesse sentido, o texto editorial diferencia-se das demais seções em razão da orientação ideológica, e não técnica, considerando que a redação do editorial geralmente respeita uma uniformidade estrutural, com critérios sempre fixos, ensina Moreno (2003).

Mont'Alverne e Marques (2015) também identificam que editorial possui um peso diferenciado em relação às demais seções do jornal, considerando que os

²⁰ MOSTAZA, B. Editoriales, en Enciclopedia del periodismo. Barcelona-Madrid, Noguer, 1966.

²¹ Los editoriales son una de las tres dimensiones básicas del periodismo: la dimensión de profundidad, la que, precisamente, da al periodismo autoridad y consistencia y jerarquiza en planos su contenido. Sin editoriales, el periódico quedaría reducido a mera superficie; no sería el cuerpo de la actualidad, sería su espectro. (1966 apud MORENO, 2003, p. 231).

textos têm a finalidade de orientar a audiência, ocupam um espaço privilegiado na diagramação do jornal, geralmente a página dois, e são redigidos pelos profissionais mais experientes da redação. Além de apresentar a opinião da organização midiática sobre determinado tema de interesse público, seja político, econômico ou social, operando para formatar os traços da imagem pública dos agentes políticos e das instituições, o editorial também constrói a imagem do próprio jornal. Os textos editoriais funcionam, portanto, para estabelecer e consolidar a posição social da empresa jornalística (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015).

O editorial não costuma problematizar as estruturas fundamentais do sistema político, mas apresentar uma concepção naturalizada sobre a política e como as ações políticas se desenrolam. Assim, para Mont'Alverne e Marques (2015), a função política dos editoriais jornalísticos opera em dois sentidos: a empresa midiática utiliza o respaldo que possui junto ao público para oferecer seu ponto de vista e pressionar os agentes políticos, ao mesmo tempo em que precisa lidar com as pressões inerentes à prática do jornalismo, tal como a imparcialidade na cobertura noticiosa.

Moraes (2007) explica que o texto editorial contribui para a formação da opinião pública, operando na tematização do debate. Ao formatar, no dia a dia, compreensão específica sobre os eventos do cotidiano político, econômico ou social, o gênero acaba por pautar o debate público. “De forma clara, o jornal pretende pautar a sociedade, fazer o agendamento dos discursos sociais” (MORAES, 2007). O autor ensina, ainda, que o texto editorial também pode se colocar como moderador de temas polêmicos e embates que ocorrem na sociedade. Nesse sentido, ao atuar na interface da instrumentalização da opinião pública, o editorial pode adquirir, em algumas ocasiões, um caráter incendiário, conforme explicam Miguel e Coutinho (2007): “a imprensa alimentaria as crises políticas, de maneira irresponsável, na busca desenfreada por melhores manchetes” (MIGUEL; COUTINHO, 2007, p. 98).

Alves Filho (2006), por sua vez, discute as noções de autoria nos gêneros do discurso, mais especificamente nos textos opinativos dos jornais, destacando que “quem confere um acabamento aos textos e faz as escolhas estilísticas são os autores, embora inseridos sempre em conformações ideológicas-discursivas” (ALVES FILHO, 2006, p. 78). A autoria institucional, que ocorre no editorial jornalístico, pode ser enquadrada a partir do caráter refratado e refratante do autor-

criador, tendo em vista que os valores da organização de mídia surgem recortados pelo redator, e, simultaneamente, o mesmo promove uma refração da realidade que será, por sua vez, recriada nos enunciados do editorial. Alves Filho (2006) identifica seis elementos caracterizadores da autoria institucional nos editoriais jornalísticos: (a) impessoalização e objetividade, que se verificam no uso da terceira pessoa do singular; (b) institucionalização, considerando que o redator fala em nome de uma empresa jornalística, que, por sua vez, assume a responsabilidade pelo conteúdo que está sendo veiculado; (c) ausência de assinatura e elementos biografizantes, pois não há autoria individual, apenas o rótulo de editorial identificando cada texto; (d) uso da variedade padrão de linguagem, que se materializa na ausência de palavras que possam ser vinculadas a sujeitos empíricos ou segmentos socioculturais; (e) interação entre uma instituição e indivíduo-leitores, por tratar do diálogo entre uma organização de mídia com seus leitores/consumidores; e (f) ineditismo textual, considerando que, ao contrário das notícias e dos artigos de opinião, os conteúdos dos editoriais são usualmente inéditos e não se repetem (ALVES FILHO, 2006).

Os editoriais produzem ainda uma imagem específica dos agentes políticos e das instituições. Ao analisar os editoriais da FSP e OESP publicados, entre 2003 e 2004 sobre o Senado, Azevedo e Chaia (2008) verificaram que os jornais paulistanos apresentaram uma visão fortemente negativa da atividade dos senadores, com destaque a críticas ao fisiologismo, ao absentismo, à infidelidade partidária, aos determinados comportamentos éticos e morais dos parlamentares, e também aos partidos políticos como organizações com pouca ou nenhuma densidade ideológica ou programática.

Na medida em que podem incendiar o debate público, legitimando discussões e orientando a audiência, o editorial jornalístico revela que as organizações midiáticas atuam também como agentes políticos (MARQUES, MONT'ALVERNE, MITOZO, 2018; MELTZER, 2017; EILDERS, 1999).

O texto editorial consiste, portanto, no principal ponto intelectual de qualquer jornal, servindo para provocar, debater, instituir agendas, promover campanhas por mudanças, persuadir e frequentemente desafiar e, ao mesmo tempo, expressando a opinião dos proprietários das instituições midiáticas, funcionando como guardiões da consciência pública (HAMLET, 2009). Nas sociedades contemporâneas, em que os jornais são desafiados pelo declínio na economia e pela popularidade da internet, os

editoriais jornalísticos permanecem relevantes devido a sua função de *gatekeeping*, ainda que esse panorama seja difícil de ser mantido em razão do ambiente online oferecer uma infinidade de opiniões e a crença nas organizações midiáticas ser cada vez menor ao redor do mundo. Ainda que tenham migrado para o ambiente online, os editoriais continuam relevantes, conforme explica Hamlet (2009):

Mesmo quando migram para o ambiente online, os editoriais de jornais podem continuar a ocupar um lugar significativo no panorama da mídia, trazendo aos leitores editoriais fortes e bem argumentados, que refletem pesquisas sólidas, da mesma forma mantendo o delicado equilíbrio entre o que os leitores precisam saber e o que querem que eles saibam sobre o que lêem (HAMLET, 2009, p. 477, tradução nossa).²²

A respeito do processo de transição do texto editorial, concebido originalmente para ser publicado na versão impressa, para o ambiente eletrônico, Orosa, García e Santorum (2013) constataram que, recentemente, os editoriais iniciaram sua adaptação aos novos suportes, tratando de adequar seus atributos às possibilidades de interações inerentes ao ambiente online, bem como sua estrutura textual. O editorial manteve-se como um dos principais gêneros opinativos na versão digital dos jornais, conservando, da mesma forma, sua principal característica de ser a voz das instituições midiáticas diante dos temas mais relevantes da atualidade. Segundo os autores, o editorial funciona, na internet, mais como a opinião do jornal *online* sobre determinados assuntos do que particularmente como um elemento hierarquizador dos temas mais importantes para a audiência. A adaptação do editorial à internet é, até o momento, escassa e com poucas mudanças em suas estruturas textuais, sendo a principal delas o uso de alguns elementos de hipertextualidade. A maior mudança verificada no fenômeno da adaptação dos editoriais às potencialidades da internet ocorre em relação à interatividade com os usuários: “A maior aproximação às potencialidades da rede registra-se na interatividade, através da participação dos leitores, embora seja menor nos editoriais

²² Even as they migrate online, newspaper editorials can continue to hold a significant place in the media landscape by bringing readers strong, well-argued editorials reflecting solid research as well as maintaining the delicate balance between what readers need to know and what they want to know do read about (HAMLET, 2009, p. 477).

do que nas outras seções do jornal” (OROSA, GARCÍA, SANTORUM; 2013, p. 498, tradução nossa).²³

2.2 A DEPOSIÇÃO – UMA REVISÃO

No dia 31 de agosto de 2016, o Senado aprovou, por 61 votos a 20, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. No mesmo dia, o vice-presidente, Michel Temer, assumiu formalmente o cargo de presidente da República. A interrupção precoce do segundo mandato da presidenta, que havia sido reeleita em outubro de 2014 com 54 milhões de votos²⁴ – 51,64% dos votos válidos – marcou, de forma definitiva, o aprofundamento de uma crise que interrompeu uma sequência incomum de duas décadas de estabilidade política no país (NUNES E MELO, 2017).

O *impeachment* teve início formal em 1º de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, aceitou a denúncia de crime de responsabilidade apresentada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal contra Dilma Rousseff. Na acusação, o grupo argumentou que Dilma cometeu crime ao editar, durante o ano de 2015, três decretos para abertura de créditos suplementares²⁵ no valor total de R\$ 2,3 bilhões para despesas nas áreas da educação, previdência, trabalho, cultura, além de órgãos do Executivo e do Judiciário, aumentando as despesas do governo sem que houvesse autorização do Congresso. Os advogados também acusaram a petista de cometer as chamadas pedaladas fiscais²⁶, que consistiram no atraso do pagamento, entre janeiro e novembro de 2015, de R\$ 3,5 bilhões ao Banco do Brasil referente aos subsídios do Plano Safra, um programa do governo federal que visava oferecer empréstimos a juros baixos e com pagamento facilitado a agricultores familiares. De acordo com os acusadores, nos dois casos Dilma teria desrespeitado a LRF e cometido crime de responsabilidade.

²³ La mayor aproximación a las potencialidades de la red se registra em la interactividad (...) a través de la participación de los lectores, aunque es inferior a ostras secciones del periódico. (OROSA, GARCÍA, SANTORUM; 2013, p. 498).

²⁴ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em: 5 outubro 2018.

²⁵ Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/poder/2016/08/26/entenda-pedaladas/>. Acesso em: 5 outubro 2018.

²⁶ Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais/>. Acesso em: 5 outubro 2018.

Após tramitação²⁷, em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou, por 367 votos favoráveis e 137 contrários²⁸, a admissibilidade do *impeachment*, em uma sessão transmitida ao vivo pelas principais redes de televisão do país. Na ocasião, os parlamentares que votaram a favor do *impeachment* deixaram de lado as razões de ordem administrativas alegadas para a instauração do afastamento e justificaram o voto com base em valores morais e relacionados à tradição, como sentimentos referentes à família e à religião (PRANDI, CARNEIRO; 2018). Em 12 de maio, por 55 votos a 22, o processo foi formalmente admitido pelo Senado²⁹ e Dilma foi afastada do cargo, de forma temporária, por 180 dias. O julgamento em definitivo pelos senadores teve início em 25 de agosto. Seis dias mais tarde, o Senado aprovou a destituição em definitivo da presidenta.

Para entender o processo que culminou com interrupção do mandato de Dilma é necessário considerar: (a) elementos casuais que se mostraram decisivos para configurar o contexto da crise, como a crise econômica que o país enfrentava entre 2015 e 2016 e a incompatibilidade entre o que a presidenta havia prometido na campanha à reeleição, um ano antes, e o que efetivamente aconteceu na economia a partir do momento em que foi empossada para seu segundo mandato; e (b) mecanismos que foram efetivamente capazes de instrumentalizar a deposição, como os movimentos realizados pela oposição no Congresso e os protestos massivos contra o governo (NUNES; MELO, 2017).

Em 2016, a situação econômica do país apresentava piora em relação a 2015, quando o PIB caiu 3,8%. No início daquele ano, a previsão do Ministério da Fazenda apontava para uma nova queda no PIB, dessa vez na ordem de 3,5%. A recessão econômica elevou os índices de desemprego. O número de pessoas sem trabalho ultrapassou 12 milhões, cerca de 11,9% da população com idade para atuar no mercado de trabalho. O declínio na economia surgiu associada às revelações da Operação Lava Jato de que grandes construtoras pagavam propina a executivos da Petrobras indicados por PP, PT e MDB e agentes políticos desses partidos³⁰. A

²⁷ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acesso em: 5 outubro 2018.

²⁸ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>. Acesso em: 5 outubro 2018.

²⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/12/senado-abre-processo-de-impeachment-contradilma-rousseff>. Acesso em: 5 outubro 2018.

³⁰ Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>. Acesso em: 5 outubro 2018.

magnitude dos números e as prisões, combinados com a importância e simbolismo da petrolífera brasileira, tiveram um forte impacto na opinião pública, que passou a desacreditar ainda mais no governo e no PT. O sentimento de que Dilma foi responsável pela crise econômica, somado às primeiras revelações da Operação Lava Jato fizeram o capital político da presidenta desaparecer rapidamente (NUNES; MELO, 2017).

Na esteira da crise econômica e dos escândalos de corrupção, surgiram os dois mecanismos responsáveis pelo início da deposição. O primeiro configura-se na realização de grandes manifestações de rua contra a presidenta. O primeiro e maior protesto contra o governo Dilma ocorreu em 15 de março de 2015, quando mais de 1 milhão de pessoas, nos 26 Estados e no Distrito Federal, foram às ruas pedir o *impeachment*, acusando o PT de ser responsável pelo escândalo de corrupção na Petrobras³¹. Protestos massivos, organizados por grupos como Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e partidos políticos de oposição, ocorreram também em abril, agosto e dezembro de 2015 e março, abril e julho de 2016. Ao mesmo tempo, deputados federais insatisfeitos com o governo assumiram a liderança do processo, comandados pelas iniciativas do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, desencadeando o segundo e mais importante mecanismo para instrumentalizar a destituição. No sistema de coalizão brasileiro, a relação entre o Congresso e o Poder Executivo sempre se mostrou um fator chave para o sucesso dos governos. No segundo mandato de Dilma, contudo, a coalizão formada durante sua reeleição jamais funcionou efetivamente no Congresso, que se revelou mais fragmentado que nunca. A eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara em fevereiro de 2015 tornou a relação de Dilma com o Poder Legislativo ainda mais difícil, vez que o parlamentar trabalhou, insistentemente, nos anos anteriores, contra a aliança entre o PT e o MDB. Paralelamente, Eduardo Cunha utilizou sua abundância de recursos nas eleições de 2014 para expandir seu poder e formar na Câmara dos Deputados uma bancada própria, mais poderosa que a de seu próprio partido. Dessa forma, “a oposição no Congresso, movimentos contra o governo na sociedade civil, e setores da mídia logo enxergaram no deputado um ator capaz de interromper o longo ciclo do PT no poder” (NUNES; MELLO, 2017, p. 286, tradução

³¹ Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Acesso em: 7 julho 2019.

nossa). Durante todo o ano de 2015, Eduardo Cunha usou sua posição estratégica de presidente da Câmara contra a presidenta. A chantagem do parlamentar contra o governo ficou explícita quando o Comitê de Ética da Câmara passou a discutir a cassação do mandato do deputado por ele ter mentido sobre contas bancárias na Suíça. No mesmo dia em que deputados do PT anunciaram que votariam contra Cunha no Comitê de Ética, o presidente da Câmara anunciou que aceitaria a denúncia protocolada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal que pedia o *impeachment* Dilma Rousseff. (NUNES; MELO, 2017).

A última tentativa da presidenta para salvar o mandato foi a nomeação, em março de 2016, do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil, medida que acabou sendo impedida pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, sob a alegação de que Dilma estava tentando proteger Lula das investigações relacionadas à Operação Lava Jato (NUNES; MELO, 2017).

Antes, durante e após a consumação do processo, o *impeachment* gerou um intenso debate sobre sua legalidade. Nunes e Melo (2017) observam:

A consideração mais importante não era a de que os argumentos técnicos a favor do impeachment fossem ou não suficientemente convincentes. O que importava era que a maioria do Congresso, a sociedade, a mídia, e o mundo financeiro e empresarial haviam chegado à conclusão que era necessário remover a presidenta. A fragilidade da acusação formal – “infração técnica da Lei de Responsabilidade Fiscal” – (...) lembra o uso de algo que Mahoney e Thelen (2010) destacam nos processos de mudança institucional: regras, tão detalhadas quanto devem ser, sempre contêm um elemento de ambiguidade, para o deleite de ambos, os reformadores e os que conspiram para interromper mandatos políticos. Em outras palavras, as pedaladas fiscais foram definidas como crime de responsabilidade porque a maioria do Congresso assim desejava. (NUNES; MELO, 2017, p. 289, tradução nossa).³²

Ao mesmo tempo, pesquisadores dos campos da Comunicação e da Ciência Política classificam o *impeachment* de Dilma como golpe parlamentar (SANTOS, 2017; SANTOS; GUARNIERI, 2016; SOUZA, 2016).

³² The most importante consideration was not that the technical arguments in favor of *impeachment* were or not sufficiently convincing. What mattered was that a large majority in Congress, in society, in the media, and in the financial/business world had arrived at the conclusion that it was necessary to remove the president. The fragility of the formal accusation – “a technical infraction of the Fiscal Responsibility Law” – [...] reminds us of something that Mahoney and Thelen (2010) highlight in the processes of institutional change: rules, as detailed as they may be, always contain an element of ambiguity, to the delight of both would-be reformers and those who are plotting to interrupt political tenures. In other words, the pedaladas fiscais were defined as a crime of responsibility primarily because a large majority of Congress so desired (NUNES; MELO, 2017, p. 289).

Santos (2017) é categórico ao observar que a destituição se caracterizou como um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares. Golpes parlamentares são fenômenos de certa forma inéditos nas democracias representativas contemporâneas. No golpe parlamentar, defende o autor, há a sensação de que as instituições estão funcionando normalmente, ao mesmo tempo em que são articuladas proposições de leis e rotinas de subversão política, econômica e social, causando uma inerente instabilidade nas organizações (SANTOS, 2017). Segundo o cientista político, o golpe parlamentar de 2016 guarda uma série de semelhanças com o golpe de 1964: ambos foram motivados a partir de uma clara reação dos conservadores à participação popular na vida pública; nas duas ocasiões o tecido social rejeitava ativamente políticas de acentuado conteúdo social e nos dois momentos havia denúncias de corrupção sistêmica nos governos. Santos explica: “o denominador comum entre os golpistas dos anos 1950 e dos de 2016 é a rejeição ao progresso econômico e social das classes vulneráveis” (SANTOS, 2017, p. 42). O autor resume a deposição de Dilma da seguinte maneira:

O que há é o mais visceral e explícito repúdio ao continuado predomínio de políticas visando reduzir as desigualdades nacionais. Sucessivas derrotas levaram a elite econômica do país, embora altamente compensada durante os governos trabalhistas, a associar-se aos setores preconceituosos da classe média no desespero das eleições como recurso para interromper a supremacia eleitoral trabalhista. Deterioração econômica e desacertos de condução política do governo, diz-se, propiciaram o adubo para que a pregação golpista, iniciada sob a suspeita de inexistente fraude eleitoral, prosperasse, terminando vitoriosa no assalto no poder governativo (SANTOS, 2017, p. 47).

Dessa forma, para Santos (2017), o *impeachment* caracterizou-se em um golpe parlamentar que se constituiu em um acordo tácito entre a maioria do judiciário e do legislativo com apoio da elite empresarial de maneira que houvesse uma congregação conjuntural de interesses. Ao mesmo tempo, entende o autor, a deposição não contou com a efetiva subscrição dos grupos mobilizados, que desejavam passivamente a destituição de Dilma, sem ter clareza sobre os lances seguintes. O apoio massivo da população de baixa renda e da classe média ao impedimento revela a gravidade da extensão e intensidade da insatisfação poliárquica (SANTOS, 2017). Na trincheira da agitação e propaganda através da disseminação de noticiário, que estimulou a insatisfação de diversos grupos, a imprensa desempenhou papel fundamental no *impeachment*. As empresas

mediáticas articularam um tipo de perversão psicológica nos grupos sociais sendo que a substituição da presidente da República era impositiva diante da gravidade conjuntural, explica Santos (2017). Sobre o papel da imprensa nesse processo, o autor afirma:

O sequestro do poder constituinte do povo se processa por golpe parlamentar, em colusão tácita com o judiciário e o empresariado, tendo a unanimidade relevante da imprensa como filtro do noticiário que chega às grandes massas. A imprensa colabora decisivamente para a consolidação do poder usurpado substituindo a conexão de sentidos entre eventos, a racionalidade comum à maioria das pessoas na percepção dos acontecimentos, pela imposição de casualidades precárias entre ações de governo e artigos do Código Penal (SANTOS, 2017, p. 185).

Da mesma forma, Souza (2016) classifica a destituição da primeira mulher eleita presidenta do Brasil também como golpe de Estado. Para o autor, o *impeachment* é resultado de uma ação concertada entre três atores: (a) as principais organizações de mídia brasileiras; (b) um Congresso reacionário e comprado; e (c) a fração mais corporativa e moralista do Judiciário. Esses três grupos atuaram a partir de estímulos das elites financeiras global e nacional, que tiveram seus interesses contrariados com as políticas econômicas adotadas nos primeiros meses do segundo mandato de Dilma. Segundo o pesquisador, a mídia apropriou-se do discurso anticorrupção para criminalizar o PT e deslegitimar o governo da presidenta. “A personalização da corrupção serve apenas à sua continuidade, já que o arranjo institucional que a torna possível não é tocado”, afirma Souza (2016, p. 111).

2.3 A MÍDIA NACIONAL DO *IMPEACHMENT*

A mídia nacional exerceu um inevitável protagonismo no *impeachment* da presidenta brasileira (ALBUQUERQUE, 2017; ALMEIDA, 2016, MIGUEL, 2017; GOLDSTEIN, 2016; FERES; SASSARA). Após o segundo turno da eleição presidencial de 2014, com a vitória sobre Aécio Neves e com o recrudescimento da crise política e econômica nos primeiros meses de 2015, a mídia conservadora passou a adotar um tratamento específico para cobrir a conjuntura política, enaltecendo a situação difícil e construindo uma agenda que restringia todos os problemas do país na distinção entre políticos honestos e corruptos. Esse tipo de

agendamento e enquadramento excluiu outros assuntos da opinião pública, tais como desigualdades sociais e a necessidade de se promover um ajuste econômico para a retomada do desenvolvimento. Goldstein explica: “A mídia estimulou os protestos de 2015 contra o governo, que começaram com as manifestações de 2013, caracterizadas por um descontentamento da cidadania com a classe política” (GOLDSTEIN, 2016, p. 9, tradução nossa).

O aumento na cobertura negativa da mídia nacional sobre Dilma, após sua reeleição, foi identificado também por Feres Junior e Sassara (2016). De acordo com os autores, o segundo mandato da presidenta começou a ser ameaçado ainda antes da posse, em razão das dificuldades na relação com o parlamento, quando a imprensa assumiu uma postura ainda mais desfavorável à presidenta do que no período eleitoral. Neste contexto, a cobertura de Dilma nos jornais FSP, OESP e O Globo passou de 96 citações negativas nas capas dos jornais em outubro de 2014, o último mês do período eleitoral, para 322 referências negativas em março de 2015. “A discrepância é tão significativa que aponta para um nível de politização e militância da mídia que é incompatível com a democracia moderna” (FERES JUNIOR; SASSARA, 2016, p.176, tradução nossa)³³.

Miguel (2017) também entende que os meios de comunicação desempenharam papel fundamental no processo de deposição da presidenta. Os principais jornais, revistas e redes de televisão engajaram-se, indisfarçadamente, ao operacionalizar o desgaste político de Dilma, bem como deslegitimar seu governo, promovendo uma cruzada moral em que a ética mais elementar da prática jornalística foi transgredida. Nesse contexto, as organizações midiáticas produziram o ambiente público, instituindo a agenda a ser discutida pela sociedade, os personagens e o enquadramento (MIGUEL, 2017).

Albuquerque (2017) explica que, ao lançar mão de sua influência política, a mídia brasileira engajou-se ativamente na campanha para o afastamento de Dilma como uma maneira de solucionar os problemas políticos e econômicos do Brasil. O autor entende que a imprensa nacional atuou no sentido de conspirar contra a ordem democrática.

³³ The discrepancy is so significant that it points to a level of media politicization and militancy that is incompatible with modern democracy. (FERES JUNIOR; SASSARA, 2016, p. 176).

A destituição compulsória da presidenta da República, sem que houvesse crime de responsabilidade claramente estabelecido, causou danos à democracia brasileira (MIGUEL, 2017; NUNES; MELO, 2017; SANTOS; SWAKO, 2016). Miguel (2017) explica que a democracia no país, que estava em um processo de consolidação, mostrou-se um regime vulnerável, de tal forma que o *impeachment* “marca uma fratura crucial no ensaio democrático iniciado pouco mais de três décadas antes” (MIGUEL, 2017, p. 103).

A deposição, segundo Nunes e Melo (2017), reabriu as discussões sobre a funcionalidade e estabilidade da democracia brasileira após um período de aparente segurança entre 1994 e 2014. Para os autores, o país estava experimentando naquele momento uma crise política para qual não existe solução, considerando que os agentes políticos e os partidos estão sendo duramente questionados em sua legitimidade.

Santos e Szwako (2016) diagnosticaram o afastamento como uma ação deliberada de agentes políticos. Segundo os autores, desde a reeleição da petista em outubro de 2014, as cúpulas dos partidos de oposição, especialmente MDB³⁴ e PSDB, passaram a articular as condições para a consecução do processo que resultou no *impeachment*. O Poder Judiciário, que deveria cumprir o papel de resguardar o espírito do presidencialismo e frear a gana da oposição, mergulhado em sua própria crise institucional em razão da alta politização e partidização, furtou-se a agir. Nesse sentido, “a lógica interna ao *impeachment* de Dilma Rousseff não é caudatária de dinâmicas institucionais, mas sim da atuação concatenada e deliberada de atores político-partidários e judiciários” (p.117), ainda que esses atores tenham utilizado as instituições a despeito delas próprias, uma característica inovadora dessa modalidade de golpe (SANTOS; SWAKO, 2016).

O posicionamento adotado pelos principais jornais brasileiros, em seus editoriais, a respeito do *impeachment*, tem sido estudado por pesquisadores dos campos da Comunicação e da Ciência Política. Pesquisador da Pompeu Fabra University, em Barcelona, Teun Van Dijk (2017) constatou, ao aplicar a análise do discurso em um corpus formado por 18 editoriais relacionados a 60 manchetes do

³⁴ Nova demoninação do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), alteração aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral em maio de 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Maio/aprovada-mudanca-do-nome-do-partido-do-movimento-democratico-brasileiro-pmdb>. Acesso em: 5 outubro 2018.

jornal O Globo publicados nos meses de março e abril de 2016, que o periódico manipulou sistematicamente os eleitores, a opinião pública e a elite política com o objetivo de “promover e legitimar um golpe como um *impeachment* com base constitucional de Dilma Rousseff” (VAN DIJK, 2017, p. 17). De acordo com o autor, o jornal utilizou estratégias de manipulação como: (a) derrogação léxica, que consiste no uso de termos anticomunistas clássicos tais como tropa de choque e agitadores para se referir a petistas e seus apoiadores; (b) acusações seletivas, como a acusação de que o aparelhamento da Petrobrás pelo ex-presidente Lula ocorreu paralelamente ao escândalo mensalão; (c) uso de pressuposições ao invés de afirmações diretas; (d) retratação, quando combina o uso de detalhadas afirmações negativas seguidas de uma retratação do jornal; (e) apresentação positiva da própria empresa de comunicação como uma ferramenta para legitimar a opinião e a cobertura jornalística do Grupo Globo sobre o episódio, ao mesmo tempo que o STF, PF, Operação Lava Jato e juiz Sérgio Moro são apresentados de forma positiva enquanto Dilma, Lula e o PT, além dos atores que apontaram o *impeachment* como um golpe, inclusive parte da imprensa internacional, são caracterizados de forma negativa; (f) suspeições e acusações como fatos, sem a obrigação usual de apontar as dúvidas do trâmite ou se distanciar do processo; (g) generalização, que consiste na estratégia retórica de transformar um alegado ato de má conduta como uma característica geral do oponente, além do uso de hipérboles para ressaltar aspectos negativos; (h) uso de números manipulados para conferir precisão estatística e credibilidade aos argumentos do jornal; (i) deslegitimação da acusação de golpe; e (j) a legitimação do *impeachment*. O autor ainda identificou, reiteradamente, nos textos editoriais, referências metonímicas ao termo “rua” como uma estratégia retórica utilizada para fazer referência ao termo “milhões”, quando abordou as manifestações de rua ocorridas no país durante o *impeachment*, protestos que foram interpretados como sendo apenas contra Dilma, Lula e o PT, e não como uma expressão contra a corrupção. Destarte, Van Dijk (2017) identificou que as estratégias de manipulação d’O Globo consistiram na demonização e deslegitimação de Dilma e Lula, condições cruciais para a consumação do *impeachment*, além de impedir uma possível candidatura de Lula nas eleições presidenciais de 2018 (VAN DIJK, 2017).

Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) analisaram um conjunto de 507 textos editoriais publicados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016 pela FSP e

OESP a partir três variáveis: (a) argumento legitimador utilizado; (b) saídas apontadas para a situação política; e (c) consequências do *impeachment*. O estudo constatou que a crise econômica foi o argumento legitimador mais empregado pelos dois jornais paulistanos nos editoriais para justificar o *impeachment*. A FSP apontou a realização de novas eleições e a renúncia de Dilma como solução para a situação, enquanto OESP focou na efetivação do *impeachment*, e ambos os jornais indicaram como provável consequência para o não afastamento de Dilma a instabilidade política no país. Nesse contexto, de acordo com os pesquisadores, os jornais paulistanos transferem o centro do debate a respeito da destituição, do campo político ou jurídico para o campo econômico. “As regras do jogo democrático-constitucional são mobilizadas de forma a garantir que o *impeachment* estaria a transcorrer de forma procedimentalmente correta” (MARQUES, MONT’ALVERNE, MITOZO, 2018, p. 239). Os autores assinalam ainda que os editoriais são utilizados como forma de colocar o *impeachment* na pauta do debate público, vez que existe uma relação positiva entre o volume de editoriais publicados e os avanços dos acontecimentos formais relativos ao processo (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018).

Rodrigues (2018), por sua vez, examinou 34 editoriais publicados entre 2015 e 2017 pelos jornais O Globo, FSP, OESP, Estado de Minas, Correio Braziliense e Zero Hora e constatou que “o histórico de atuação dos principais meios de comunicação em processos de desestabilização de presidentes no Brasil permanece atual” (RODRIGUES, 2018). O autor argumenta que sempre que houve, no Brasil, uma unidade de crítica articulada pelos principais meios de comunicação a algum presidente da República, tais críticas tenham encontraram ressonância em perturbações sociais, políticas ou econômicas e os governantes foram depostos do cargo.

Ainda nesse escopo, Guazina, Prior e Araújo (2018) compararam o posicionamento de cinco editoriais publicados pelos jornais Público, *El País*, *The Guardian*, *Le Monde* e *The New York Times* com três textos editoriais publicados por FSP, O OESP e O Globo, e constataram diferenças assimiláveis nas opiniões publicadas pelas organizações de mídia estrangeiras e brasileiras. Utilizando a teoria do enquadramento, os pesquisadores identificaram que os veículos de comunicação internacionais adotaram um posicionamento cético em relação ao processo, argumentando que a destituição não estava transcorrendo, de fato, em

razão das chamadas pedaladas fiscais, e demonstrando preocupação com os efeitos do processo para o país. Por outro lado, os jornais brasileiros atuaram em duas frentes argumentativas principais, buscando enfatizar que os tramites constitucionais para o *impeachment* estavam sendo rigorosamente cumpridos e refutando, constantemente, a hipótese de golpe contra a ex-presidenta (GUAZINA, PRIOR, ARAÚJO, 2018).

Tal qual o editorial, a cobertura noticiosa da imprensa nacional também vem sendo examinada pelos pesquisadores. Utilizando a perspectiva metodológica do enquadramento multimodal, que considera três elementos comunicativos presentes nas matérias jornalísticas, narrativa, representação visual e categorias de enquadramento, Prudêncio, Rizzotto e Sampaio (2017) analisaram 2.202 notícias publicadas pelos jornais O Globo, FSP e OESP entre dezembro de 2015 e agosto de 2016. O estudo verificou que a cobertura noticiosa dos *quality papers* brasileiros favoreceu o *impeachment*, ainda que isso não tenha ocorrido de forma enfática. Essa suposta neutralidade adotada pelos veículos é qualificada pelos pesquisadores como a “normalização do golpe” (PRUDÊNCIO; RIZZOTTO; SAMPAIO, 2017, p. 25), vez que as matérias focaram em posicionar os atores do *impeachment* enquanto favoráveis ou contrários, sem que fossem discutidas, em profundidade as polêmicas e consequências da destituição. “O jornalismo brasileiro tratou o problema como sendo político, tendo causas políticas e consequências meramente políticas, não enfatizando os impactos na ordem democrática ou mesmo na população” (PRUDÊNCIO; RIZZOTTO; SAMPAIO, 2017, p. 25).

Da mesma forma, Becker et al. (2016) identificaram, na cobertura noticiosa da imprensa brasileira, especificamente nas primeiras páginas da FSP, OESP e O Globo, a relativização do processo de *impeachment*. Utilizando a análise de enquadramento, os autores observaram, nas capas dos jornais, um viés favorável ao *impeachment*, motivado pela expectativa de mudança na economia, apontando ainda que a cobertura minimizou questões de interesse público, naturalizou os conflitos e apresentou, de forma superficial, as informações. “O embate político é reducionista quanto às implicações do *impeachment*. [...] As manchetes e textos sublinham o sentenciamento em torno da presidenta e do seu partido, já condenados, antes mesmo do fim do processo” (BECKER et al., 2016, p. 112).

De forma paralela, outros estudos voltaram a observar como ocorreu a cobertura noticiosa do *impeachment*, a partir da análise da figura da ex-presidenta

Dilma. Amaral e Arias Neto (2017) constataram que matérias publicadas pelas revistas Isto É e Veja, além de conteúdo veiculado na TV Estadão, promoveram a naturalidade da misoginia e sexismo, bem como a desqualificação da mulher no espaço político. Santos (2016), por sua vez, contextualizou a história do *impeachment*, a partir da análise de duas fotografias da ex-presidenta feitas respectivamente por Dida Sampaio³⁵ em 3 de maio de 2016 e Lula Marques³⁶ em 24 de agosto do mesmo ano. A imagem de Dilma foi objeto ainda do estudo de Rizzotto e Prudêncio (2017). Ao mobilizar a metodologia do enquadramento multimodal e aplicar a um conjunto de matérias publicadas pela FSP, OESP e O Globo, as autoras verificaram que a ex-presidenta foi associada ao papel de vítima.

³⁵ Disponível em: <https://img.estadao.com.br/resources/jpg/0/5/1462311468850.jpg>. Acesso em: 15 agosto 2018.

³⁶ Disponível em: http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2016/08/29213274105_3f895d137e_k.jpg. Acesso em: 15 agosto 2018.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE

Neste capítulo, o estudo apresenta as estratégias metodológicas mobilizadas, estabelece as análises, apresenta os resultados identificados e formula discussões. Na seção 3.1, o trabalho apresenta como foi realizada a preparação do *corpus* que sustenta a pesquisa, formado por 42 editoriais publicados pelos jornais *El Mercurio*, *El País*, *Le Monde*, *Público*, *Guardian* e *NYT*. Na seção 3.2 são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados e, na sequência, na seção 3.3, o estudo formula um breve perfil institucional de cada jornal, contextualizando dados históricos e demais informações consideradas relevantes. Na seção 3.4, o trabalho relaciona a rotina de publicação dos editoriais, considerando as datas das publicações e o conteúdo dos textos, por meio de uma abordagem exploratória, aos acontecimentos do rito institucional e aos desdobramentos sociais. Em seguida, na seção 3.5, são formuladas as análises, de forma que a pesquisa identifica, descreve e compara os principais argumentos mobilizados em cada jornal, para apresentar *impeachment*. Por fim, na seção 3.6, são apresentados resultados e discussões.

3.1 PREPARAÇÃO DO CORPUS

O estudo examina 42 textos editoriais publicados pelos jornais *El Mercurio*, *El País*, *Le Monde*, *Público*, *The Guardian* e *NYT* entre os dias 1º de dezembro de 2015 e 1º de setembro de 2016. Embora a destituição tenha sido confirmada pelo Senado no dia 31 de agosto de 2016, a pesquisa estendeu o período de observação até o dia 1º de setembro, considerando que alguns jornais publicaram editoriais sobre o tema no dia seguinte ao *impeachment*. Os procedimentos realizados para a coleta do material, preparação e tratamento do *corpus* são apresentados a seguir.

Para a seleção foram cumpridos os seguintes procedimentos. A coleta dos textos foi realizada a partir do *site* de cada jornal. Orosa, García e Santorum (2013) explicam que ocorre uma adaptação dos editoriais aos novos suportes, adequando seus atributos às possibilidades de interações inerentes ao ambiente online, bem como sua estrutura textual. Nesse sentido, foi realizada, em um primeiro momento, uma aproximação exploratória de jornais internacionais que publicaram editoriais sobre a destituição. Essa abordagem ocorreu de três maneiras: exploração da página em que são publicados os editoriais; localização de *tags* que identificam os

textos; cruzamento de termos nos campos de buscas das plataformas. Foram identificados, nesse momento nove jornais, da América Latina, América do Norte e Europa, que se manifestaram, em editoriais, sobre o *impeachment*. Esse grupo de diários publicou, no período observado, um conjunto de 60 textos sobre a deposição da presidenta brasileira, conforme Tabela 1.

TABELA 1 – ABORDAGEM EXPLORATÓRIA DOS EDITORIAIS SOBRE O IMPEACHMENT

Jornal	País	Número de editoriais publicados
<i>El Mercurio</i>	Chile	6
<i>El País</i>	Espanha	9
<i>Financial Times</i>	Reino Unido	4
<i>Le Monde</i>	França	5
Público	Portugal	16
<i>The Guardian</i>	Reino Unido	5
<i>The New York Times</i>	Estados Unidos	8
<i>Wall Street Journal</i>	Estados Unidos	2
<i>Washington Post</i>	Estados Unidos	5

Fonte: o autor (2019)

Com a intenção de sustentar no escopo do estudo somente um jornal de cada país e considerando que foram identificados na abordagem exploratória dois jornais do Reino Unido e três com sede nos Estados Unidos, foi realizada uma filtragem dos resultados. Para a formação final do *corpus*, optou-se por suprimir os jornais com o menor número de editoriais publicados, procedimento que resultou na exclusão do estudo dos jornais *Financial Times*, *Wall Street Journal* e *Washington Post*. Com isso, foi constituída uma primeira versão do *corpus* da pesquisa, formada, por seis jornais, de seis diferentes países, e inicialmente 50 textos editoriais, conforme TABELA 2.

TABELA 2 – JORNAIS SELECIONADOS PARA A PESQUISA

Jornal	País	Número de editoriais
<i>El Mercurio</i>	Chile	6
<i>El País</i>	Espanha	9
<i>Le Monde</i>	França	5
Público	Portugal	16
<i>The Guardian</i>	Reino Unido	5
<i>The New York Times</i>	Estados Unidos	8

Fonte: o autor (2019)

No caso do *El Mercurio*, a coleta foi realizada a partir do cruzamento de termos no campo de buscas, disponibilizado no site oficial do periódico³⁷. O estudo aplicou, na ferramenta de busca, o termo “Dilma” e o período correspondente entre 1º de dezembro de 2015 e 1º de setembro de 2016. Os resultados, formados por reportagens, artigos de opinião e textos editoriais, foram acessados individualmente. Dessa forma, foram identificados seis editoriais publicados pelo jornal chileno sobre o *impeachment*.

A coleta dos editoriais do *El País* foi realizada da seguinte maneira: a pesquisa acessou a versão espanhola do diário na internet³⁸ e, em seguida, a página de editoriais da ferramenta, identificada no link *Editoriales*³⁹. Os textos são apresentados em ordem cronológica decrescente. Utilizando o botão de navegação das páginas, foi possível localizar os textos publicados pelo jornal, de forma regressiva, entre setembro de 2016 e dezembro de 2015. Dessa forma foi possível identificar nove editoriais publicados sobre o *impeachment*.

A coleta dos editoriais do *Le Monde* também foi realizada, da mesma maneira, a partir do *site*⁴⁰ do jornal. O primeiro passo foi localizar a página que reúne os conteúdos opinativos do diário, denominada *Idées*⁴¹. Logo que acionado, o *link* direciona o usuário para uma página em que são apresentados, em ordem cronológica decrescente, todos os textos opinativos veiculados. Os *links* para que o usuário possa acessar os conteúdos são disponibilizados identificando a categoria do texto, como crônica, editorial, artigo de opinião, entre outros. Com o objetivo de acessar os conteúdos publicados anteriormente, a pesquisa acionou botões de navegação disponíveis no final de cada página. Nesse procedimento, foram identificados os textos opinativos veiculados, de forma retroativa, entre setembro de 2016 e dezembro de 2015. A partir da observação individual de cada página, foram identificados os textos com a *tag* Editorial e, em seguida, se o conteúdo fazia referência ao processo político brasileiro. Para tanto, foram observados o título, data de publicação e imagem que ilustra o conteúdo. Com o procedimento foram identificados cinco textos editoriais sobre o *impeachment*.

³⁷ Disponível em: <https://digital.elmercurio.com>. Acesso em 11 outubro 2018.

³⁸ Disponível em: <https://elpais.com/>. Acesso em 11 outubro 2018.

³⁹ Disponível em: <https://elpais.com/tag/c/aac32d0cdce5eeb99b187a446e57a9f7>. Acesso em 11 outubro 2018.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.lemonde.fr>. Acesso em 11 outubro 2018.

⁴¹ Disponível em: <https://www.lemonde.fr/idees/>. Acesso em 11 outubro 2018.

Para coletar os editoriais do português Público, a pesquisa acessou inicialmente a seção denominada Editorial⁴², disponível no *site* do veículo. Contudo, verificou-se que a seção agrega editoriais publicados no período de outubro de 2016 em diante. Após a observação exploratória da ferramenta, o estudo constatou que os editoriais publicados nas datas anteriores estão agregados na seção Direcção Editorial⁴³. Ao acessar o ambiente, o usuário identifica uma listagem de textos opinativos, entre eles os editoriais, que são disponibilizados em ordem cronológica retroativa. Utilizando o botão de navegação de páginas, da mais recente para a mais antiga, foi possível identificar textos editoriais que tinham como tema central o *impeachment*. Com o procedimento, foi catalogado um conjunto formado por 16 editoriais sobre o processo de afastamento da ex-presidenta brasileira.

Os editoriais do *Guardian* são agregados na seção *Editorials*⁴⁴. O ambiente apresenta no topo os editoriais mais recentes publicados e, logo abaixo, os textos dos dias anteriores. Ao final da página, um botão de navegação possibilita ao usuário acessar os conteúdos publicados nos dias, semanas, meses e anos anteriores. Assim, foi possível identificar os textos publicados, em ordem cronológica decrescente, entre setembro de 2016 e dezembro de 2015. Destarte, o trabalho elencou um conjunto de cinco textos sobre o tema.

Por fim, para a coleta dos editoriais publicados pelo *NYT*, foram cumpridos os seguintes procedimentos: acesso ao *site*⁴⁵ do jornal, identificação e acesso à página em que são publicados os textos opinativos⁴⁶, e acesso à seção que agrupa especificamente os editoriais⁴⁷. A página *Editorials* permite ao usuário localizar textos de duas formas: a partir das publicações mais recentes, em que o diário divulga em ordem cronológica decrescente os conteúdos, e a partir do cruzamento de termos no campo de busca. A pesquisa aplicou o termo “Dilma Rousseff” ao campo de busca e identificou oito textos publicados pelo *NYT* no período.

Após a coleta, foi gerado, para cada editorial, um arquivo no formato PDF. A partir desses arquivos, o estudo realizou uma nova filtragem, dessa vez com a finalidade de manter no *corpus* somente editoriais que trataram o *impeachment* de

⁴² Disponível em: <https://www.publico.pt/editorial>. Acesso em 11 outubro 2018.

⁴³ Disponível em: <https://www.publico.pt/autor/direccao-editorial>. Acesso em 11 outubro 2018.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.theguardian.com/profile/editorial>. Acesso em 11 outubro 2018.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.nytimes.com/>. Acesso em 11 outubro 2018.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.nytimes.com/section/opinion>. Acesso em 11 outubro 2018.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.nytimes.com/section/opinion/editorials>. Acesso em 11 outubro 2018.

forma conclusiva. Textos que tão somente tangenciam a crise política foram descartados. Assim, foi suprimido um editorial de cada um dos seguintes jornais: *El Mercurio*, *El País*, Público e *The Guardian*; e três textos do *NYT*. A partir desse procedimento, o trabalho chegou ao número de 42 editoriais, que constituem o *corpus* empírico do trabalho, sendo que cada texto é considerado como uma unidade de análise.

3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

No sentido de operacionalizar as análises, o estudo criou para cada texto uma sigla formada por três letras e um número. As siglas são utilizadas, no decorrer do trabalho, para identificar individualmente os editoriais. Os textos do *El Mercurio* são identificados pelas iniciais EME; *El País*, EPA; *Le Monde*, LMO; Público, PUB; *Guardian*, GUA e *New York Times*, NYT. O Quadro 4 apresenta os 42 editoriais que constituem o *corpus* do estudo, com as respectivas siglas e datas de publicações.

QUADRO 4 – LISTAGEM DOS EDITORIAIS ANALISADOS

Jornal	Sigla	Título do editorial	Data de publicação
EL MERCURIO	EME1	<i>Dilma al banquillo/Dilma no banco dos réus</i>	07/12/15
	EME2	<i>Mal fin de año para Brasil/Final de ano ruim para o Brasil</i>	21/12/15
	EME3	<i>Brasil en vilo/Brasil no limite</i>	19/04/15
	EME4	<i>Brasil en suspenso/Brasil em espera</i>	13/05/16
	EME5	<i>Difícil trance de Dilma/Difícil situação de Dilma</i>	11/08/16
EL PAÍS	EPA1	<i>Proceso arriesgado en Brasil/Processo arriscado no Brasil</i>	03/12/15
	EPA2	<i>Otro golpe a Brasil/Outro golpe para o Brasil</i>	04/03/16
	EPA3	<i>Brasil, empantanado/Brasil, atolado</i>	14/03/16
	EPA4	<i>Alta tensión en Brasil/Alta tensão no Brasil</i>	17/03/16
	EPA5	<i>La soledad de Rousseff/A solidão de Rousseff</i>	30/03/16
	EPA6	<i>Brasil ante el abismo/Brasil diante do abismo</i>	18/04/16
	EPA7	<i>Um processo irregular/Um processo irregular</i>	10/05/16
	EPA8	<i>Golpe bajo en Brasil/Golpe baixo no Brasil</i>	31/08/16
LE MONDE	LMO1	<i>L'inquiétante dégringolade du Brésil/A preocupante queda do Brasil</i>	04/03/16
	LMO2	<i>Brésil: ceci n'est pas un coup d'Etat/Brasil: isto não é um golpe de Estado</i>	30/03/16
	LMO3	<i>Le Brésil au bord de la rupture/Brasil à beira da ruptura</i>	18/04/16
	LMO4	<i>Le Brésil en mal de confiance/Brasil precisa de confiança</i>	14/05/16
	LMO5	<i>La triste ironie de la chute de Dilma Rousseff/A triste ironia da queda de Dilma Rousseff</i>	27/08/16
PÚBLICO	PUB1	Para não dizer que não se falou de Cunha	16/12/15
	PUB2	Lula assume a farsa	15/03/16
	PUB3	No Brasil, sem limites para a desvergonha	17/03/16
	PUB4	Lula já não é ministro outra vez?	19/03/16
	PUB5	Dilma e o PT, um cerco que se aperta	29/03/16
	PUB6	Brasil, um muro de ressentimentos	11/04/16
	PUB7	Os bloqueios do Brasil	17/04/16
	PUB8	O Brasil em risco de ingovernabilidade	19/04/16
	PUB9	O pior do Brasil ainda está para vir	13/05/16
	PUB10	Brasil: só a corrupção não é interina	08/06/16
	PUB11	O Brasil depois dos jogos	05/08/16
	PUB12	O Brasil de Rafaela e o Brasil de Dilma	10/08/16
	PUB13	O Brasil na hora incerta do pós-Dilma	25/08/16
	PUB14	Tragicomédia de uma destituição anunciada	30/08/16
	PUB15	Não é o fim, é apenas mais um recomeço	01/09/16
GUARDIAN	GUA1	<i>No more heroes any more/Não há mais heróis</i>	17/03/16
	GUA2	<i>A tragedy and a scandal/Uma tragédia e um escândalo</i>	18/04/16
	GUA3	<i>The political system should be on trial, not one woman/O sistema político deveria ser julgado, não a mulher</i>	12/05/16
	GUA4	<i>Dilma Rousseff's downfall won't cure all her country's ills/A queda de Dilma Rousseff não vai curar todas as doenças de seu país</i>	31/08/16
NEW YORK TIMES	NYT1	<i>Brazil's Political Crisis Deepens/Crise política do Brasil se aprofunda</i>	18/03/16
	NYT2	<i>Facing Impeachment, Dilma Fights for Political Survival/Enfrentando impeachment, Dilma luta por sobrevivência política</i>	18/04/16
	NYT3	<i>Making Brazil's Political Crisis Worse/Tornando pior a crise política no Brasil</i>	12/05/16
	NYT4	<i>Brazil's Gold Medal for Corruption/Medalha de Ouro para o Brasil por corrupção</i>	06/06/16
	NYT5	<i>Brazil's Ousted President/Presidenta do Brasil destituída</i>	31/08/16

Fonte: o autor (2019, tradução nossa)

Os editoriais originais estão disponíveis na íntegra para consulta no Anexo 2. Exposta a formulação do *corpus*, o estudo apresenta os procedimentos para a análise dos editoriais, que ocorre em duas etapas.

Na primeira, a pesquisa verifica em que medida ocorreu a correlação entre a publicação dos editoriais e os desdobramentos institucionais e sociais do processo. Para tanto, relaciona a rotina de publicação dos textos, considerando as datas das publicações e o conteúdo, por meio de uma abordagem exploratória, aos acontecimentos do rito institucional e aos desdobramentos políticos, jurídicos e sociais do *impeachment*.

Para operacionalizar essa análise, a pesquisa elaborou uma lista, no formato linha do tempo, constituída por 20 momentos considerados os principais acontecimentos do rito institucional e do desenvolvimento jurídico, social e político do processo⁴⁸, conforme Quadro 5. A *timeline* do *impeachment* foi elaborada a partir da observação exploratória do *corpus*, informações sobre a tramitação formal da destituição coletadas nos *sites* da Câmara⁴⁹ e do Senado⁵⁰, e na cobertura noticiosa de *quality papers* e revistas brasileiros.

QUADRO 5 – DESDOBRAMENTOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO IMPEACHMENT

Data	Desdobramento do <i>impeachment</i>	Contexto
02/12/15	Eduardo Cunha aceita denúncia de crime de responsabilidade e <i>impeachment</i> tem início formal na Câmara	Institucional
04/03/16	Lula é conduzido coercitivamente pela Polícia Federal para prestar depoimento na 24ª fase da Operação Lava Jato ⁵¹	Jurídico
13/03/16	Manifestações contra Dilma e PT levam milhões de pessoas às ruas em todos os Estados ⁵²	Social

⁴⁸ São considerados acontecimentos institucionais as etapas formais da tramitação do *impeachment* na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; acontecimentos jurídicos os eventos relacionados à Operação Lava Jato; acontecimentos sociais os eventos ocorridos no país que, em alguma medida, influenciaram na destituição; e acontecimentos políticos os eventos protagonizados por atores políticos que, de alguma forma, impactaram no *impeachment*.

⁴⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acesso em 19 maio 2019.

⁵⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/26/impeachment-da-admissibilidade-ao-julgamento>. Acesso em 19 maio 2019.
Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125567>. Acesso em 19 maio 2019.

⁵¹ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/pf-faz-operacao-da-lava-jato-na-casa-de-lula/>. Acesso em 19 maio 2019.

⁵² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/13/brasil-tem-maior-manifestacao-contradilma.htm>. Acesso em 19 maio 2019.

16/03/16	Dilma nomeia Lula ministro-chefe da Casa Civil; juiz Sérgio Moro divulga conversa telefônica entre Dilma e o ex-presidente; STF suspende nomeação	Político
17/03/16	Câmara dos Deputados forma Comissão Especial para analisar o <i>impeachment</i>	Institucional
30/03/16	PMDB rompe com governo Dilma ⁵³	Político
11/04/16	Comissão Especial da Câmara aprova parecer favorável ao <i>impeachment</i>	Institucional
12/04/16	Manifestações pró e contra o <i>impeachment</i> ocorrem em 25 estados e DF ⁵⁴	Social
17/04/16	Câmara dos Deputados aprova o <i>impeachment</i> por 367 votos a 137	Institucional
18/04/16	Processo chega formalmente ao Senado	Institucional
22/04/16	Formada Comissão Especial no Senado para analisar o <i>impeachment</i>	Institucional
06/05/16	Comissão Especial no Senado aprova a admissibilidade do <i>impeachment</i>	Institucional
09/05/16	Waldir Maranhão, presidente da Câmara, anula votação do <i>impeachment</i> realizada na Câmara em 17 de abril; no mesmo dia ele revoga a decisão ⁵⁵	Político
12/05/16	Plenário do Senado aprova admissibilidade e Dilma é afastada do cargo; Ricardo Lewandowski, presidente do STF, assume a presidência do Senado com a finalidade de dirigir os ritos finais do processo	Institucional
31/07/16	Protestos pró e contra <i>impeachment</i> ocorrem em 10 Estados ⁵⁶	Social
05/08/16	Início das Olimpíadas do Rio de Janeiro	Social
10/08/16	Plenário do Senado aprova parecer da Comissão Especial pela continuidade do <i>impeachment</i> e Dilma é levada a julgamento por crime de responsabilidade	Institucional
25/08/16	Julgamento de Dilma começa no Senado	Institucional
29/08/16	Dilma se defende no Senado e qualifica <i>impeachment</i> como golpe	Institucional
31/08/16	Senado aprova <i>impeachment</i> por 61 votos a 20 e Dilma é formalmente deposta	Institucional

Fonte: o autor (2019)

A segunda etapa consiste nas análises quantitativa e qualitativa, em que o estudo identifica, descreve e compara os principais argumentos mobilizados pelos jornais para apresentar o *impeachment*. A partir dos procedimentos recomendados na metodologia de Análise de Conteúdo (NEUENDORF, 2002; KRIPPENDORFF, 2004; CARLOMAGNO; ROCHA, 2016), a pesquisa formulou sete variáveis: (a) causas, (b) efeitos, (c) solução, (d) corrupção, (e) Dilma, (f) legalidade, e (g) pós-*impeachment*. O trabalho também formulou, por meio do método indutivo, durante a exploração do corpus na pré-análise, um conjunto de 24 categorias que, relacionadas às variáveis, sustentam a análise qualitativa. As variáveis e suas respectivas categorias, são apresentadas no Quadro 6.

⁵³ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_pmdb_historico_ms_if. Acesso em 19 maio 2019.

⁵⁴ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/manifestacoes-pro-e-contra-o-impeachment-ocorrem-em-25-estados-e-no-df/>. Acesso em 19 maio 2019.

⁵⁵ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/maranhao-volta-atras-e-revoga-decisao-que-anulou-sessoes-do-impeachment/>. Acesso em 19 maio 2019.

⁵⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1797386-protestos-pro-e-contra-impeachment-reunem-milhares-mas-perdem-adesao.shtml>. Acesso em 19 maio 2019.

QUADRO 6 – VARIÁVEIS E CATEGORIAS CRIADAS PARA ANÁLISE

Variáveis	Categorias
1. Causas	1.1 Crime de responsabilidade 1.2 Crise econômica 1.3 Corrupção 1.4 Crise política 1.5 Crise institucional 1.6 Pressão popular 1.7 Manobra da oposição 1.8 Outras
2. Efeitos	2.1 Polarização 2.2 Incertezas
3. Solução	3.1 Novas eleições
4. Corrupção	4.1 Lula e PT 4.2 Articuladores do <i>impeachment</i> 4.3 Generalizada na classe política
5. Dilma	5.1 Despreparada 5.2 Negligente com corrupção 5.3 Não tem envolvimento pessoal com corrupção 5.4 Ênfase no gênero 5.5 Combateu a ditadura militar
6. Legalidade	6.1 Constitucional 6.2 Questionável/contraditório
7. Pós- <i>impeachment</i>	7.1 Manter políticas sociais 7.2 Combater corrupção 7.3 Retomada econômica

Fonte: o autor (2019)

3.3 SOBRE OS JORNAIS

Nesta seção, o trabalho apresenta um breve perfil institucional dos jornais analisados. Fundado em 1875, o *El Mercurio* é o jornal líder em circulação do Chile e também o mais antigo diário do país. Sob o jornal recai a acusação de ter colaborado para o golpe militar, em 11 de setembro de 1973, protagonizado pelo general Augusto Pinochet. Na época, o *El Mercurio* apresentava-se como o principal veículo de comunicação de oposição ao presidente Salvador Allende e teria vendido informações para a CIA, agência norte-americana de inteligência. Em 2013, Augustín Edwards Eastman, dono do *El Mercurio* entre 1956 e 2017, confirmou ter mantido contatos com a CIA antes do golpe contra Allende⁵⁷. No documentário *El diario de Agustín*, o diretor Ignacio Agüero mostra como ocorreu o financiamento da CIA à família Edwards para que o *El Mercurio* atuasse para encobrir os abusos de

⁵⁷ Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-14578-dono-do-jornal-chileno-el-mercurio-admite-ter-feito-contato-com-cia-antes-do-golpe-con>. Acesso em 21 maio 2019.

direitos humanos durante a ditadura de Pinochet⁵⁸. A linha editorial do *El Mercurio* é a conservadora e atualmente o diário faz parte, junto com o *Las Últimas Noticias* e o *La Segunda*, do conglomerado de mídia *El Mercurio Sociedad Anónima Periodística*, que possui também outros 27 jornais regionais, além de rádios e portais de internet.

O *El País* é propriedade do conglomerado de mídia espanhol Prisa, que, além da imprensa escrita, possui atuação na televisão, rádio e educação. O *El País*, com sede em Madri, é o jornal em língua espanhola mais lido do mundo, com mais de 100 milhões de leitores mensais, marca alcançada em 2017⁵⁹. O jornal foi fundado em 1976 como representante da “nova Espanha democrática”, surgindo na esteira da “guerra civil e décadas de ditadura franquista com desprezo aos direitos humanos”. Nesse contexto, o *El País* refuta o rótulo de um diário com viés ideológico de direita ou esquerda, mas sim preocupado fundamentalmente em ser um jornal plural, com posições liberais progressistas e em defesa da democracia⁶⁰. Em 2013, atraído pelas chamadas jornadas de junho e pelas mudanças sociais, políticas e econômicas no Brasil, o *El País* deu início à edição brasileira, disponível na *web* e redes sociais. O *El País Brasil* foi fundado com os princípios do “respeito humano, inclusão social, valorização da mulher e cobrança dos governantes para o senso coletivo”. Em outubro de 2018, a edição brasileira registrou a marca de 21 milhões de navegadores únicos⁶¹. Cabe apontar aqui que este estudo, porém, trata unicamente da versão espanhola do *El País*, e não da edição brasileira.

O Público foi fundado em 1989 e pertence ao grupo empresarial Sonae, que atua nos setores do varejo, serviços financeiros, gestão de centros comerciais, softwares e sistemas de informação, além de telecomunicações e mídia. Em seu Estatuto Editorial, o Público se apresenta como um jornal sem dependência de ordem ideológica, política ou econômica⁶². Em manifestação editorial publicada em 2018, o diário posicionou-se como um jornal livre, inconformista, irreverente e crítico, que “consagra o apego à democracia, o respeito pelo Estado de direito, a liberdade de expressão, a protecção das minorias, o culto da tolerância, a subscrição dos

⁵⁸ Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt2210579/>. Acesso em 21 maio 2019.

⁵⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/04/actualidad/1509821900_271947.html. Acesso em 21 maio 2019.

⁶⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532_309244.html. Acesso em 19 maio 2019.

⁶¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/26/politica/1543240879_773429.html. Acesso em 19 maio 2019.

⁶² Disponível em: <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>. Acesso em 19 maio 2019.

ideais da construção europeia”⁶³. Os editores também destacam que o Público se apegua aos valores da livre iniciativa, democracia liberal e das liberdades individuais e que não abdica da edição em papel. Indicadores da empresa de estudos de mercado Marktest de 2018 apontam a versão impressa do Público como a terceira maior audiência de Portugal, com 402 mil acessos, o que representa 4,7% da população portuguesa. Os jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* são os líderes⁶⁴.

O *Guardian* foi fundado em 1821 com o nome de *The Manchester Guardian* e foi originalmente criado para promover interesses liberais na esteira do massacre de Peterloo. O jornal passou a ter reconhecimento internacional no período em que foi editado por Charles Prestwich Scott, que permaneceu 57 anos à frente do diário. Em 1921, na comemoração do centenário do diário, Scott reforçou o caráter de independência do *Guardian*: “Comment is free, but facts are sacred... The voice of opponents no less than that of friends has a right to be heard”⁶⁵. A partir de 1936, o jornal passou a ser administrado pelo Scott Trust: “to secure the financial and editorial independence of the *Guardian* in perpetuity and to safeguard the journalistic freedom and liberal values of the *Guardian* free from commercial or political interference”⁶⁶. Em 2008, o Scott Trust foi transformado no The Scott Trust Limited, organização que se tornou proprietária do *Guardian Media Group*, que, por sua vez, congrega, além do *The Guardian*, o jornal *The Observer*. O The Scott Trust Limited adotou como política reinvestir os lucros das organizações midiáticas em jornalismo e não beneficiar proprietários ou acionistas. A medida garante ao *Guardian* e ao *Observer* independência financeira e editorial e mantém os jornais sem filiação partidária e fiéis aos princípios e tradições liberais⁶⁷. Entre os furos jornalísticos mais importantes do *Guardian* está a série de reportagens em que o ex-analista de sistemas da CIA e ex-funcionário da NSA Edward Snowden revelou a existência de

⁶³ Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/08/16/opiniao/noticia/os-compromissos-da-direccao-editorial-1841144>. Acesso em 19 maio 2019.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/12/21/sociedade/noticia/publico-crece-online-edicao-impressa-1855619>. Acesso em 19 maio 2019.

⁶⁵ Disponível em: <https://www.theguardian.com/gnm-archive/2002/jun/06/1>. Acesso em 19 maio 2019.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.theguardian.com/the-scott-trust/2015/jul/26/the-scott-trust>. Acesso em 19 maio 2019.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.theguardian.com/the-scott-trust/2015/jul/26/the-scott-trust>. Acesso em 19 maio 2019.

softwares de espionagem da população global pelo governo norte-americano⁶⁸. A série de reportagens rendeu ao diário o prêmio de Jornal do Ano pelo British Press Awards em 2014⁶⁹, além de premiações aos jornalistas Glenn Greenwald e Laura Poitras. Atualmente, o jornal é financiado, em maior medida, pelos próprios leitores do que anunciantes. Katharine Viner, editora-chefe do *Guardian* desde 2005, afirma que não considera o fato como um novo modelo de negócio, mas uma oportunidade para focar naquilo que os leitores valorizam no jornal: reportagens sérias que tomam tempo e esforço e que, de maneira cuidadosa, descobre e revela fatos relevantes⁷⁰.

O *New York Times* foi fundado por Henry Jarvis Raymond e George Jones em 1851, sendo vendido em 1896 para Adolph Ochs. O novo proprietário instituiu mudanças na tipografia e na linha editorial e o diário passou a publicar todos os tipos de notícias que eram desconsideradas pelos demais jornais da época, como transações imobiliárias e reportagens sobre ações governamentais e economia. Ao evitar o sensacionalismo e a politização dos jornais partidários, o *NYT* achou seu lugar nas mãos de homens de negócio de Nova Iorque. A partir do início do século XX, o *NYT* formou uma rede de correspondentes internacionais e passou a investir no uso de telégrafos sem fio no rádio. Com isso, passou a publicar notícias internacionais a partir da ótica dos seus próprios jornalistas, mais afinados com a demanda do seu público e os interesses dos EUA. Sobre o poder e influência política do jornal, Gay Talese⁷¹ afirmou que James Reston, um dos principais colunistas do jornal, acreditava que somente o *NYT* possuía, entre seus leitores, o público que de fato movia os Estados Unidos: o Presidente, o Congresso, embaixadores, reitores das principais universidades, ou seja, o *establishment* de hoje e o *establishment* de amanhã. Assim, pensava Reston, as ideias publicadas no *NYT* seriam o combustível para as ideias das pessoas que fazem o mundo girar. A respeito do alinhamento político do jornal, críticos apontam para uma ênfase conservadora na economia e progressista nas questões sociais. Na versão oficial,

⁶⁸ Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/the-nsa-files>. Acesso em 19 maio 2019.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2014/apr/02/guardian-observer-glory-press-awards>. Acesso em 19 maio 2019.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2017/nov/16/a-mission-for-journalism-in-a-time-of-crisis>. Acesso em 19 maio 2019.

⁷¹ TALESE, G. O Reino e o Poder – uma história do New York Times. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

contudo, o jornal apresenta-se como um veículo liberal e cosmopolita.⁷² Desde 1986, o jornal pertence ao grupo de mídia The New York Company, com foco na criação e distribuição de notícias e informações. O grupo possui também o jornal *Boston Globe*. O NYT anuncia que já recebeu 127 prêmios *Pulitzers*, sendo que, do corpo jornalístico atual, 104 membros já receberam o prêmio.

3.4 A ROTINA DA DEPOSIÇÃO NOS EDITORIAIS

O *El Mercurio* publicou cinco editoriais sobre o *impeachment*, conforme apresentado previamente. O primeiro texto foi veiculado em 7 de dezembro de 2015, cinco dias após Eduardo Cunha aceitar a denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma. No editorial EME1, o diário anuncia o início do processo ao destacar o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e afirma que o Brasil “já tem experiência com estes procedimentos” (tradução nossa).

Em 21 de dezembro 2015, o jornal publicou o editorial EME2. Não foi identificado no texto correlação com os acontecimentos do *impeachment*. No editorial, o diário afirmou que o país passava por uma “perigosa crise política, que paralisou o governo, em meio a altos cargos do legislativo e empresariais investigados por corrupção e um negro panorama econômico” (tradução nossa).

Dois dias após o plenário da Câmara aprovar o *impeachment*, no dia 21 de abril de 2016, o diário, com sede em Santiago, abordou a destituição no editorial EME3. No texto, o jornal destacou que os deputados federais foram “categóricos” (tradução nossa) ao aprovar o *impeachment*.

O editorial seguinte foi publicado em 13 de maio de 2016, um dia após o plenário do Senado votar e aprovar a admissibilidade do *impeachment*. O jornal afirmou, no editorial EME4, que “Dilma espera agora o julgamento no Senado” (tradução nossa).

O último da série de cinco editoriais foi publicado no dia 11 de agosto de 2016. A data corresponde à aprovação, pelo plenário do Senado, do relatório da Comissão Especial, levando Dilma a julgamento pelo crime de responsabilidade. No

⁷² PAGANOTTI, I. Pelos olhos de um observador estrangeiro: representações do Brasil na cobertura do correspondente Larry Rohter pelo New York Times. 2010. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

editorial EME5, o jornal chileno afirmou que foram “infrutíferos os esforços para evitar o avanço do processo até a destituição” (tradução nossa). O Quadro 7 apresenta a linha do tempo do *impeachment* e as datas das publicações dos editoriais do *El Mercurio*.

QUADRO 7 – LINHA DO TEMPO DO IMPEACHMENT X *EL MERCURIO*

Eventos do <i>impeachment</i>	Data	Data	Sigla	Título
Início do <i>impeachment</i> na Câmara	02/12/15	07/12/15	EME1	Dilma no banco dos réus
		21/12/15	EME2	Final de ano ruim para o Brasil
Condução coercitiva de Lula	04/03/16			
Manifestações contra Dilma levam milhões de pessoas às ruas	13/03/16			
Dilma nomeia Lula; Moro divulga diálogos; STF suspende nomeação	16/03/16			
Câmara dos Deputados forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	17/03/16			
PMDB rompe com governo Dilma	30/03/16			
Comissão Especial aprova parecer favorável ao <i>impeachment</i>	11/04/16			
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 25 Estados e DF	12/04/16			
Plenário da Câmara aprova o <i>impeachment</i> por 367 a 137 votos	17/04/16			
Início do <i>impeachment</i> no Senado	18/04/16	21/04/16	EME3	Brasil no limite
Senado forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	22/04/16			
Comissão Especial do Senado aprova admissibilidade do <i>impeachment</i>	06/05/16			
Waldir Maranhão anula votação do <i>impeachment</i> ; decisão é revogada	09/05/16			
Plenário do Senado aprova admissibilidade; Dilma é afastada	12/05/16	13/05/16	EME4	Brasil em espera
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 10 Estados	31/07/16			
Olimpíadas do Rio de Janeiro	05/08/16			
Plenário do Senado aprova continuidade do <i>impeachment</i> e Dilma é levada a julgamento	10/08/16	11/08/16	EME5	Difícil situação de Dilma
Começa julgamento no Senado	25/08/16			
Dilma apresenta defesa no Senado	29/08/16			
Senado aprova <i>impeachment</i> por 61 votos a 20; Dilma é deposta	31/08/16			

Fonte: o autor (2019)

O jornal *El País* publicou oito editoriais sobre o processo. A sequência de textos teve início em 3 de dezembro de 2015. No editorial EPA1, o diário aborda o

início do rito de destituição de Dilma, afirmando que o processo é uma “manobra política arriscada que pode prejudicar gravemente a estabilidade do país”.

Em 4 de março de 2016, o *El País* divulgou um novo texto, dessa vez opinando sobre a condução coercitiva do ex-presidente Lula. No editorial EPA2, o jornal aponta que a “detenção temporal de Lula é uma martelada na imagem do país”.

No dia 14 de março, o jornal com sede em Madri publicou o editorial EPA3, que trata dos protestos ocorridos no dia anterior “em mais de 200 cidades do país contra a presidenta Dilma Rousseff” (tradução nossa).

A nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil, seguida da divulgação das conversas telefônicas pelo juiz Sérgio Moro e da suspensão da decisão pelo STF foi tema do editorial EPA4, de 17 de março de 2016. No texto, o jornal destacou a “polarização extrema na política, na justiça e nas ruas” (tradução nossa).

Em 30 de março de 2016, o *El País* abordou, no editorial EPA5, o abandono do PMDB da base de apoio de Dilma. Já no dia seguinte à votação do *impeachment* na Câmara, em 18 de abril de 2016, o jornal publicou o editorial EPA6. No texto, o diário apontou que a “aprovação do *impeachment* na Câmara por uma esmagadora maioria abre uma nova etapa no Brasil, marcada pela incerteza” (tradução nossa).

Em 10 de maio de 2016, no editorial EPA7, o *El País* classificou como “confusão generalizada” o ato do deputado Waldir Maranhão que anulou a votação do *impeachment* realizada em 17 de abril. No fim do mesmo dia, o próprio Waldir Maranhão revogou a decisão: “caos institucional” (tradução nossa), cravou o jornal.

Por fim, em 31 de agosto de 2016, data do julgamento de Dilma no Senado, o *El País* publicou o editorial EPA8, em que aponta que a destituição causa “dano imenso às instituições brasileiras” (tradução nossa). O Quadro 8 apresenta a linha do tempo do *impeachment* e as datas das publicações dos editoriais do *El País*.

QUADRO 8 – LINHA DO TEMPO DO *IMPEACHMENT* X *EL PAÍS*

Eventos do <i>impeachment</i>	Data	Data	Sigla	Título
Início do <i>impeachment</i> na Câmara	02/12/15	03/12/15	EPA1	Processo arriscado no Brasil
Condução coercitiva de Lula	04/03/16	04/03/16	EPA2	Outro golpe para o Brasil
Manifestações contra Dilma levam milhões de pessoas às ruas	13/03/16	14/03/16	EPA3	Brasil, atolado

Dilma nomeia Lula; Moro divulga diálogos; STF suspende nomeação	16/03/16				
Câmara dos Deputados forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	17/03/16	17/03/16	EPA4	Alta tensão no Brasil	
PMDB rompe com governo Dilma	30/03/16	30/03/16	EPA5	A solidão de Rousseff	
Comissão Especial aprova parecer favorável ao <i>impeachment</i>	11/04/16				
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 25 Estados e DF	12/04/16				
Plenário da Câmara aprova o <i>impeachment</i> por 367 a 137 votos	17/04/16				
Início do <i>impeachment</i> no Senado	18/04/16	18/04/16	EPA6	Brasil diante do abismo	
Senado forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	22/04/16				
Comissão Especial do Senado aprova admissibilidade do <i>impeachment</i>	06/05/16				
Waldir Maranhão anula votação do <i>impeachment</i> ; decisão é revogada	09/05/16				
		10/05/16	EPA7	Um processo irregular	
Plenário do Senado aprova admissibilidade do <i>impeachment</i>	12/05/16				
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 10 Estados	31/07/16				
Olimpíadas do Rio de Janeiro	05/08/16				
Plenário do Senado aprova continuidade do <i>impeachment</i> e Dilma é levada a julgamento	10/08/16				
Começa julgamento no Senado	25/08/16				
Dilma apresenta defesa no Senado	29/08/16				
Senado aprova <i>impeachment</i> por 61 votos a 20; Dilma é deposta	31/08/16	31/08/16	EPA8	Golpe baixo no Brasil	

Fonte: o autor (2019)

O diário francês *Le Monde* publicou cinco editoriais sobre a destituição. O primeiro texto, LMO1, foi divulgado em 4 de março de 2016, dia da condução coercitiva de Lula pela PF. O texto, contudo, não faz referência ao episódio que envolve o ex-presidente, tratando do *impeachment* de forma genérica, razão pela qual não foi considerado nesta etapa da análise.

Em 30 de março, o diário publicou o editorial LMO2, em que destaca a decisão do PMDB de romper com o governo e apoiar o *impeachment*. Um dia após a aprovação do processo na Câmara, em 18 de abril, o diário parisiense publicou o editorial LMO3. No texto, os editorialistas trataram da votação do dia anterior e destacaram que “se o Senado confirmar o *impeachment*, a destituição será a segunda demissão do Chefe de Estado em menos de 31 anos no Brasil, o que é muito” (tradução nossa).

Já em 14 de maio de 2016, dia seguinte à aprovação da admissibilidade do *impeachment* no Senado e do afastamento de Dilma, o *Le Monde* publicou o editorial LMO4, tratando das minúcias do afastamento temporário da presidenta.

No editorial LMO5, de 27 de agosto de 2016, o *Le Monde* dá como certa a aprovação do *impeachment* no Senado e a deposição de Dilma, o que aconteceria quatro dias mais tarde. O Quadro 9 apresenta a linha do tempo do *impeachment* e as datas das publicações dos editoriais do *Le Monde*.

QUADRO 9 – LINHA DO TEMPO DO *IMPEACHMENT* X *LE MONDE*

Eventos do <i>impeachment</i>	Data	Data	Sigla	Título
Início do <i>impeachment</i> na Câmara	02/12/15			
Condução coercitiva de Lula	04/03/16	04/03/16	LMO1	A preocupante queda do Brasil
Manifestações contra Dilma levam milhões de pessoas às ruas	13/03/16			
Dilma nomeia Lula; Moro divulga diálogos; STF suspende nomeação	16/03/16			
Câmara dos Deputados forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	17/03/16			
PMDB rompe com governo Dilma	30/03/16	30/03/16	LMO2	Brasil: isto não é um golpe de Estado
Comissão Especial aprova parecer favorável ao <i>impeachment</i>	11/04/16			
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 25 Estados e DF	12/04/16			
Plenário da Câmara aprova o <i>impeachment</i> por 367 a 137 votos	17/04/16			
Início do <i>impeachment</i> no Senado	18/04/16	18/04/16	LMO3	Brasil à beira da ruptura
Senado forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	22/04/16			
Comissão Especial do Senado aprova admissibilidade do <i>impeachment</i>	06/05/16			
Waldir Maranhão anula votação do <i>impeachment</i> ; decisão é revogada	09/05/16			
Plenário do Senado aprova admissibilidade; Dilma é afastada	12/05/16			
		14/05/16	LMO4	Brasil precisa de confiança
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 10 Estados	31/07/16			
Olimpíadas do Rio de Janeiro	05/08/16			
Plenário do Senado aprova continuidade do <i>impeachment</i> e Dilma é levada a julgamento	10/08/16			
Começa julgamento no Senado	25/08/16			
		27/08/16	LMO5	A triste ironia da queda de Dilma Rousseff
Dilma apresenta defesa no Senado	29/08/16			
Senado aprova <i>impeachment</i> por 61 votos a 20; Dilma é deposta	31/08/16			

Fonte: o autor (2019)

O Público publicou 15 editoriais sobre o tema, sendo o primeiro texto divulgado em 16 de dezembro de 2015. No editorial PUB1, o jornal trata da abertura do processo de impugnação de Dilma e emite opiniões sobre investigações de corrupção que envolvem Eduardo Cunha.

Em março de 2016, período de desdobramentos importantes do *impeachment*, o diário publicou quatro editoriais. No dia 15, véspera da nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil, o jornal manifestou-se sobre o tema no editorial PUB2, opinando sobre rumores⁷³ que circulavam na imprensa, vez que a nomeação não havia, de fato, ocorrido. No dia 17, o diário editou um novo texto, PUB3, classificando a série de episódios do dia anterior: nomeação de Lula, divulgação dos áudios por Sérgio Moro; suspensão da nomeação pelo STF, como um “circo indecoroso”. Dois dias mais tarde, em 19 de março, o Público divulgou o editorial PUB4, intitulado “Lula já não é ministro outra vez?”, uma ironia para criticar a “velocidade vertiginosa que as coisas se têm passado no Brasil”. Já no dia 29, o jornal editou o texto PUB5, centrando as opiniões no abandono do PMDB da base de apoio de Dilma.

Em abril de 2016, o jornal publicou três editoriais. No dia 11, no texto PUB6, ao abordar a construção de um muro na Esplanada dos Ministérios para separar manifestantes pró e contra o *impeachment*, o jornal opinou sobre a votação do processo na Câmara, que aconteceria no dia 17. O jornal antecipou-se e opinou sem o evento ter, de fato, acontecido. Em 17 de abril, data da votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, o Público editou o texto PUB7. Contudo, o jornal não opinou sobre a votação e, sim, sobre o “descrédito” dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No dia 19, no editorial PUB8, o diário discorreu sobre a formação do governo por Michel Temer.

No dia 13 de maio, o diário publicou o editorial PUB9, tratando do afastamento temporário de Dilma pelo Senado, ocorrido no dia anterior, e prevendo dificuldades para o governo Michel Temer.

O jornal português voltou a se manifestar em 8 de junho, no editorial PUB10. No texto, o corpo editorial trata das acusações de corrupção contra a cúpula do PMDB.

⁷³ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/lula-pode- virar-ministro-e-ganhar-foro-privilegiado-no-stf.html>. Acesso em 23 maio 2019.

Em agosto, mês da confirmação da deposição, o jornal publicou cinco editoriais. No dia 5, utilizando como gancho o início dos Jogos Olímpicos, o Público defendeu, no editorial PUB11 como único método de legitimação política, a realização de novas eleições. No texto PUB12, publicado dia 10, o diário traçou um paralelo entre a medalhista de ouro Rafaela Silva⁷⁴ e a etapa mais recente do *impeachment* no Senado. Naquele dia, o Senado aprovou a continuidade da deposição e levou a presidenta a julgamento. Em 25 de agosto, data do início do julgamento no Senado, o jornal divulgou o editorial PUB13. Diante do cenário político, o Público destacou que somente um “milagre” salvaria Dilma. Finalmente, em 30 de agosto, antes da votação final do *impeachment*, o Público posicionou-se apontando a deposição como fato consumado. No texto, PUB14, o Público aponta a ironia de Dilma por ter sido presa pela ditadura e condenada pela democracia.

Em 1º de setembro de 2016, o jornal divulgou o editorial PUB15, em que anuncia o “óbvio” da destituição, ocorrida no dia anterior, e aponta que o *impeachment* não representa o fim da corrupção no país. O Quadro 10 apresenta a linha do tempo do *impeachment* e as datas das publicações dos editoriais do Público.

QUADRO 10 – LINHA DO TEMPO DO *IMPEACHMENT* X PÚBLICO

Eventos do <i>impeachment</i>	Data	Data	Sigla	Título
Início do <i>impeachment</i> na Câmara	02/12/15	16/12/15	PUB1	Para não dizer que não se falou de Cunha
Condução coercitiva de Lula	04/03/16	15/03/16	PUB2	Lula assume a farsa
Manifestações contra Dilma levam milhões de pessoas às ruas	13/03/16	17/03/16	PUB3	No Brasil, sem limites para a desvergonha
Dilma nomeia Lula; Moro divulga diálogos; STF suspende nomeação	16/03/16	19/03/16	PUB4	Lula já não é ministro outra vez?
Câmara dos Deputados forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	17/03/16	29/03/16	PUB5	Dilma e o PT, um cerco que se aperta
PMDB rompe com governo Dilma	30/03/16	11/04/16	PUB6	Brasil, um muro de ressentimentos
Comissão Especial aprova parecer favorável ao <i>impeachment</i>	11/04/16			

⁷⁴ Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/judo/noticia/2016/08/somos-todos-silva-rafaela-conquista-1-ouro-do-brasil-na-olimpiada-do-rio.html>. Acesso em 23 maio 2019.

Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 25 Estados e DF	12/04/16			
Plenário da Câmara aprova o <i>impeachment</i> por 367 a 137 votos	17/04/16	17/04/16	PUB7	Os bloqueios do Brasil
Início do <i>impeachment</i> no Senado	18/04/16			
		19/04/16	PUB8	O Brasil em risco de ingovernabilidade
Senado forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	22/04/16			
Comissão Especial do Senado aprova admissibilidade do <i>impeachment</i>	06/05/16			
Waldir Maranhão anula votação do <i>impeachment</i> ; decisão é revogada	09/05/16			
Plenário do Senado aprova admissibilidade; Dilma é afastada	12/05/16			
		13/05/16	PUB9	O pior do Brasil ainda está para vir
		08/06/16	PUB10	Brasil: só a corrupção não é interina
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 10 Estados	31/07/16			
Olimpíadas do Rio de Janeiro	05/08/16	05/08/16	PUB11	O Brasil depois dos jogos
Plenário do Senado aprova continuidade do <i>impeachment</i> e Dilma é levada a julgamento	10/08/16	10/08/16	PUB12	O Brasil de Rafaela e o Brasil de Dilma
Começa julgamento no Senado	25/08/16	25/08/16	PUB13	O Brasil na hora incerta do pós-Dilma
Dilma apresenta defesa no Senado	29/08/16			
		30/08/16	PUB14	Tragicomédia de uma destituição anunciada
Senado aprova <i>impeachment</i> por 61 votos a 20; Dilma é deposta	31/08/16			
		01/09/16	PUB15	Não é o fim, é apenas mais um recomeço

Fonte: o autor (2019)

O *Guardian* publicou quatro editoriais sobre a deposição de Dilma. O primeiro, GUA1, foi publicado em 17 de março de 2016, um dia após a nomeação de Lula para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, a divulgação da interceptação telefônica por Sérgio Moro e a suspensão da nomeação pelo STF. No texto, o jornal classificou o caso como “escândalo gigante” e apontou que o status de Lula se aproximava ao de um “ícone caído”.

O segundo da série de quatro editoriais foi publicado em 18 de abril de 2016, um dia após a votação do *impeachment* na Câmara. No texto GUA2, o diário afirma que a votação do *impeachment* foi o “ponto baixo sombrio” desde que o PT assumiu o governo em 2002 e questiona: “como as coisas saíram tão errado?”.

Em 12 de maio de 2016, dia em que o Senado aprovou a admissibilidade do *impeachment* e levou Dilma a julgamento, o jornal londrino publicou o editorial

GUA3. No texto, o diário cita a votação e aponta que o “Brasil se meteu em uma bagunça terrível e é difícil enxergar como pode sair”.

Por fim, em 31 de agosto de 2016, o *Guardian* manifestou-se sobre a confirmação da deposição da presidenta pelo Senado no editorial GUA4. O Quadro 11 apresenta a linha do tempo do *impeachment* e as datas das publicações dos editoriais no diário britânico.

QUADRO 11 – LINHA DO TEMPO DO *IMPEACHMENT* X *GUARDIAN*

Eventos do <i>impeachment</i>	Data	Data	Sigla	Título
Início do <i>impeachment</i> na Câmara	02/12/15			
Condução coercitiva de Lula	04/03/16			
Manifestações contra Dilma levam milhões de pessoas às ruas	13/03/16			
Dilma nomeia Lula; Moro divulga diálogos; STF suspende nomeação	16/03/16			
Câmara dos Deputados forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	17/03/16	17/03/16	GUA1	Não há mais heróis
PMDB rompe com governo Dilma	30/03/16			
Comissão Especial aprova parecer favorável ao <i>impeachment</i>	11/04/16			
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 25 Estados e DF	12/04/16			
Plenário da Câmara aprova o <i>impeachment</i> por 367 a 137 votos	17/04/16			
Início do <i>impeachment</i> no Senado	18/04/16	18/04/16	GUA2	Uma tragédia e um escândalo
Senado forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	22/04/16			
Comissão Especial do Senado aprova admissibilidade do <i>impeachment</i>	06/05/16			
Waldir Maranhão anula votação do <i>impeachment</i> ; decisão é revogada	09/05/16			
Plenário do Senado aprova admissibilidade; Dilma é afastada	12/05/16	12/05/16	GUA3	O sistema político deveria ser julgado, não a mulher
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 10 Estados	31/07/16			
Olimpíadas do Rio de Janeiro	05/08/16			
Plenário do Senado aprova continuidade do <i>impeachment</i> e Dilma é levada a julgamento	10/08/16			
Começa julgamento no Senado	25/08/16			
Dilma apresenta defesa no Senado	29/08/16			
Senado aprova <i>impeachment</i> por 61 votos a 20; Dilma é deposta	31/08/16	31/08/16	GUA4	A queda de Dilma Rousseff não vai curar todas as doenças de seu país

Fonte: o autor (2019)

Por fim, o *NYT* publicou cinco textos opinativos sobre a destituição, sendo que o primeiro, NYT1, em 18 de março, três meses após o início formal do *impeachment*. No editorial, o jornal aponta para o “aprofundamento da crise política brasileira” e

questiona a nomeação do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil, ocorrida dois dias antes, em 16 de março.

No dia seguinte à aprovação do *impeachment* na Câmara, o diário voltou a se manifestar sobre o processo. No texto NYT2, de 18 de abril, o jornal apresentou o placar da votação e argumentou que os deputados citaram uma “litania de queixas antes de apoiar categoricamente o *impeachment*” (tradução nossa).

Em 12 de maio, dia em que o Senado aprovou a admissibilidade do processo, o jornal nova-iorquino afirmou, no editorial NYT3, que os senadores aprovaram de forma “esmagadora” a continuidade do *impeachment*.

O texto seguinte foi divulgado em 6 de junho. No editorial NYT4, o jornal fez um balanço do primeiro mês da gestão do presidente interino Michel Temer.

Em 31 de agosto, dia em que o Senado aprovou a deposição de Dilma, o *NYT* voltou a opinar. No texto NYT5, destacou que, dos quatro presidentes eleitos desde a democratização, em 1985, dois sofreram *impeachment*. O Quadro 12 apresenta a linha do tempo do *impeachment* e as datas das publicações dos editoriais do *NYT*.

QUADRO 12 – LINHA DO TEMPO DO *IMPEACHMENT* X *NYT*

Eventos do <i>impeachment</i>	Data	Data	Sigla	Título
Início do <i>impeachment</i> na Câmara	02/12/15			
Condução coercitiva de Lula	04/03/16			
Manifestações contra Dilma levam milhões de pessoas às ruas	13/03/16			
Dilma nomeia Lula; Moro divulga diálogos; STF suspende nomeação	16/03/16			
Câmara dos Deputados forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	17/03/16			
		18/03/16	NYT1	Crise política do Brasil se aprofunda
PMDB rompe com governo Dilma	30/03/16			
Comissão Especial aprova parecer favorável ao <i>impeachment</i>	11/04/16			
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 25 Estados e DF	12/04/16			
Plenário da Câmara aprova o <i>impeachment</i> por 367 a 137 votos	17/04/16			
		18/04/16	NYT2	Enfrentando impeachment, Dilma luta por sobrevivência política
Início do <i>impeachment</i> no Senado	18/04/16			
Senado forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	22/04/16			
Comissão Especial do Senado aprova admissibilidade do <i>impeachment</i>	06/05/16			
Waldir Maranhão anula votação do <i>impeachment</i> ; decisão é revogada	09/05/16			
Plenário do Senado aprova admissibilidade; Dilma é afastada	12/05/16	12/05/16	NYT3	Tornando pior a crise política no Brasil

		06/06/16	NYT4	Medalha de Ouro para o Brasil por corrupção
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 10 Estados	31/07/16			
Olimpíadas do Rio de Janeiro	05/08/16			
Plenário do Senado aprova continuidade do <i>impeachment</i> e Dilma é levada a julgamento	10/08/16			
Começa julgamento no Senado	25/08/16			
Dilma apresenta defesa no Senado	29/08/16			
Senado aprova <i>impeachment</i> por 61 votos a 20; Dilma é deposta	31/08/16	31/08/16	NYT5	Presidenta do Brasil destituída

Fonte: o autor (2019)

Na etapa acima, o estudo correlacionou a rotina de publicações dos editoriais aos principais desdobramentos do rito institucional e desenvolvimento jurídico, social e político do *impeachment*. A seguir, a pesquisa compara a rotina de publicações de editoriais de cada jornal sobre a destituição.

Dos cinco textos publicados pelo *El Mercurio*, quatro estão relacionados a acontecimentos institucionais importantes do processo. Apenas o EME2 não guarda relação com eventos essenciais do *impeachment*. Em relação ao *El País*, os oito editoriais analisados estão relacionados a acontecimentos institucionais, jurídicos ou sociais do *impeachment*. O mesmo ocorre com o *Le Monde* e os cinco textos publicados pelo diário francês. Dos 15 editoriais analisados do Público, 12 abordam desdobramentos essenciais do *impeachment*, sendo que três textos, PUB7, PUB8 e PUB10, não guardam relação com os acontecimentos mais importantes do processo. Ainda em relação ao jornal português, em pelo menos dois momentos o diário manifestou-se em mais de um editorial sobre o mesmo tema. É o caso dos editoriais PUB2, PUB3 e PUB4, que tratam do episódio da nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil, da divulgação das conversas telefônicas pelo juiz Sérgio Moro e da suspensão da decisão pelo STF; e dos editoriais PUB14 e PUB15, que abordam a votação do julgamento de Dilma pelo Senado, que confirmou a deposição da presidenta brasileira.

Quanto ao *Guardian*, os quatro editoriais destacaram os acontecimentos institucionais mais importantes do *impeachment*. Já em relação ao *NYT*, quatro dos cinco editoriais estão relacionados a acontecimentos institucionais importantes do processo. Apenas o NYT4 não guarda relação com eventos essenciais do *impeachment*.

No Quadro 13, este estudo apresenta um panorama em que relaciona a timeline da deposição aos editoriais que abordaram tais acontecimentos.

Em apenas uma ocasião os seis jornais analisados publicaram editoriais sobre o mesmo episódio do *impeachment*, o caso da votação do processo na Câmara, ocorrida em 17 de abril de 2016. Em outros dois momentos, cinco dos seis jornais publicaram opiniões relacionadas a um mesmo acontecimento. É o caso da votação da admissibilidade do processo no Senado, que levou ao afastamento temporário de Dilma, ocorrida em 16 de março de 2016, que foi tratado nos editoriais do *El Mercurio*, *Le Monde*, *Público*, *Guardian* e *NYT*. O mesmo ocorreu na votação do julgamento da presidenta no Senado, em 31 de agosto de 2016, que foi abordada nos editoriais dos jornais *El País*, *Le Monde*, *Público*, duas vezes, *The Guardian* e *NYT*.

Assim, dos 37 editoriais que estão relacionados aos desdobramentos institucionais, jurídico, sociais e políticos do *impeachment*, 17 tratam especificamente de três temáticas: votação do processo na Câmara, votação da admissibilidade e afastamento de Dilma no Senado e votação do julgamento no Senado. Nota-se que tais eventos compreendem acontecimentos institucionais do *impeachment*.

Além disso, quatro jornais, *El País*, *Público*, *Guardian* e *NYT*, manifestaram-se sobre o episódio da nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil e seus desdobramentos, ocorrida em 16 de março de 2016.

Em outros dois momentos, três dos seis jornais publicaram editoriais a respeito da aceitação da denúncia contra a presidenta por Eduardo Cunha, em 1º de dezembro de 2015, quando o *El Mercurio*, *El País* e *Público* opinaram. O mesmo ocorreu por ocasião do rompimento do PMDB com o governo Dilma, em 30 de março de 2016, quando *El País*, *Le Monde* e *Público* divulgaram opiniões sobre o tema.

A pesquisa identificou que a publicação dos editoriais ocorreu, em grande medida, a partir das votações mais importantes realizadas na Câmara e no Senado, ao tempo em que os desdobramentos sociais do processo pautaram os editoriais analisados em menor intensidade.

QUADRO 13 – A ROTINA DE PUBLICAÇÃO DOS EDITORIAIS

Eventos do <i>impeachment</i>	Data	Editoriais relacionados (siglas)⁷⁵				
Início do <i>impeachment</i> na Câmara	02/12/15	EME1	EPA1		PUB1	
Condução coercitiva de Lula	04/03/16		EPA2	LMO1		
Manifestações contra Dilma levam milhões de pessoas às ruas	13/03/16		EPA3			
Dilma nomeia Lula; Moro divulga diálogos; STF suspende nomeação	16/03/16		EPA4		PUB2 PUB3 PUB4	GUA1 NYT1
Câmara dos Deputados forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	17/03/16					
PMDB rompe com governo Dilma	30/03/16		EPA5	LMO2	PUB5	
Comissão Especial aprova parecer favorável ao <i>impeachment</i>	11/04/16					
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 25 Estados e DF	12/04/16					
Plenário da Câmara aprova o <i>impeachment</i> por 367 a 137 votos	17/04/16	EME3	EPA6	LMO3	PUB6	GUA2 NYT2
Início do <i>impeachment</i> no Senado	18/04/16					
Senado forma Comissão Especial do <i>impeachment</i>	22/04/16					
Comissão Especial do Senado aprova admissibilidade do <i>impeachment</i>	06/05/16					
Waldir Maranhão anula votação do <i>impeachment</i> ; decisão é revogada	09/05/16		EPA7			
Plenário do Senado aprova admissibilidade; Dilma é afastada	12/05/16	EME4		LMO4	PUB9	GUA3 NYT3
Protestos pró e contra <i>impeachment</i> são realizados em 10 Estados	31/07/16					
Olimpíadas do Rio de Janeiro	05/08/16				PUB11	
Plenário do Senado aprova continuidade do <i>impeachment</i> e Dilma é levada a julgamento	10/08/16	EME5			PUB12	
Começa julgamento no Senado	25/08/16				PUB13	
Dilma apresenta defesa no Senado	29/08/16					
Senado aprova <i>impeachment</i> por 61 votos a 20; Dilma é deposta	31/08/16		EPA8	LMO5	PUB14 PUB15	GUA4 NYT5

Fonte: o autor (2019)

Ao relacionar as rotinas de publicação dos editoriais, bem como os conteúdos dos textos, aos desdobramentos do rito institucional e acontecimentos políticos, jurídicos e sociais do processo, o estudo identificou que: (a) todos os jornais manifestaram-se sobre a votação do *impeachment* na Câmara dos deputados, em 17 de abril de 2016; e (b) cinco, dos seis jornais, publicaram editoriais sobre votação da admissibilidade do *impeachment* no plenário do Senado, o que resultou no afastamento temporário de Dilma; e a votação do julgamento, que resultou na

⁷⁵ Os editoriais EME2, PUB7, PUB8, PUB10 e NYT4 não se relacionam com nenhum acontecimento institucional ou desdobramento jurídico, social ou político do *impeachment*, razão pela qual estão ausentes no Quadro 6.

deposição em definitivo da presidenta. Portanto, os três eventos mais “populares” da cobertura editorial dos jornais analisados fazem referência aos desdobramentos institucionais do *impeachment*, a saber: as votações na Câmara e no Senado. Do total de 37 editoriais que estão relacionados aos desdobramentos institucionais, jurídicos, sociais e políticos do *impeachment*, 23 tratam especificamente dos desdobramentos institucionais e 17 exclusivamente dos episódios elencados acima.

O achado indica a presença, na rotina de publicação de editoriais sobre o *impeachment* da presidenta brasileira nos jornais analisados, de uma evidente inflexão aos aspectos relacionados à tramitação institucional do processo, em detrimento ao desenvolvimento jurídico, social e político da destituição. No que tange a tais acontecimentos, porém, os desdobramentos políticos foram abordados com alguma ênfase, sobretudo o episódio da nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil e o anúncio do rompimento do PMDB da base aliada de Dilma. O primeiro episódio foi tratado por quatro jornais, enquanto o segundo por três diários.

O estudo identificou similaridade na rotina de publicação dos editoriais dos jornais *Guardian*, *NYT* e *Público*. Os quatro textos opinativos publicados pelo jornal britânico relatam exatamente os eventos mais “populares” da cobertura editorial dos jornais analisados. Em relação ao *NYT*, quatro, dos cinco textos publicados, correspondem exatamente aos eventos mais “populares” do *impeachment*. Quanto ao jornal português, dos 15 editoriais publicados, oito abordam tais eventos. Houve, portanto, um alinhamento na rotina de publicação dos três diários.

3.5 ANÁLISES

Nesta seção são formuladas as análises, de forma que a pesquisa identifica, descreve e compara os principais argumentos mobilizados pelos jornais para apresentar o *impeachment*.

3.5.1 *El Mercurio*

O jornal chileno apresentou a destituição a partir das variáveis causas, corrupção e Dilma, utilizando, com menor frequência, opiniões relacionadas às variáveis efeitos, legalidade e pós-*impeachment*. A Tabela 3 revela a presença das variáveis nos editoriais publicados pelo *El Mercurio*.

TABELA 3 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO *EL MERCURIO*

Causas	Efeitos	Soluções	Corrupção	Dilma	Legalidade	Pós-impeachment
5	1	-	5	4	2	2

Fonte: o autor (2019)

QUADRO 14 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO *EL MERCURIO*

Variáveis	Categorias	Quantidade de editoriais
1. Causas	1.1 Crime de responsabilidade	4
	1.2 Crise econômica	5
	1.3 Corrupção	3
	1.4 Crise política	4
	1.5 Crise institucional	-
	1.6 Pressão popular	4
	1.7 Manobra da oposição	2
	1.8 Outras	1
2. Efeitos	2.1 Polarização	-
	2.2 Incertezas	1
3. Solução	3.1 Novas eleições	-
4. Corrupção	4.1 Lula e PT	1
	4.2 Articuladores do <i>impeachment</i>	1
	4.3 Generalizada na classe política	3
5. Dilma	5.1 Despreparada	2
	5.2 Negligente com corrupção	1
	5.3 Não tem envolvimento pessoal com corrupção	4
	5.4 Ênfase no gênero	-
	5.5 Combateu a ditadura militar	-
6. Legalidade	6.1 Constitucional	2
	6.2 Questionável/contraditório	-
7. Pós-impeachment	7.1 Manter políticas sociais	-
	7.2 Combater corrupção	1
	7.3 Retomada econômica	2

Fonte: o autor (2019)

Quanto às causas, o *El Mercurio* apontou, com maior frequência, os fatores crise econômica, crime de responsabilidade, crise política e pressão popular. O Quadro 14 apresenta a incidência das categorias nos editoriais do diário chileno.

No editorial EME3, o diário destaca que o Brasil atravessa um “negro panorama econômico”, enquanto nos textos EME1 e EME2, respectivamente, o diário condiciona a recessão à incapacidade administrativa de Dilma, opinando sobre a “incapacidade para manejar a crise econômica que assola o Brasil” e sobre “o rotundo fracasso no manejo da economia” (tradução nossa).

O fator crime de responsabilidade, por sua vez, está presente no texto EME5:

O pedido de impeachment apresentado por um grupo de juristas, alguns ligados anteriormente ao PT, e aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados para iniciar o processo, baseia-se no descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (tradução nossa).⁷⁶

No que tange à crise política, o diário afirmou no EME2:

É difícil para um Presidente no Brasil obter uma maioria confortável no parlamento que lhe permita governar sem a necessidade de cooptar partidos que ingressem na aliança. A alta dispersão do voto, uma multiplicidade de partidos que não conseguem obter maiorias claras, impede o Executivo de governar com tranquilidade (tradução nossa).⁷⁷

Já a temática pressão popular foi identificada no texto EME1, quando o jornal aponta a “baixíssima popularidade” de Dilma, e no EME2, ao destacar que a presidenta atravessava “uma rápida perda de popularidade, em parte por suas características pessoais e seu estilo obscuro” (tradução nossa).

Em relação aos efeitos, o diário sul-americano apontou, no texto EME1, que o Brasil possui “experiência” com processos de *impeachment* e que o resultado de um processo de destituição é incerto: “O Brasil já possui experiência nestes procedimentos, mas iniciar um julgamento desta natureza é um jogo perigoso de resultado incerto” (tradução nossa).

A corrupção, por sua vez, foi apresentada com mais frequência como generalizada na classe política. No editorial EME3, o jornal apontou:

⁷⁶ La petición de *impeachment* planteada por un grupo de juristas, algunos ligados antiguamente al PT, y aceptada por el presidente de la Cámara de Diputados para iniciar el proceso, se basa en el no cumplimiento de la Ley de Responsabilidad Fiscal.

⁷⁷ Es difícil para un Presidente en Brasil conseguir una mayoría cómoda en el Parlamento que le permita gobernar sin necesidad de cooptar partidos que ingresen a la alianza. La alta dispersión del voto, una multiplicidad de partidos que no logran obtener mayorías claras impiden al Ejecutivo gobernar con holgura.

Os espamos do caso da Petrobras de onde foram descobertas redes que envolvem políticos importantes e grandes empresários que pagavam subornos para ganhar contratos milionários com a petroleira chegaram muito alto na esfera política e, embora não manchem a presidenta, e sim a ministros, legisladores e membros de seu Partido dos Trabalhadores e seus aliados do PMDB, um partido de centro que tem sido funcional em governos de diferentes partidos (tradução nossa).⁷⁸

No que tange às opiniões relacionadas à variável Dilma, o estudo identificou que o jornal posicionou-se, com mais frequência, desvinculando a presidenta da prática de corrupção. Ao mesmo tempo, o diário aponta que, embora não seja possível condenar pessoalmente a líder política brasileira, ela não está imune a críticas, conforme o EME1: “em um país convulsionado por escândalos de corrupção que afeta as mais altas esferas políticas e empresariais, o fato de Dilma não estar sendo acusada nos esquemas de propina e subornos não a faz imune a críticas” (tradução nossa).

Em relação à legalidade, o *El Mercurio* preocupou-se em reforçar a Constitucionalidade do processo. No EME2, o jornal afirmou:

O que leva adiante o Legislativo brasileiro é um processo que cumpriu todas as condições de um impeachment (...) Não pode ser considerado um “golpe” se o julgamento está dentro das atribuições que a Constituição dá aos parlamentares e os passos foram completamente cumpridos (tradução nossa).⁷⁹

No texto EME3, o *El Mercurio* reforça a opinião, argumentando que o impeachment está dentro dos marcos institucionais e da Constituição brasileira: “em uma democracia, se as regras estão claras, uma autoridade deve se submeter ao escrutínio e defender-se com os meios que lhe outorguem o Estado de Direito” (tradução nossa).

Quanto ao pós-*impeachment*, o diário argumentou que a retomada econômica deveria ser prioridade. O jornal afirmou, no texto EME1: “para Michel

⁷⁸ Los coletazos del caso Petrobras donde se destaparon redes que involucran a importantes políticos y grandes empresarios que pagaban coimas por adjudicarse millonarios contratos con la petrolera han llegado muy alto en la esfera pública, y si bien no manchan a la Presidenta, sí a ministros, legisladores y miembros de su Partido de los Trabajadores y a sus aliados del PMDB, un partido de centro que ha sido funcional a gobiernos de distintos signos.

⁷⁹ Lo que lleva adelante el Legislativo brasileño es un proceso que ha cumplido con todas las condiciones de un *impeachment* (...) No puede considerarse un “golpe” si el juicio está dentro de las atribuciones que les da la Constitución a los parlamentarios y se han cumplido los pasos a cabalidad.

Temer, esta é sua oportunidade de demonstrar que pode exercer plenamente o cargo de chefe do Executivo, com um desempenho econômico que assegure sair da crise” (tradução nossa). No EME2, destacou: “Michel Temer, o Presidente interino, deverá ter como objetivo prioritário criar condições para uma melhora econômica” (tradução nossa).

A análise expôs os seguintes resultados: o diário apresentou como principal causa do *impeachment* a crise econômica, com destaque também para os fatores crime de responsabilidade, crise política e pressão popular. O *El Mercurio* apontou também que o processo provocaria incertezas na política e na sociedade e atribuiu a prática da corrupção como generalizada na classe política. Dilma foi apresentada como uma líder sem envolvimento pessoal com corrupção, mas que deveria ser responsabilizada pelos seus erros. O jornal reforçou a constitucionalidade do processo e opinou que a retomada econômica deveria ser prioridade no pós-*impeachment*.

A pesquisa identificou que o jornal preocupou-se em dar ênfase ao formalismo do processo, de forma que o diário reduziu o processo de deposição a um acontecimento burocrático e corriqueiro do cotidiano político brasileiro. No editorial EME1, por exemplo, o *El Mercurio* afirma que “o julgamento político é legítimo e está previsto na Constituição” e que o Brasil “tem experiência nestes procedimentos”. Tais afirmações, em certa medida, enfraquecem a discussão sobre as nuances do processo de deposição. Vejamos:

Um julgamento político é legítimo e está contemplado na Constituição brasileira. Já fizeram um para Fernando Collor de Mello em 1992, que renunciou logo antes de ser destituído por um caso de corrupção muito menos grave do que os que atingem o Brasil nos dias de hoje. (...) O Brasil já tem experiência nesses procedimentos (...) O pedido de impeachment levantado por um grupo de juristas, alguns ligados anteriormente ao PT, e aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados para iniciar o processo, baseia-se no não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Constituição permite o julgamento de um presidente quando ele transgredir as leis e comete um crime. No caso de Dilma, ela teria violado a lei orçamentária (tradução nossa).⁸⁰

Acima, o jornal elenca as seguintes opiniões: (a) o processo político é legítimo e está previsto na Constituição; (b) Collor foi afastado por um caso menos grave do que o de Dilma; (c) o Brasil tem experiência nesses procedimentos; (d) a denúncia contra Dilma diz respeito ao não cumprimento da LRF; (e) a Constituição permite que o presidente seja processado quando transgredir a lei e comete um crime; e (f) no caso de Dilma ela teria violado a LRF. A sequência revela que o *El Mercurio* tratou o *impeachment* de maneira pragmática.

O achado evidencia-se, em outro momento, no editorial EME4, quando o diário chileno afirma que o *impeachment* não pode ser considerado golpe, vez que está previsto na Constituição e o Congresso cumpriu todos os ritos institucionais. No editorial, o jornal argumenta que bastaria a Dilma comprovar que não cometeu crime de responsabilidade que sua presidência estaria salva:

⁸⁰ Un juicio político es legítimo y está contemplado en la Constitución brasileña. Ya le hicieron uno a Fernando Collor de Mello en 1992, quien renunció justo antes de ser destituido por un caso de corrupción bastante menos grave que los que azotan a Brasil por estos días. (...) Brasil ya tiene experiencia en estos procedimientos (...) La petición de *impeachment* planteada por un grupo de juristas, algunos ligados antiguamente al PT, y aceptada por el presidente de la Cámara de Diputados para iniciar el proceso, se basa en el no cumplimiento de la Ley de Responsabilidad Fiscal. La Constitución permite el juicio a un Presidente cuando transgrede las leyes y comete un crimen. En el caso de Rousseff, ella habría violado la ley presupuestaria.

Dilma insiste que os parlamentares cometeram "um golpe" e que ela é "vítima de uma farsa política e jurídica". (...) Não pode ser considerado um "golpe" se o julgamento estiver dentro das atribuições que a Constituição dá aos parlamentares e os ritos foram completamente cumpridos. Se Dilma puder demonstrar que não cometeu "crime de responsabilidade" ao maquiar as contas públicas para cobrir o déficit e usar créditos de grandes bancos públicos para pagar dívidas do Estado, sua Presidência será salva, mas até agora o único argumento para sua defesa é que "todos os governos o fazem" (tradução nossa).⁸¹

Cabe considerar que o jornal não ignorou as discussões relativas às nuances que causaram o processo. No editorial EME2, o diário explica que o processo possui "marcas de vingança política", enquanto no EME3 afirma que, por trás das "manobras na contabilidade fiscal para maquiar as contas", está o "mal-estar contra a presidenta" (tradução nossa) em razão de uma série de fatores.

3.5.2 *El País*

Em todos os editoriais analisados, o *El País* manifestou opinião sobre as causas do *impeachment*. As variáveis corrupção e Dilma, por sua vez, foram identificadas em sete, dos oito editoriais. Com menor frequência, o estudo identificou opiniões relacionadas às variáveis efeitos e legalidade. O jornal não opinou sobre as soluções e o pós-*impeachment*. A Tabela 4 apresenta a presença das variáveis nos editoriais do diário de Madri.

TABELA 4 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO *EL PAÍS*

Causas	Efeitos	Soluções	Corrupção	Dilma	Legalidade	Pós-<i>impeachment</i>
8	3	-	7	7	4	-

Fonte: o autor (2019)

⁸¹ Dilma insiste en que los parlamentarios han cometido "un golpe" y que ella es "víctima de una farsa política y jurídica". (...) No puede considerarse un "golpe" si el juicio está dentro de las atribuciones que les da la Constitución a los parlamentarios y se han cumplido los pasos a cabalidad. Si Dilma puede demostrar que ella no cometió el "crimen de responsabilidad" por maquillar las cuentas públicas para tapar el déficit y usar créditos de grandes bancos públicos para pagar deudas del Estado, su Presidencia estará salvada, pero hasta ahora el único argumento para su defensa es que "todos los gobiernos lo hacen".

QUADRO 15 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO *EL PAÍS*

Variáveis	Categorias	Quantidade de editoriais
1. Causas	1.1 Crime de responsabilidade	2
	1.2 Crise econômica	6
	1.3 Corrupção	6
	1.4 Crise política	4
	1.5 Crise institucional	5
	1.6 Pressão popular	1
	1.7 Manobra da oposição	5
	1.8 Outras	-
2. Efeitos	2.1 Polarização	2
	2.2 Incertezas	2
3. Solução	3.1 Novas eleições	-
4. Corrupção	4.1 Lula e PT	4
	4.2 Articuladores do <i>impeachment</i>	2
	4.3 Generalizada na classe política	2
5. Dilma	5.1 Despreparada	-
	5.2 Negligente com corrupção	1
	5.3 Não tem envolvimento pessoal com corrupção	4
	5.4 Ênfase no gênero	-
	5.5 Combateu a ditadura militar	-
6. Legalidade	6.1 Constitucional	-
	6.2 Questionável/contraditório	4
7. Pós-<i>impeachment</i>	7.1 Manter políticas sociais	-
	7.2 Combater corrupção	-
	7.3 Retomada econômica	-

Fonte: o autor (2019)

Crise econômica e corrupção foram as principais causas do *impeachment* de acordo com os editoriais do *El País*. Em menor frequência, foram identificados os fatores manobra da oposição, crise política e crise institucional. O Quadro 15 apresenta a incidência das categorias nos editoriais do diário espanhol.

No texto EPA8, o *El País* apontou a recessão como causa do *impeachment*: “a profunda recessão em que se encontra o Brasil – que está a caminho de ser a pior desde 1930”. No editorial EPA6, o jornal associou três fatores, corrupção, crise política e crise econômica, ao citar uma “tormenta perfeita”, discorrendo sobre as motivações da crise política:

O Brasil encontra-se atolado em uma espécie de tempestade perfeita em que três fatores combinam: por um lado, uma cascata de escândalos de corrupção (...), em segundo lugar, um Congresso inoperante devido à fragmentação e determinado em destituir a chefe do Estado (...), e finalmente, uma crise econômica cuja saída não é encontrada justamente por causa da paralisia política que ameaça tirar os inegáveis progressos de bem-estar alcançado durante a presidência de Lula (tradução nossa).⁸²

No texto EPA2, o diário atribuiu como um dos motivos da deposição a oposição ao governo Dilma: “enquanto o Brasil está mergulhado na recessão, a oposição utilizou o Congresso para transformar uma acusação de caráter político – uma manobra no orçamento – em um processo previsto para casos criminais” (tradução nossa).

Entre os efeitos, o jornal com sede em Madri destacou que o processo provocou o aumento da polarização e incertezas. No texto EPA3, o jornal afirmou que “el *impeachment* deja a un país dividido políticamente, enfrentado socialmente” e “la aprobación de la apertura del proceso de destitución de la presidenta Dilma Rousseff por una abrumadora mayoría de la Cámara de Diputados abre una etapa en Brasil marcada por la incertidumbre”. Já no EPA2, o diário cravou: “el caos institucional en el que se encuentra sumido Brasil está colocando al país en las últimas horas en una incertidumbre inconcebible en la mayor democracia sudamericana”.

No que se refere à categoria corrupção, o estudo identificou que o *El País* atribuiu a prática, com maior frequência, a Lula e PT. No texto EPA7, o jornal elencou as acusações que pesavam sobre Lula, afirmando que os indícios eram “devastadores”:

⁸² Brasil se encuentra sumido en una especie de tormenta perfecta en la que se combinan tres factores: por un lado, una cascada de escándalos de corrupción (...) en segundo lugar, un Congreso inoperante debido a la fragmentación y empecinado en destituir a la jefa del Estado (...) y, finalmente, una crisis económica cuya salida no se vislumbra precisamente por la parálisis política y que amenaza con llevarse por delante los innegables progresos de bienestar alcanzados durante la presidencia de Lula.

A promotoria acusa o ex-presidente de receber dinheiro de empresas relacionadas ao escândalo que abala as bases institucionais do país. As empresas são investigadas por subornar altos funcionários em troca de contratos suculentos com a petroleira. É particularmente devastador para a figura do primeiro sindicalista que chegou à presidência o fato de que, de acordo com a promotoria, duas dessas empresas lhe pagaram um apartamento de três andares na praia e uma casa de campo. Além disso, custearam as reformas das duas casas, o pagamento de eletrodomésticos e móveis de luxo e o armazenamento dos pertences do ex-presidente. (tradução nossa).⁸³

Ao abordar a presidenta, o *El País* opinou, com maior frequência, que Dilma não possui envolvimento pessoal com corrupção. No EPA2, o jornal afirmou que “as sucessivas investigações não conseguiram demonstrar a participação da presidenta nos casos de corrupção que afetam seu partido”, enquanto no texto EPA4 imprimiu que “até o momento não apareceram provas que impliquem diretamente Rousseff na trama” (tradução nossa).

Sobre a legalidade, o jornal afirmou que o processo é constitucional, porém, em diversas ocasiões, questionou a legitimidade. O *El País* utilizou termos como “processo irregular” e “golpe baixo no funcionamento institucional do país” para qualificar o *impeachment* e defendeu que a Constituição foi utilizada de forma “ilegítima” ou “injusta” para justificar a destituição. No EPA1, o jornal apontou:

⁸³ La fiscalía acusa al exmandatario de recibir dinero de empresas relacionadas en el escándalo que sacude los cimientos institucionales del país. Las compañías son investigadas por sobornar a altos cargos a cambio de contratos jugosos con la petrolera. Resulta particularmente demoledor para la figura del primer sindicalista que llegó a la presidencia el hecho de que, según la fiscalía, dos de estas empresas le pagaran un apartamento de tres plantas en la playa y una casa de campo. Además, costearon las reformas de las dos viviendas, el pago de electrodomésticos y muebles de lujo y el almacenamiento de enseres del expresidente.

A destituição da presidenta brasileira Dilma Rousseff, aprovada ontem pelo Senado por 61 votos a favor e 20 contra constitui um golpe baixo para o funcionamento institucional de um país que durante décadas e com esforço converteu-se em um exemplo de democracia consolidada para toda a região (...) Os partidos políticos responsáveis pelo afastamento utilizaram de maneira ilegítima um procedimento de impeachment previsto na Constituição para casos extremamente graves e o ajustaram a jogos políticos de curto prazo sem se preocuparem com os danos causados à legitimidade democrática (tradução nossa).⁸⁴

Argumento similar foi publicado no editorial EPA4. Aqui, contudo, o *El País* refuta duramente a hipótese de “golpe de Estado”:

É certo que o processo de destituição presidencial existe na legislação brasileira, da mesma forma que não é concebido como arma política, mas como um recurso penal. Mas o que está sendo mal utilizado pela oposição não justifica em nenhum caso que a chefe de Estado qualifique como um “golpe de Estado” (tradução nossa).⁸⁵

No EPA2, o corpo editorial escreveu: “o caos institucional em que o Brasil está mergulhado, cuja expressão máxima é o processo irregular de destituição contra sua presidenta” (tradução nossa).

A análise apresentou os seguintes resultados: o *impeachment* foi motivado pela crise econômica e pela corrupção, de forma que o jornal apontou como efeitos a polarização política e social e a incerteza em relação ao futuro. O jornal atribuiu os casos de corrupção a Lula e PT. Por outro lado, qualificou Dilma como sem envolvimento pessoal com corrupção. Quanto à legalidade, o *El País* questionou a legitimidade do processo, formulando críticas contundentes sobre como o dispositivo constitucional que prevê o *impeachment* foi utilizado de forma ilegítima contra a presidenta.

O estudo identificou, ainda, que o *El País* emitiu opiniões contundentes sobre a legalidade do processo. O diário afirmou que o *impeachment* é um

⁸⁴ la destitución de la presidenta brasileña, Dilma Rousseff, aprobada ayer por el Senado del país por 61 votos a favor y 20 en contra constituye un golpe bajo al funcionamiento institucional de un país que durante décadas y con esfuerzo se había convertido en ejemplo de democracia consolidada para toda la región (...) los partidos políticos responsables del apartamiento han utilizado torticeramente un procedimiento de destitución previsto en la Constitución para casos extremadamente graves y lo han ajustado a juegos políticos cortoplacistas sin importarles el daño causado a la legitimidad democrática.

⁸⁵ Es cierto que el proceso de destitución presidencial existe en la legislación brasileña también lo es que no está concebido como arma política sino como recurso penal. Pero el que esté siendo mal utilizado por la oposición no justifica en ningún caso que la jefa del Estado lo califique de “golpe de Estado”.

procedimento legítimo, previsto na Constituição, mas que deve ser utilizado com responsabilidade pela elite política. No editorial EPA1, por exemplo, *El País* opinou que a deposição não deveria ser utilizada como “arma na disputa entre os partidos, mas é exatamente o que está acontecendo no Brasil” (tradução nossa):

A destituição do chefe de Estado em uma república presidencialista é um mecanismo jurídico que permite julgar, e condenar em seu caso, quem possui a legitimidade da vontade popular. Não deveria ser usado como uma arma na disputa partidária, mas é exatamente isso que está acontecendo no Brasil, onde um Congresso atomizado facilitou a estagnação da vida política e econômica sem que o governo pudesse adotar medidas drásticas que pudessem impedir a queda livre da economia (tradução nossa)⁸⁶

Da mesma forma, uma manifestação condenando o uso do *impeachment* como arma política, foi publicada no editorial EPA3. No texto, o jornal faz um apelo para que o “Congresso respeite o resultado das eleições e renuncie ao uso irresponsável do *impeachment* como arma” e que “todos assumam suas responsabilidades” (tradução nossa):

O Congresso deve respeitar o resultado das eleições do ano passado e renunciar ao uso irresponsável do impeachment como arma. (...) Os partidos devem estar conscientes do imenso desafio institucional e econômico que o país enfrenta e renunciar à tentação do imediatismo tático. É hora de todos assumirem sua responsabilidade: os culpados, pagar pelos crimes cometidos; os outros a trabalharem por um Brasil que até recentemente era exemplo de sucesso (tradução nossa).⁸⁷

Nota-se, portanto, que o *El País* argumentou enfaticamente que, no caso de Dilma, a deposição estava sendo utilizada como “arma política”. No texto EPA7, o jornal subiu o tom sobre o questionamento da legalidade do afastamento, qualificando a deposição como um “processo irregular” (tradução nossa):

⁸⁶ La destitución del jefe del Estado en una república presidencialista es un mecanismo jurídico que permite juzgar, y condenar en su caso, a quien tiene la legitimidad de la voluntad popular. No debe ser usado como arma en la refriega partidista, pero eso es exactamente lo que está sucediendo en Brasil, en donde un Congreso atomizado ha facilitado el estancamiento de la vida política y económica sin que el Gobierno sea capaz de adoptar las drásticas medidas que hacen falta para frenar la caída libre de la economía.

⁸⁷ El Congreso debe respetar el resultado de las elecciones del año pasado y renunciar al irresponsable uso del *impeachment* como arma. (...) Los partidos deben ser conscientes del imenso desafío institucional y económico al que se enfrenta el país y renunciar a la tentación del cortoplacismo tático. Es hora de que todos asuman su responsabilidad: los culpables, la de pagar por los delitos cometidos; los demás la de trabajar por un Brasil que hasta hace poco ha sido un ejemplo de éxito.

O caos institucional em que o Brasil está mergulhado, cuja expressão máxima é o processo irregular de *impeachment* contra sua presidenta, Dilma Rousseff, está colocando a maior democracia sul-americana nas últimas horas em uma inconcebível incerteza. (...) Esta crise institucional levanta mais do que dúvidas razoáveis sobre a legitimidade que teria um novo presidente surgido após um processo tão incomum. O Brasil não pode se permitir a este espetáculo. O dano causado é incalculável (tradução nossa).⁸⁸

No editorial EPA8, mais uma vez o diário madrileno reforça sua posição de criticidade da legalidade do *impeachment*. Aqui, opta pelo termo “golpe baixo no funcionamento institucional” (tradução nossa) para se referir à deposição. Chama a atenção que *El País* não utiliza o termo “golpe de Estado”, mas “golpe baixo”. O jornal aponta ainda que “os responsáveis pelo *impeachment* utilizaram de forma ilegítima o procedimento de destituição previsto na Constituição” (tradução nossa):

A destituição da presidenta brasileira Dilma Rousseff, aprovada ontem pelo Senado por 61 votos a favor e 20 contra constitui um golpe baixo para o funcionamento institucional de um país que durante décadas e com esforço converteu-se em um exemplo de democracia consolidada para toda a região (...) Os partidos políticos responsáveis pelo afastamento utilizaram de maneira ilegítima um procedimento de *impeachment* previsto na Constituição para casos extremamente graves e o ajustaram a jogos políticos de curto prazo sem se preocuparem com os danos causados à legitimidade democrática. Em uma república presidencialista, a destituição do Chefe de Estado é um fato extremamente importante, uma exceção que permite ao parlamento revogar a vontade popular e demitir quem foi levado diretamente das urnas a mais alta instituição do Estado. Portanto, só pode ser utilizado em casos excepcionais e de forma muito restrita, sob pena de criar uma grave crise política e institucional (tradução nossa).⁸⁹

⁸⁸ El caos institucional en el que se encuentra sumido Brasil, cuya máxima expresión es el irregular proceso de destitución contra su presidenta, Dilma Rousseff, está colocando al país en las últimas horas en una incertidumbre inconcebible en la mayor democracia sudamericana. (...) Esta crisis institucional plantea dudas más que razonables sobre la legitimidad que tendría un nuevo mandatario surgido después de un proceso tan poco habitual. Brasil no puede permitirse semejante espectáculo. El daño causado es incalculable.

⁸⁹ La destitución de la presidenta brasileña, Dilma Rousseff, aprobada ayer por el Senado del país por 61 votos a favor y 20 en contra constituye un golpe bajo al funcionamiento institucional de un país que durante décadas y con esfuerzo se había convertido en ejemplo de democracia consolidada para toda la región. Los partidos políticos responsables del apartamiento han utilizado torticeramente un procedimiento de destitución previsto en la Constitución para casos extremadamente graves y lo han ajustado a juegos políticos cortoplacistas sin importarles el daño causado a la legitimidad democrática. En una república presidencialista la destitución del Jefe del Estado es un hecho de extrema importancia, una excepción al sistema que permite al Parlamento revocar la voluntad popular y destituir a quien ha sido elevado directamente en las urnas a la máxima institución de Estado. Por tanto, no puede ser utilizado más que en casos excepcionales y de forma muy tasada so pena de crear una grave crisis política e institucional.

3.5.3 *Le Monde*

Das seis variáveis desenvolvidas, cinco foram identificadas nos editoriais do *Le Monde*. O jornal tratou das temáticas relacionadas à variável causa em cinco editoriais, Dilma em quatro e corrupção em três. As variáveis soluções, legalidade e pós-*impeachment* foram identificadas em somente um editorial cada. O jornal não abordou, nos textos analisados, os efeitos da deposição. A Tabela 5 apresenta a incidência das variáveis no conjunto de cinco editoriais do jornal parisiense.

TABELA 5 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO *LE MONDE*

Causas	Efeitos	Soluções	Corrupção	Dilma	Legalidade	Pós-<i>impeachment</i>
5	-	1	3	4	1	1

Fonte: o autor (2019)

QUADRO 16 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO *LE MONDE*

Variáveis	Categorias	Quantidade de editoriais
1. Causas	1.1 Crime de responsabilidade	2
	1.2 Crise econômica	5
	1.3 Corrupção	5
	1.4 Crise política	2
	1.5 Crise institucional	-
	1.6 Pressão popular	1
	1.7 Manobra da oposição	-
	1.8 Outras	2
2. Efeitos	2.1 Polarização	-
	2.2 Incertezas	-
3. Solução	3.1 Novas eleições	1
4. Corrupção	4.1 Lula e PT	1
	4.2 Articuladores do <i>impeachment</i>	1
	4.3 Generalizada na classe política	1
5. Dilma	5.1 Despreparada	1
	5.2 Negligente com corrupção	-
	5.3 Não tem envolvimento pessoal com corrupção	2
	5.4 Ênfase no gênero	2
	5.5 Combateu a ditadura militar	-
6. Legalidade	6.1 Constitucional	1
	6.2 Questionável/contraditório	-
7. Pós-<i>impeachment</i>	7.1 Manter políticas sociais	-
	7.2 Combater corrupção	1
	7.3 Retomada econômica	1

Fonte: o autor (2019)

Em relação às causas do *impeachment*, o *Le Monde* apontou, com maior frequência, a crise econômica e a corrupção. As duas categorias foram identificadas em todos os textos publicados pelo diário francês. O Quadro 16

apresenta a incidência das categorias nos editoriais do *Le Monde*. No editorial LMO2, por exemplo, o jornal destacou que a recessão interrompeu investimentos e estagnou o consumo:

Ao mal-estar político é adicionada uma forte crise econômica. O país está passando pela pior recessão de um século: o investimento está parado, o consumo estagnado. A confiança dos investidores e dos consumidores parece estar cada vez mais corrida (tradução nossa)⁹⁰

No texto LMO3, o *Le Monde* qualificou a situação econômica brasileira como dramática:

Dilma Rousseff paga também pela dramática reviravolta na economia brasileira. A desaceleração da demanda chinesa e o colapso nos preços das commodities transformaram o gigante emergente da América Latina, um extravagante membro dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China), que, sob o reinado de Lula, tirou dezenas de milhões de pessoas da pobreza, para uma economia atingida pela recessão e desemprego (tradução nossa)⁹¹

Já no LMO1, o diário apresentou o momento político brasileiro como a junção de um escândalo de corrupção em grande escala e uma crise econômica sem precedentes: “o escândalo de corrupção em larga escala ligado à Petrobras acabou por escandalizar um país que enfrenta uma crise econômica sem precedentes” (tradução nossa). Argumento similar foi apresentado no LMO4: “revolta das classes médias, recessão econômica e volta da inflação, partidos no poder gangrenados pela corrupção e um presidente ameaçado de *impeachment*” (tradução nossa).

Quanto às soluções para a crise política, o *Le Monde* defendeu a realização de novas eleições. O posicionamento foi publicado no editorial LMO2:

⁹⁰ Le pays traverse la pire récession depuis un siècle: l'investissement est au point mort, la consommation stagne. La confiance des investisseurs et des consommateurs paraît durablement entamée.

⁹¹ Dilma Rousseff paie aussi le retournement spectaculaire de l'économie brésilienne. Le ralentissement de la demande chinoise et l'effondrement des cours des matières premières ont transformé ce géant émergent de l'Amérique latine, flamboyant membre des BRIC (Brésil, Russie, Inde, Chine) qui a réussi, sous le règne de Lula, à tirer des dizaines de millions de gens de la pauvreté, en une économie frappée par la récession et le chômage.

Na realidade, este triste caso é a mais recente manifestação de um enorme mal-estar causado pela descoberta de um mundo político amplamente corrupto, de direita e de esquerda. Teria sido melhor eleições, mas elas não acontecerão antes de 2018.⁹²

Em relação à temática corrupção, o diário vinculou a prática, na mesma frequência, a Lula e PT, aos articuladores do *impeachment* e, também, como generalizada na classe política. No LMO3, por exemplo, o *Le Monde* afirmou que o PT utilizou a corrupção na Petrobras como moeda de troca. No texto LMO1, o diário atribuiu a corrupção aos articuladores do *impeachment*, ao destacar as acusações que pesaram contra o deputado Eduardo Cunha e o vice-presidente Michel Temer:

Os artesãos de sua queda não são coroinhas. O homem que iniciou o processo de destituição, Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. A presidenta do Brasil é julgada por um Senado do qual um terço dos eleitos, segundo o site Congresso em Foco, é objeto de processos criminais. Ela será substituída por seu vice-presidente, Michel Temer, portanto, deve ficar inelegível por oito anos por exceder o limite de gastos autorizados na campanha eleitoral (tradução nossa).⁹³

Já no LMO5, o jornal destacou um amplo esquema de corrupção que envolveu senadores, deputados e empresários.

No que tange à apresentação de Dilma nos editoriais, o *Le Monde* enfatizou o gênero da presidenta e apresentou a líder política como sem envolvimento pessoal com corrupção. Quanto à legalidade, o jornal qualificou a destituição como constitucional. No LMO4, o *Le Monde* lembrou do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, ressaltando que o afastamento possui previsão na Constituição e contestou o argumento de “golpe” utilizado por Dilma:

⁹² En réalité, cette triste affaire est la dernière manifestation d'un énorme malaise provoqué par la mise au jour d'un monde politique largement corrompu, à droite comme à gauche. Il eût sans doute mieux valu des élections: elles n'auront pas lieu avant 2018.

⁹³ Les artisans de sa chute ne sont pas eux-mêmes des enfants de chœur. L'homme qui a lancé la procédure de destitution, Eduardo Cunha, ancien président de la Chambre des députés, est accusé de corruption et de blanchiment d'argent. La présidente du Brésil est jugée par un Sénat dont un tiers des élus font, selon le site Congresso em Foco, l'objet de poursuites criminelles. Elle sera remplacée par son vice-président, Michel Temer, pourtant censé être inéligible pendant huit ans pour avoir dépassé la limite autorisée de frais de campagne.

A destituição do chefe de Estado é prevista pela Constituição brasileira. Há um precedente, o processo contra o presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), acusado de corrupção. Na época, longe de gritar que se tratava de um golpe, o PT estava do outro lado da rua, manifestando-se massivamente para exigir a saída do chefe de Estado (tradução nossa).⁹⁴

A análise identificou que o *Le Monde* sugeriu como prioridades do pós-*impeachment* o combate à corrupção e a retomada econômica, conforme o texto LMO2: “o vice-presidente Michel Temer, de 75 anos, assume a presidência até 2018. Sua tarefa é pesada. Cabe a ele deixar a justiça seguir seu curso, restaurar a confiança dos agentes econômicos e restaurar as contas, sem aumentar a recessão” (tradução nossa).

A pesquisa observou ainda que, de acordo com o *Le Monde*, o *impeachment* ocorreu em razão da crise econômica e da corrupção. Como solução, o diário sugeriu a realização de novas eleições. A corrupção, por sua vez, foi atribuída, na mesma intensidade, a Lula e PT, articuladores do *impeachment* e como prática generalizada na classe política. Em relação à legalidade, o *Le Monde* apresentou a deposição como um processo essencialmente constitucional. O jornal também sugeriu que o governo do pós-*impeachment* fosse pautado pelo combate à corrupção e pela retomada econômica.

A análise do *Le Monde* examinou especificamente como o jornal abordou a temática corrupção. No editorial LMO3, o diário francês afirma que a corrupção está no “centro da revolta política” no Brasil, da mesma forma como aconteceu em 1992 com o *impeachment* de Collor.

Se a corrupção está no centro das duas revoltas políticas, Dilma Rousseff, diferentemente de Collor de Mello, não é suspeita de enriquecimento pessoal. Ela é acusada de usar dispositivos administrativos para disfarçar o déficit no orçamento, um processo que ela não foi a primeira a usar⁹⁵(tradução nossa).

⁹⁴ La destitution du chef de l'Etat est prévue et encadrée par la Constitution brésilienne. Il existe un précédent, la procédure engagée contre le président Fernando Collor de Mello (1990-1992), accusé de corruption. A l'époque, loin de crier au putsch, le PT était du côté de la rue, qui s'était manifestée massivement pour exiger le départ du chef de l'Etat.

⁹⁵ Si la corruption est au cœur des deux révoltes politiques, Dilma Rousseff, à la différence de M. Collor de Mello, n'est pas suspecte d'enrichissement personnel. Elle est accusée d'avoir usé d'artifices administratifs pour maquiller le déficit budgétaire, un procédé auquel elle n'est pas la première à avoir eu recours.

No editorial LMO4, o *Le Monde* aponta que a corrupção é uma prática generalizada na elite política brasileira:

Na realidade, este triste caso é a mais recente manifestação de um enorme mal-estar causado pela descoberta de um mundo político amplamente corrupto, de direita e de esquerda. Teria sido melhor eleições, mas elas não acontecerão antes de 2018. Com nada menos que trinta partidos representados no Congresso (...), é todo o sistema político brasileiro que parece sem fôlego (tradução nossa).⁹⁶

Por fim, no texto LMO5, o jornal utiliza o termo ironia para tratar do fato de que milhões de pessoas foram às ruas protestar contra a corrupção na política, mas a presidenta não possui envolvimento pessoal com corrupção, ao passo que seus adversários, Eduardo Cunha e Michel Temer, os principais articuladores do *impeachment*, respondem por acusações de corrupção: “a ironia é que, se a corrupção levou milhões de brasileiros às ruas nos últimos meses, não é por isso que Dilma Rousseff vai cair” (tradução nossa).

3.5.4 Público

Todas as variáveis desenvolvidas para o estudo foram identificadas nos textos do Público. A corrupção e as causas do *impeachment* foram as variáveis mais presentes nos editoriais, identificadas, respectivamente, em 12 e 11 textos, dos 15 editoriais publicados pelo jornal sobre a deposição. A Tabela 6 revela a presença das variáveis nos editoriais do Público.

TABELA 6 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO PÚBLICO

Causas	Efeitos	Soluções	Corrupção	Dilma	Legalidade	Pós-<i>impeachment</i>
11	4	4	12	4	3	1

Fonte: o autor (2019)

⁹⁶ En réalité, cette triste affaire est la dernière manifestation d'un énorme malaise provoqué par la mise au jour d'un monde politique largement corrompu, à droite comme à gauche. Il eût sans doute mieux valu des élections: elles n'auront pas lieu avant 2018. Avec pas moins d'une trentaine de partis représentés au Congrès (...), c'est tout le système politique brésilien qui semble à bout de souffle.

QUADRO 17 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO PÚBLICO

Variáveis	Categorias	Quantidade de editoriais
1. Causas	1.1 Crime de responsabilidade	3
	1.2 Crise econômica	1
	1.3 Corrupção	2
	1.4 Crise política	3
	1.5 Crise institucional	2
	1.6 Pressão popular	2
	1.7 Manobra da oposição	3
	1.8 Outras	3
2. Efeitos	2.1 Polarização	3
	2.2 Incertezas	1
3. Solução	3.1 Novas eleições	4
4. Corrupção	4.1 Lula e PT	3
	4.2 Articuladores do <i>impeachment</i>	1
	4.3 Generalizada na classe política	2
5. Dilma	5.1 Despreparada	-
	5.2 Negligente com corrupção	2
	5.3 Não tem envolvimento pessoal com corrupção	-
	5.4 Ênfase no gênero	-
	5.5 Combateu a ditadura militar	1
6. Legalidade	6.1 Constitucional	-
	6.2 Questionável/contraditório	2
7. Pós-<i>impeachment</i>	7.1 Manter políticas sociais	1
	7.2 Combater corrupção	-
	7.3 Retomada econômica	-

Fonte: o autor (2019)

Em relação às causas, o diário português apresentou as categorias crime de responsabilidade, crise política e manobra da oposição com maior frequência que as demais. O Quadro 17 apresenta a incidência das categorias nos editoriais do Público.

O fator crime de responsabilidade foi apresentado, por exemplo, no editorial EME12, quando o jornal afirmou que “o relatório do senador do PMDB que recomenda a destituição de Dilma, pelo chamado crime de responsabilidade na gestão das contas públicas, foi aprovado na comissão e tudo indica que o Senado o sancione”.

Já sobre a crise política, o jornal se manifestou no texto PUB3: “num sistema político mais maduro e, principalmente, mais coerente e organizado, este cenário seria improvável. Mas, no Brasil, onde a fidelidade aos partidos ou o apoio aos governos é apenas instrumental, tudo é possível”. Opiniões semelhantes foram apresentadas no PUB5, quando o jornal apontou que a crise política “é sistêmica porque toca os três poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário —, e à qual se junta o peso insustentável de uma corrupção que condiciona toda a sociedade,

promovendo as desigualdades, a discriminação e o atraso social” e no PUB9, ao afirmar que “o sistema político do país é um anacronismo intrincado de legislação capaz de surpreender os mais experimentados constitucionalistas”.

No que tange aos efeitos, no PUB10 o jornal apontou a polarização ao contextualizar o episódio da construção de um muro na Esplanada dos Ministérios para separar manifestantes a favor e contra o *impeachment* durante a votação do processo na Câmara dos Deputados⁹⁷: “divisão real de um país perante um processo onde ninguém está isento de culpas”. Já no PUB3, o periódico destacou a incerteza como consequência do *impeachment*: “o Brasil entra nesta quinta-feira na última etapa de um processo político de consequências imprevisíveis”.

O jornal defendeu ainda, como solução para a crise brasileira, a realização de novas eleições. No PUB9, o jornal apontou:

a quebra de confiança nas instituições e nos protagonistas políticos está a potenciar uma crise de legitimidade que está no centro deste bloqueio político e que ameaça transformar-se em perigoso bloqueio social. Ora, quando isto acontece, não há nada como ir directamente ao voto popular, fonte primordial de legitimidade, colher o suplemento de autoridade política em falta. Mas não é fácil convocar eleições presidenciais no Brasil.

Da mesma forma, no PUB5 o diário defendeu a realização de novas eleições como “único método de legitimação política” e como forma de “despoluir o ambiente”. Já no PUB4, o jornal reforçou a opinião: “se há alguma batalha a ganhar aqui, ela estará nas mãos do povo. Devia haver eleições”.

Quando abordou o tema corrupção, o Público vinculou a prática, de forma mais frequente, a Lula e ao PT. No texto PUB3, o jornal afirmou que o partido “estimulou uma cultura de inimizabilidade que deu origem ao Mensalão e ao inominável escândalo do Lava-Jato”. Já no PUB13, o diário destacou que:

O ex-presidente que já foi um herói internacional, estará prestes a regressar ao Governo brasileiro, agora como ministro, de modo a obter o escudo de (alguma) imunidade na justiça. Não basta dizer que é um gesto que demonstra medo e sugere que Lula tem coisas a esconder.

⁹⁷ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidiarios-erguem-muro-do-impeachment-em-brasilia,1854081>. Acesso em 20 maio 2019.

Considerando as categorias sobre a presidenta Dilma, o jornal qualificou a líder brasileira, de forma mais frequente, como negligente com corrupção, como revela o editorial PUB9:

O poder executivo cujo descrédito atingiu o ponto de não retorno no momento em que Dilma anunciou a nomeação do seu antecessor, Lula da Silva, para ministro da Casa Civil. Como é sabido, isto aconteceu no auge do cerco da Justiça ao ex-presidente e a decisão de Dilma foi entendida como uma forma de subtrair Lula da alçada do juiz responsável pela operação LavaJato – o que efectivamente aconteceu, visto que, ao entrar para o Governo, Lula passou a ter foro privilegiado, o que significa só poder ser julgado pelo Supremo Tribunal.

Em relação à legalidade, o diário considerou o *impeachment* constitucional, porém questionável. No texto PUB1, o jornal afirmou que os erros de Dilma foram apenas o pretexto para o *impeachment*: “as culpas de Dilma foram apenas o pretexto: arredá-la a ela, era (e foi) o mesmo que arredar o PT”. Já no PUB3, o corpo editorial apontou o *impeachment* como uma punição desproporcional: “Uma decisão politicamente grave, sem dúvida, mas ainda assim sem proporcionalidade para justificar uma destituição”.

Quando apontou sugestões para o pós-*impeachment*, o Público defendeu a continuidade dos avanços sociais das últimas décadas no Brasil, conforme revelou o PUB3: “Seria bom que os progressos políticos, sociais e económicos da última geração não se extinguissem na voragem da mudança”.

A análise dos editoriais apresentou os seguintes resultados: crime de responsabilidade, crise política e manobra da oposição consistem nas principais causas do *impeachment*, ao tempo que a polarização é o principal efeito. A corrupção foi atribuída a Lula e PT, enquanto Dilma foi apresentada como negligente com corrupção. O jornal defendeu a realização de novas eleições como solução para a crise e, quanto à legalidade, entendeu o *impeachment* como uma punição desproporcional e pretexto para destituir Dilma. O Público também sugeriu para o pós-*impeachment* a manutenção dos avanços sociais das últimas décadas do Brasil.

A análise dos editoriais do Público observou ainda, de forma particular, as opiniões sobre como o *impeachment* foi utilizado pelos adversários de Dilma para alcançar o poder. No editorial PUB13, o diário argumenta que os opositores “torpedearam os resultados das eleições e instituíram uma eleição indireta”, resultando em um jogo político de “duvidosa moralidade e nula inspiração

democrática”. O jornal afirma que os opositores “reuniram-se numa ampla coligação para subverter no Parlamento a escolha popular” e que, num sistema político maduro, o *impeachment* de Dilma, ainda que esteja em conformidade com os preceitos constitucionais, não ocorreria:

Ao destituir uma presidenta usando como pretexto um “crime” fiscal que, na prática, todos os antecessores usaram, a Câmara de Deputados e o Senado do Brasil arrogam-se o direito de torpedear os resultados das eleições e de instituir uma eleição indirecta que, mesmo estando formalmente conforme aos preceitos constitucionais, não deixa de revelar um jogo político de duvidosa moralidade e de nula inspiração democrática. (...) Incapazes de assumir a derrota eleitoral, aliados e opositores de Dilma e do PT reuniram-se entretanto numa ampla coligação para subverter no Parlamento a escolha popular. Precisavam de um pretexto, e como Dilma se mantinha fora das suspeições da Lava-Jato, descobriram uma oportunidade nas “pedaladas fiscais”, ou seja, em medidas orçamentais aplicadas sem decisão do Congresso e escondidas da opinião pública e da fiscalização do Parlamento. Uma decisão politicamente grave, sem dúvida, mas ainda assim sem proporcionalidade para justificar uma destituição. Num sistema político mais maduro e, principalmente, mais coerente e organizado, este cenário seria improvável. Mas, no Brasil, onde a fidelidade aos partidos ou o apoio aos governos é apenas instrumental, tudo é possível.

No editorial PUB14, o jornal reforça o argumento, apontando, sobre a votação do julgamento no Senado, que a “justiça que farão a Dilma será sobretudo política” e ainda que “ex-aliados e detratores do PT querem aproveitar o momento para forçar uma viragem na politica brasileira”. Chama a atenção o uso do termo viragem, revelando que o jornal se refere ao *impeachment* como uma espécie de virada de mesa:

O processo de impugnação que começou a germinar nos bastidores e depois nas ruas, com largos milhares (num só dia, foram dois milhões) a pedir justiça e o afastamento da presidenta, só poderão desembocar na sua destituição. Isso apesar de Dilma, no Senado e em sua defesa, ter agora argumentado que tudo isto se trata de um golpe e que nenhuma das acusações que lhe fazem (a célebre contabilidade criativa ou as manipulações do orçamento do Estado) é suficientemente grave para justificar o seu afastamento do cargo. Dilma pediu justiça, mas a justiça que lhe farão será sobretudo política. Ex-aliados e detratores do PT querem aproveitar o momento para forçar uma viragem na política brasileira. E vão fazê-lo recorrendo à lei e não à margem desta, pelo que de nada vale repetir que se trata de um “golpe”. É uma estranha ironia que Dilma, condenada e presa pela ditadura, seja agora “condenada” na democracia. Mas é o preço a pagar pelos muitos erros do PT, que, para sair com decência desta tragicomédia, devia aproveitar para os corrigir e seguir em frente.

No texto PUB15, o Público é, mais uma vez, pontual ao utilizar o termo pretexto sobre as justificativas formais do *impeachment*:

As culpas de Dilma foram apenas o pretexto: arredá-la a ela, era (e foi) o mesmo que arredar o PT. “Fim do PT, fim da corrupção”, disse o senador Ronaldo Caiado, num momento em que os ânimos ainda ferviam. Mas é ilusório acreditar nisto. Porque há muitas mãos sujas aqui, e a corrupção não é, infelizmente para o Brasil, coutada de um só partido, é pasto e arma de muitos, incluindo o PMDB. Talvez por isso tenha sido votada em separado a manutenção de direitos políticos de Dilma.

Cabe ainda ressaltar, nesta análise qualitativa, os argumentos utilizados para qualificar a crise política, em especial o episódio da nomeação do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil e seus desdobramentos. Sobre o caso, o jornal afirma que “ninguém age de forma inatacável no indecoroso circo que se apossou da vida política brasileira”. O Público ainda é taxativo ao apontar que, da Presidente da República aos juízes, tudo está contaminado:

Uns clamam “corruptos”, outros gritam “golpistas”. Mas ninguém age de forma inatacável no indecoroso circo que se apossou da vida política e institucional brasileira. Da presidenta aos juízes, tudo parece contaminado por um desnorte geral. (...) Neste momento, sem tino nem nexos, todos parecem competir para ultrapassar o adversário (às vezes até o parceiro) em velhacarias.

3.5.5 *The Guardian*

Das sete variáveis desenvolvidas, a análise identificou, nos editoriais do *Guardian*, a presença de somente quatro: causas, efeitos, corrupção e Dilma. As temáticas relacionadas às categorias soluções, legalidade e pós-*impeachment* estão ausentes nos editoriais. A Tabela 7 apresenta a incidência das variáveis no conjunto de quatro editoriais do *The Guardian*.

TABELA 7 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO *GUARDIAN*

Causas	Efeitos	Soluções	Corrupção	Dilma	Legalidade	Pós- <i>impeachment</i>
4	2	-	4	4	-	-

Fonte: o autor (2019)

QUADRO 18 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO *GUARDIAN*

Variáveis	Categorias	Quantidade de editoriais
1. Causas	1.1 Crime de responsabilidade	2
	1.2 Crise econômica	4
	1.3 Corrupção	4
	1.4 Crise política	3
	1.5 Crise institucional	-
	1.6 Pressão popular	2
	1.7 Manobra da oposição	1
	1.8 Outras	2
2. Efeitos	2.1 Polarização	2
	2.2 Incertezas	-
3. Solução	3.1 Novas eleições	-
4. Corrupção	4.1 Lula e PT	3
	4.2 Articuladores do <i>impeachment</i>	3
	4.3 Generalizada na classe política	3
5. Dilma	5.1 Despreparada	2
	5.2 Negligente com corrupção	1
	5.3 Não tem envolvimento pessoal com corrupção	2
	5.4 Ênfase no gênero	2
	5.5 Combateu a ditadura militar	2
6. Legalidade	6.1 Constitucional	-
	6.2 Questionável/contraditório	-
7. Pós-<i>impeachment</i>	7.1 Manter políticas sociais	-
	7.2 Combater corrupção	-
	7.3 Retomada econômica	-

Fonte: o autor (2019)

Quanto às motivações, o jornal britânico apontou, de forma mais frequente, os fatores crise econômica e corrupção. Tais categorias foram identificadas em todos os textos publicados. O Quadro 18 apresenta a incidência das categorias nos editoriais do *Guardian*. No texto GUA3, o diário formulou sua opinião sobre como a recessão estimulou a deposição:

A economia entrou em declínio porque as commodities que são as principais exportações do Brasil caíram. O crescimento diminuiu, depois parou, depois deu a volta; o emprego esmoreceu; os preços cresceram e os programas sociais que Lula introduziu ficaram difíceis de serem financiados (tradução nossa).⁹⁸

Nos textos GUA1 e GUA4, o jornal discorreu sobre a corrupção como fator motivador do *impeachment*, citando um “escândalo de corrupção sem precedentes” (tradução nossa) em ambos os textos. De forma menos frequente, o *Guardian*

⁹⁸ The economy went into decline as prices for the commodities that are Brazil’s main exports fell sharply. Growth slowed, then halted, then reversed; employment faltered; prices rose and the social provisions that Lula had introduced became harder to finance.

elencou entre as causas do *impeachment* a crise política, como no GUA2: “o que está claro é que não apenas sua carreira política fracassou [Dilma], mas o Sistema democrático brasileiro como um todo. Disfuncional ao ponto que a corrupção é virtualmente inevitável e boa governança constantemente impedida” (tradução nossa).

O jornal diagnosticou, como efeito do *impeachment*, a polarização política e social. No texto GUA1, por exemplo, o periódico apontou: “Brasil é agora uma nação altamente polarizada e os cidadãos estão altamente divididos”. O mesmo ocorreu no GUA3: “o *impeachment*, longe de ajudar a resolver a polarização social e política no Brasil; exacerbou ambos” (tradução nossa).

De acordo com os editoriais analisados, a corrupção foi atribuída a Lula e PT, articuladores do *impeachment* e como generalizada na classe política, na mesma intensidade. Ao atribuir a corrupção a Lula e o PT, o jornal cravou nos textos GUA3 e GUA4, respectivamente: “o PT abraçou um sistema corrupto de financiamento partidário” e “[o *impeachment* ocorre no] contexto de um escândalo de corrupção sem precedentes centrado na gigante petrolífera Petrobras” (tradução nossa).

A corrupção foi atribuída aos articuladores do *impeachment* nos editoriais GUA2 e GUA3, respectivamente: “um considerável número dos que votaram pelo *impeachment* ou foi acusado ou está sendo investigado por este delito [corrupção]” e “todos aqueles envolvidos em destituí-la são acusados de corrupção” (tradução nossa).

Por fim, a prática foi apontada como generalizada na classe política no texto GUA4; “Politicians of the left, the right and the centre have all been caught up in it”; e no editorial GUA3: “o próprio PT, que já foi o partido menos corrupto, escolheu resolver seus problemas de financiamento mergulhando em um fundo de dinheiro desviado da Petrobras, a companhia petrolífera nacional. Seus aliados na coalizão e outros partidos participaram juntos” (tradução nossa).

O estudo constatou ainda que o jornal qualificou a ex-presidenta, na mesma frequência, como despreparada e sem envolvimento pessoal com casos de corrupção, além de destacar aspectos pessoais, como a ênfase no gênero e no histórico de combate à ditadura. A categoria despreparada foi identificada, por exemplo, no GUA3, quando o jornal apontou que Dilma não teve as mesmas habilidades de Lula para governar com as particularidades do sistema político

brasileiro: “Presidenta Rousseff, ineficaz e inconsistente, carecia de suas habilidades” (tradução nossa).

A categoria sem envolvimento pessoal com corrupção, por sua vez, foi identificada no GUA1 e GUA3, respectivamente: “Rousseff nunca foi acusada de se beneficiar pessoalmente da corrupção, ao contrário de dezenas de autoridades e políticos brasileiros – muitos dos quais votaram por sua remoção” e “a própria presidenta não foi implicada no escândalo da Petrobras. As bases do seu *impeachment* são que ela manipulou fundos do Estado antes da última eleição – não muito mais do que uma contravenção pelos padrões brasileiros” (tradução nossa)”. A Tabela 12 apresenta a incidência das categorias no total de editoriais do *Guardian*.

O estudo constatou que o *impeachment* foi motivado, nos editoriais do *Guardian*, pela crise econômica e pela corrupção. A prática da corrupção foi vinculada, na mesma intensidade, a Lula e PT, articuladores do *impeachment* e como generalizada na elite política brasileira. Dilma foi classificada como despreparada e sem envolvimento pessoal com corrupção. O diário também se manifestou sobre os efeitos do *impeachment*, apontando para o aumento da polarização política e social no Brasil.

Para além das motivações do *impeachment* - a crise econômica e a corrupção - o jornal preocupou-se em contextualizar a crise a partir da ênfase nas particularidades do sistema político brasileiro.

No editorial GUA2, o jornal identifica que, além da crise econômica, da personalidade da presidenta, dos escândalos de corrupção e da relação disfuncional do Poder Executivo com o Congresso, a raiz do *impeachment* está na Constituição, que “equipara um presidente eleito no voto popular a um voto de lista aberta para os membros do Congresso, que é uma receita para o conflito” (tradução nossa). O *Guardian*, portanto, tece críticas ao sistema político brasileiro:

Como as coisas deram tão errado? A resposta variadamente está na mudança econômica global, na personalidade da presidenta, na adoção do PT de um sistema corrupto de financiamento partidário, no escândalo que explodiu à medida que o sistema foi exposto e no relacionamento disfuncional do Executivo e Legislativo brasileiros. (...) A constituição do Brasil, que une um presidente eleito pelo povo com um Congresso que vota em lista aberta, é uma receita de conflito, na melhor das hipóteses. Como resultado, um líder teoricamente poderoso é confrontado com uma série de partidos que ele ou ela deve atrair com empregos, ministérios e compromissos políticos, se uma coalizão de apoio ao presidente for montada no Congresso. O resultado pode ser um Executivo que perdeu metade de seu espaço de manobra antes mesmo de começar a tentar governar. Lula foi mestre em administrar essas contradições. A presidenta Dilma Rousseff, ineficaz e inconsistente, carecia de suas habilidades (tradução nossa).⁹⁹

No editorial GUA3 fica evidente a inclinação do diário britânico para apontar o sistema político como a raiz da crise. No texto, o jornal aponta que não apenas a carreira política de Dilma fracassou, mas o sistema democrático brasileiro como um todo, “disfuncional ao ponto em que corrupção é virtualmente inevitável e a boa governança constantemente dificultada”. O *Guardian* argumenta que “quem deveria estar sendo julgado, acima de tudo, é o modelo político brasileiro”, e não Dilma:

⁹⁹ How did things go so wrong? The answer is variously to be found in global economic change, the personality of the president, the PT's embrace of a corrupt system of party finance, the scandal that exploded as that system was exposed, and the dysfunctional relationship of the Brazilian executive and legislature. (...) Brazil's constitution, which pairs a popularly elected president with an open-list PR vote for members of Congress, is a recipe for conflict at the best of times. A theoretically powerful leader is as a result confronted with an array of parties that he or she must woo with jobs, ministries and policy commitments if a coalition supporting the president is to be put together in Congress. The result can be an executive that has lost half its room for manoeuvre before it has even begun to attempt to rule. Lula was a master at managing these contradictions. President Rousseff, ineffective and inconsistent, lacked his skills.

O que está claro é que não é só a carreira dela que fracassou, mas o sistema democrático brasileiro como um todo. Disfuncional ao ponto em que a corrupção é virtualmente inevitável e a boa governança constantemente impedida, funcionou, de forma relativa, nas mãos habilidosas de Lula durante um período de crescimento econômico vigoroso. (...) Quem deveria estar sendo julgado e quem não deveria é uma questão importante. O que deveria estar sendo julgado, acima de tudo, é o fracassado modelo político brasileiro. A constituição brasileira distingue o Poder Executivo do Legislativo, mas pela maneira como conta os votos para o Congresso, possibilita uma infinidade de partidos políticos. O resultado é que um presidente que recebeu a maioria do voto popular enfrenta uma legislatura na qual seu partido tem sorte se tiver 20% das cadeiras (tradução nossa) ¹⁰⁰

No editorial GUA4, mais uma vez voltando suas críticas ao sistema político, o *Guardian* argumenta que “atribuir todos os males do Brasil a uma mulher, ou pensar que eles vão desaparecer com um voto, seria uma visão simplista e ingênua” (tradução nossa).

3.5.6 *New York Times*

A pesquisa identificou, nos editoriais do *NYT*, a presença de seis das sete variáveis desenvolvidas: causas, soluções, corrupção, Dilma, legalidade e pós-*impeachment*. Em nenhum momento o jornal norte-americano dedicou-se a identificar os efeitos do processo. A Tabela 8 apresenta a incidência das variáveis nos editoriais do *NYT*.

TABELA 8 – PRESENÇA DAS VARIÁVEIS NOS EDITORIAIS DO *NYT*

Causas	Efeitos	Soluções	Corrupção	Dilma	Legalidade	Pós-<i>impeachment</i>
5	-	1	5	4	1	3

Fonte: o autor (2019)

¹⁰⁰ What is clear is that it is not only her career that has crashed, but the Brazilian democratic system as a whole. Dysfunctional to the point where corruption is virtually unavoidable and good governance constantly impeded, it worked, just about, in the skilled hands of Lula during a period of lively economic growth. (...) Who should be on trial and who should not is an important question. But what should be on trial, above all else, is the failed Brazilian political model. The Brazilian constitution detaches executive power from the legislature but also, through the way it counts votes for congress, gives rise to a plethora of political parties. The result is that a president who has received a majority of the popular vote faces a legislature in which his or her party is lucky if it has 20% of the seats.

QUADRO 19 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS NOS EDITORIAIS DO NYT

Variáveis	Categorias	Quantidade de editoriais
1. Causas	1.1 Crime de responsabilidade	3
	1.2 Crise econômica	4
	1.3 Corrupção	2
	1.4 Crise política	1
	1.5 Crise institucional	-
	1.6 Pressão popular	1
	1.7 Manobra da oposição	3
	1.8 Outras	4
2. Efeitos	2.1 Polarização	-
	2.2 Incertezas	-
3. Solução	3.1 Novas eleições	1
4. Corrupção	4.1 Lula e PT	3
	4.2 Articuladores do <i>impeachment</i>	3
	4.3 Generalizada na classe política	2
5. Dilma	5.1 Despreparada	3
	5.2 Negligente com corrupção	3
	5.3 Não tem envolvimento pessoal com corrupção	1
	5.4 Ênfase no gênero	-
	5.5 Combateu a ditadura militar	1
6. Legalidade	6.1 Constitucional	-
	6.2 Questionável/contraditório	1
7. Pós-<i>impeachment</i>	7.1 Manter políticas sociais	1
	7.2 Combater corrupção	3
	7.3 Retomada econômica	2

Fonte: o autor (2019)

O fator crise econômica foi o principal motivo do *impeachment*, segundo o NYT. O Quadro 19 apresenta a incidência das categorias no sob o total de editoriais do NYT. No texto NYT3, por exemplo, o jornal destaca: “O Brasil está se recuperando da pior recessão desde 1930, e agora esta crise política está minando a fé na saúde de sua jovem democracia”. Já no NYT4, a crise econômica é associada à presidenta: “Rousseff, que foi reeleita em 2014 para um mandato de quatro anos, está sendo culpada pela crise econômica do país” (tradução nossa).

Em relação à variável corrupção, o NYT vinculou a prática a Lula e PT e aos articuladores do *impeachment*. No NYT4, por exemplo, o jornal implicou o ex-presidente e dirigentes do partido aos escândalos de corrupção:

Lula, que liderou o Brasil entre 2003 e 2010, está lidando com acusações de auto-enriquecimento ilícito desde que deixou o cargo. Aliados próximos, incluindo seu ex-chefe de gabinete José Dirceu de Oliveira e Silva, e o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, João Vaccari Neto, estão presos por corrupção (tradução nossa).¹⁰¹

Já no texto NYT3, o *NYT* vinculou a corrupção aos articuladores do *impeachment* ao afirmar: “muitos dos políticos que orquestraram sua destituição estão implicados em um enorme esquema de propinas e outros escândalos” (tradução nossa).

No NYT3 o jornal foi pontual ao indicar a realização de novas eleições como uma possível solução para a crise política brasileira: “Se o mandato de Dilma for interrompido, os brasileiros devem poder eleger um novo líder” (tradução nossa).

O estudo verificou que o *NYT* qualificou a ex-presidenta como despreparada e responsável pelo próprio *impeachment*. No NYT3 o jornal afirmou: “A presidenta brasileira tem sido uma péssima política e uma líder decepcionante” (tradução nossa). Já no NYT1, o jornal criticou:

Este último movimento [nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil] enviou manifestantes às ruas para exigir a renúncia de Dilma Rousseff e expressar sua indignação com o que considera escárnio descarado. Se o seu erro mais recente foi empurrar o *impeachment* para a linha de chegada, Rousseff terá apenas a si mesma para culpar. (tradução nossa).¹⁰²

No NYT3, o jornal publicou que o *impeachment* é um preço desproporcionalmente alto para os equívocos administrativos cometidos pela presidenta: “Dilma está pronta para pagar um preço desproporcionalmente alto por irregularidades administrativas enquanto muitos dos seus mais ardorosos detratores enfrentam acusação de crimes mais notórios” (tradução nossa).

Já no editorial NYT1, ao se manifestar sobre o pós-*impeachment*, o diário sugeriu que o combate à corrupção deveria ser prioridade: “Michel Temer deve permitir que as investigações de corrupção continuem e rejeitar as iniciativas legislativas destinadas a desafiar os promotores” (tradução nossa).

¹⁰¹ Mr. da Silva, who led Brazil from 2003 to 2010, has been dealing with charges of illicit self-enrichment since he left office. Close associates, including his former chief of staff, José Dirceu de Oliveira e Silva, and the former treasurer of the ruling Workers' Party, João Vaccari Neto, are in prison for corruption.

¹⁰² This latest move by the governing party sent protesters to the streets to demand Ms. Rousseff's resignation and to express their outrage at what amounts to blatant cronyism. If her latest blunder pushes the *impeachment* effort across the finish line, Ms. Rousseff will have only herself to blame.

Argumento similar foi apresentado no NYT2:

Não está claro até que ponto Temer irá combater a raiz da corrupção. Se ele for sério, e quer acabar com as suspeitas sobre os motivos da destituição de Dilma, seria sensato fazer uma lei que acabe com a imunidade para legisladores e ministros em casos de corrupção. (tradução nossa).¹⁰³

Ainda sobre o pós-*impeachment*, o *NYT* defendeu a retomada econômica como agenda prioritária.

Em linhas gerais, de acordo com os editoriais do *NYT*, o *impeachment* teve como motivações a crise econômica e os escândalos de corrupção; a corrupção foi atribuída, na mesma intensidade, a Lula e PT e aos articuladores do *impeachment* e a realização de novas eleições foi apresentada como uma solução para a crise. O jornal também apresentou Dilma como uma líder despreparada, sendo responsável pelo *impeachment*; classificando essa punição desproporcional para os erros administrativos da presidenta. Quanto ao pós-*impeachment*, o diário apontou como prioridades o combate à corrupção e à retomada econômica.

A seguir, o estudo examina duas particularidades publicadas pelo jornal norte-americano.

No primeiro caso, presente no editorial NYT2, o jornal explica que o *impeachment* compreende, na realidade, um referendo sobre governos do PT. Vejamos:

¹⁰³ It is not clear how far Mr. Temer will go to root out corruption. If he is serious, and wants to end suspicion about the motives for removing Ms. Rousseff, he would be wise to call for a law ending immunity for lawmakers and ministers in corruption cases.

A presidenta do Brasil Dilma Rousseff provavelmente será expulsa do cargo com base em alegações de que ela usou dinheiro de bancos estatais para equilibrar o orçamento. Mas essa questão fundamental apareceu quase como uma discussão ultrapassada quando legisladores na Câmara dos Deputados citaram uma litania de queixas antes de apoiar categoricamente o pedido do *impeachment* por de 367 votos a 137. O caso contra Dilma é muito mais do que fazer manobras para equilibrar o orçamento, o que outras autoridades eleitas no Brasil fizeram sem precisar de muito escrutínio. Na essência, é um referendo sobre o Partido dos Trabalhadores, que está no poder desde 2003. Dilma Rousseff, que foi reeleita em 2014 para um mandato de quatro anos, está sendo culpada pela crise econômica do país e pelas investigações de corrupção que atingem grande parte do establishment político do Brasil (tradução nossa).¹⁰⁴

No segundo caso, verificado no editorial NYT3, o jornal identifica como uma das possíveis motivações do *impeachment* o fato de Dilma ter permitido que os procuradores dessem continuidade às investigações nos casos de corrupção contra a elite política. O achado chama a atenção, vez que complementa os apontamentos da análise, que aponta a corrupção generalizada no governo e nos membros da elite política como uma das causas para a deposição. Ao mesmo tempo, o jornal emite uma opinião sobre a legalidade do afastamento, afirmando que Dilma estava pagando um “preço desproporcionalmente alto pelas infrações administrativas, enquanto muitos dos seus detratores estavam sendo acusados de crimes mais escandalosos” (tradução nossa):

¹⁰⁴ President Dilma Rousseff of Brazil is likely to be kicked out of office based on allegations that she used money from state banks to balance the budget. But that fundamental issue appeared almost an afterthought as lawmakers in the Chamber of Deputies cited a litany of grievances before resoundingly supporting a motion to impeach her by a vote of 367 to 137. The case against Ms. Rousseff is about much more than taking liberties in balancing the budget, which other elected officials in Brazil have done without drawing much scrutiny. In essence, it is a referendum on the ruling Workers' Party, which has been in power since 2003. Ms. Rousseff, who was re-elected in 2014 for a four-year term, is being blamed for the country's economic crisis and the overlapping corruption investigations that have ensnarled much of Brazil's political establishment.

Dilma Rousseff é acusada de usar dinheiro de bancos públicos para cobrir déficits orçamentários, uma prática que outros líderes brasileiros utilizaram no passado sem muita investigação. Muitos suspeitam, contudo, que o esforço para destituir Dilma tenha mais a ver com sua decisão de permitir que os promotores continuem com as investigações de corrupção na Petrobras, a estatal de petróleo. O escândalo contaminou mais de 40 políticos, incluindo líderes do Partido dos Trabalhadores de Dilma Rousseff. (...) A confiança em Dilma Rousseff e seu partido pode ter caído nos últimos meses. Mas Dilma está disposta a pagar um preço desproporcionalmente alto por infrações administrativas, enquanto vários de seus detratores mais ardorosos são acusados de crimes mais notórios (tradução nossa).¹⁰⁵

Ao examinar os editoriais a partir de uma análise qualitativa, o estudo observou que o fator econômico é central nas opiniões do *NYT*. Em todos os textos, a temática é abordada com ênfase. No editorial NYT2, por exemplo, o jornal afirma que Dilma “e seus aliados continuam a apontar que muitos dos deputados que encabeçam o *impeachment* são acusados de crimes mais sérios do que ela. É um ponto válido. Mas permanece o fato de que ela presidiu o País em uma era de estagnação econômica”.

Em outro exemplo, no editorial NYT5, em certa medida, o jornal relativiza as acusações contra Dilma, afirmando que “será uma vergonha se a história provar que ela estava correta” ao denunciar a deposição como resultado de uma coalizão de homens de direita que sequestraram o processo político (tradução nossa), porém não deixou de apontar a crise econômica e a responsabilidade da presidenta para a recessão:

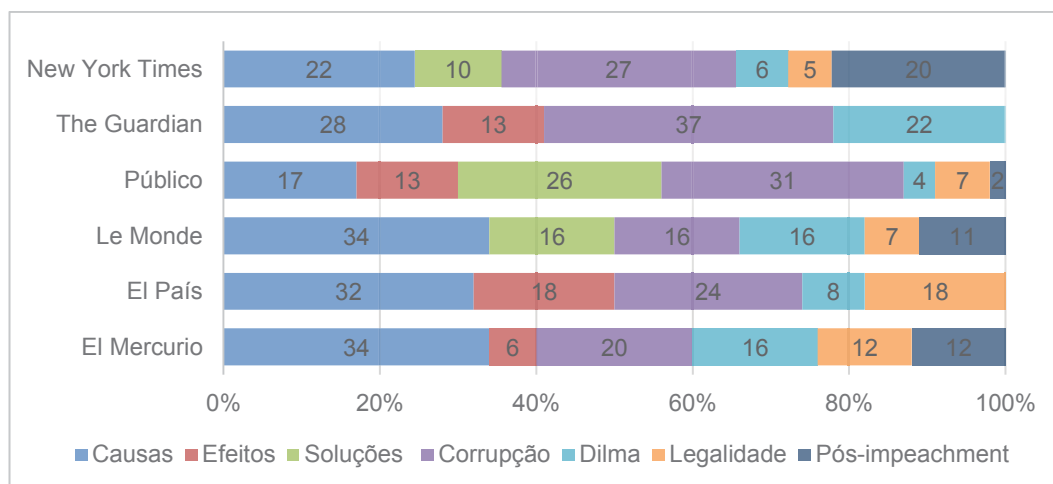
¹⁰⁵ Ms. Rousseff is accused of using money from national banks to paper over budget shortfalls, a tactic other Brazilian leaders have employed in the past without drawing much scrutiny. Many suspect, however, that the effort to remove Ms. Rousseff has more to do with her decision to allow prosecutors to press ahead with a corruption investigation at Petrobras, the state oil company. The scandal has tainted more than 40 politicians, including senior leaders in Ms. Rousseff’s Workers’ Party. (...) Confidence in Ms. Rousseff and her party may have plunged in recent months. But Ms. Rousseff is poised to pay a disproportionately high price for administrative wrongdoing while several of her most ardent detractors stand accused of more egregious crimes.

Dilma prometeu lutar contra o que descreveu como uma tentativa de uma coalizão de homens políticos de direita, marcada por acusações de corrupção, de sequestrar o processo político. “O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária”, disse ela. (...) Será uma pena se a história provar que ela está certa. Mas o legado de Dilma Rousseff e os eventos que levaram à sua queda são mais complexos do que ela reconhece. Ela tornou-se profundamente impopular quando a recessão chegou e ela não conseguiu criar uma coalizão necessária para governar de forma eficaz (tradução nossa).¹⁰⁶

3.6 DISCUSSÕES

Ao examinar presença relativa das categorias em relação às variáveis que apresentaram resultados positivos na análise quantitativa, foi possível identificar que os jornais *El Mercurio*, *El País* e *Le Monde* publicaram, com maior frequência, argumentos relacionados às causas do *impeachment*, enquanto *Público*, *Guardian* e *NYT* publicaram, com maior frequência, em termos relativos, opiniões relacionadas à temática corrupção. O Gráfico 1 apresenta a distribuição relativa das categorias em relação às variáveis que apresentaram resultados positivos na análise quantitativa.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS EM RELAÇÃO ÀS VARIÁVEIS (%)

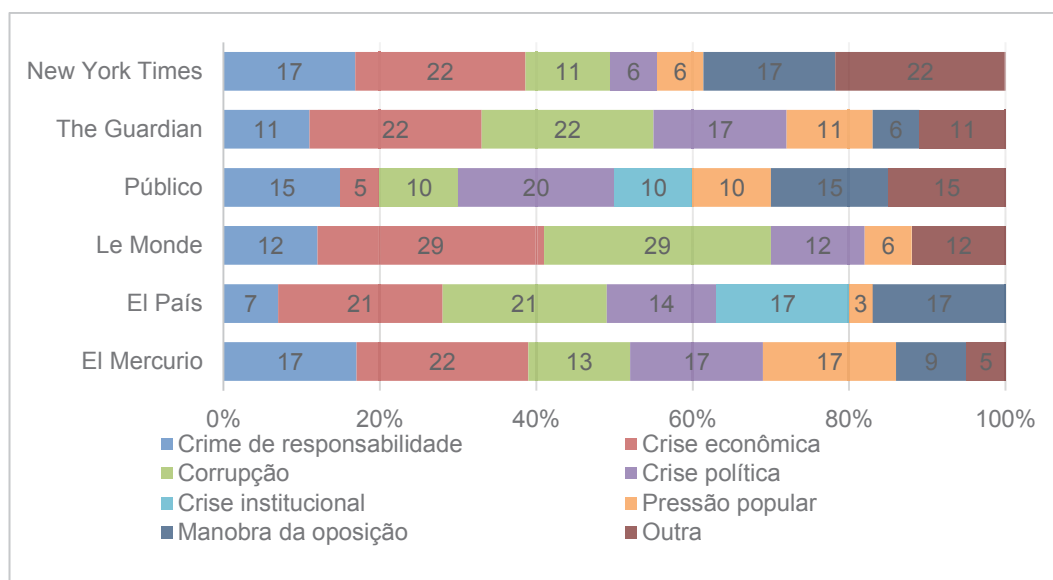


Fonte: o autor (2019)

¹⁰⁶ Ms. Rousseff vowed to fight what she described as an attempt by a coalition of right-wing male politicians, themselves tainted by corruption allegations, to hijack the political process. “The progressive, inclusive and democratic national project that I represent is being halted by a powerful conservative and reactionary force,” she said. (...) It will be a shame if history proves her right. But Ms. Rousseff’s legacy, and the events that led to her downfall, are more complex than she acknowledges. She became deeply unpopular when recession hit and she failed to create the coalition needed to govern effectively.

Dando continuidade ao estudo comparativo dos resultados, a seguir, o trabalho apresenta uma análise com foco nas categorias. Os jornais analisados foram unânimes ao apontar a crise econômica como a principal causa do *impeachment*, com exceção do Público. Na sequência, aparece a variável corrupção. Chama a atenção a similaridade nos resultados obtidos nas análises do *El País*, *Le Monde* e *Guardian*, vez que os três diários apresentaram as causas crise econômica e corrupção exatamente na mesma intensidade. O Gráfico 2 apresenta a distribuição relativa das causas do *impeachment* a partir dos resultados obtidos na análise quantitativa.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL CAUSAS NOS JORNAIS (%)



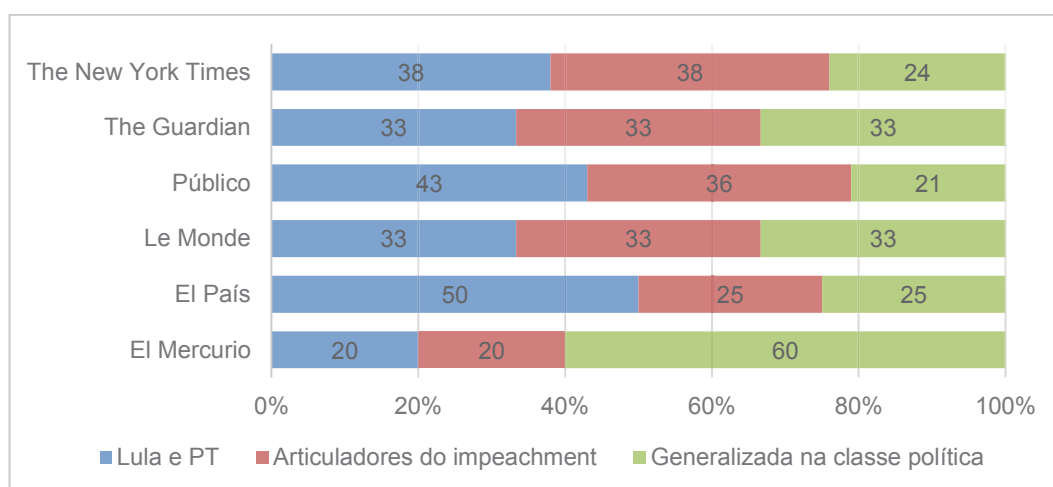
Fonte: o autor (2019)

Somente quatro, dos seis jornais analisados, emitiram opiniões sobre os efeitos da deposição. O *El Mercurio* apontou, exclusivamente, a incerteza como efeito do processo; o *El País* o Público dividiram-se, indicando a polarização social e política e a incerteza sobre o futuro como consequências; enquanto o *Guardian* identificou unicamente como efeito da destituição o aumento da polarização no Brasil.

Em relação à variável soluções, três jornais opinaram que a crise política poderia ser solucionada ou atenuada com a realização de novas eleições. São eles: *Le Monde*, Público e *The Guardian*. A análise comparativa identificou ainda que, em

cinco jornais, a corrupção foi atribuída nos editoriais, com maior frequência, respectivamente, ao ex-presidente Lula e ao PT e aos articuladores do *impeachment*. São os seguintes diários: *El País*, *Le Monde*, *Público*, *Guardian* e *NYT*. O *El Mercurio*, por sua vez, apresentou com maior frequência a corrupção como generalizada na classe política. O Gráfico 3 apresenta a distribuição relativa da variável corrupção a partir dos resultados obtidos na análise quantitativa.

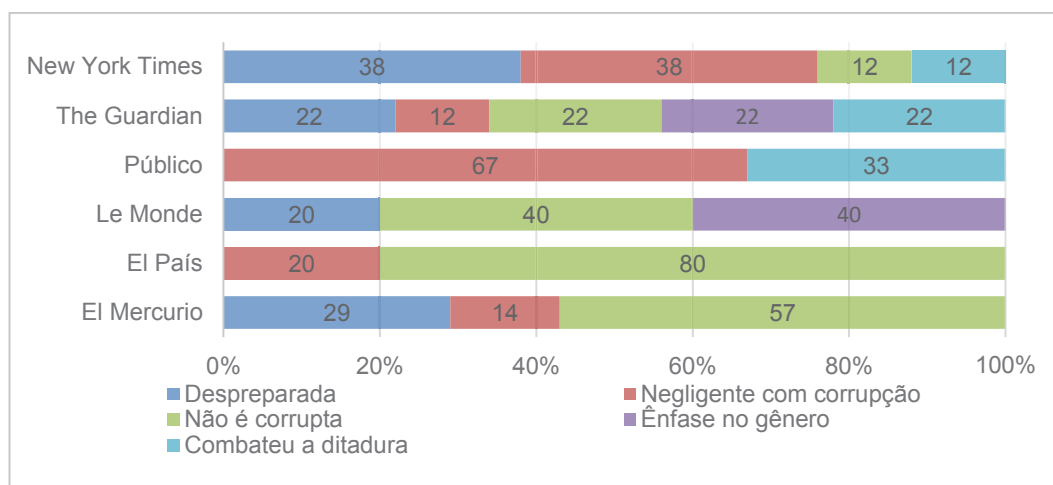
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL CORRUPÇÃO NOS JORNAIS (%)



Fonte: o autor (2019)

Em relação às opiniões sobre a presidenta, o trabalho identificou uma convergência de opinião dos jornais *El Mercurio* e *El País*. Considerando a incidência relativa das categorias, os dois diários apontaram que a líder política brasileira não possui envolvimento pessoal com casos de corrupção. Porém, em menor medida, os periódicos também identificaram Dilma como negligente com casos de corrupção. O *Le Monde*, por sua vez, apresentou Dilma com base em dois atributos: não é corrupta e com ênfase no gênero. O *Público* qualificou a presidenta essencialmente como negligente com corrupção. Já a caracterização de Dilma pelo *Guardian* ocorreu de forma dispersa. O jornal apresentou, em igual medida, a presidenta como despreparada, sem envolvimento pessoal com corrupção, com ênfase no gênero e no histórico de combate à ditadura militar. O *NYT* classificou Dilma como despreparada para o cargo e negligente com casos de corrupção. O Gráfico 4 apresenta a distribuição relativa da variável Dilma a partir dos resultados obtidos.

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL DILMA NOS JORNAIS (%)

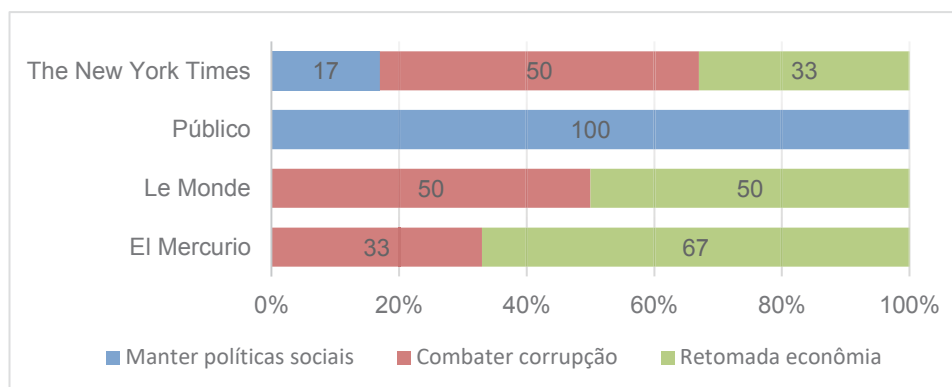


Fonte: o autor (2019)

Dos seis jornais, cinco opinaram sobre a legalidade do *impeachment*. O *El Mercurio* e o *Le Monde* apresentaram o processo de destituição como um rito essencialmente constitucional. O *El País*, *Público* e *NYT* também apresentaram o *impeachment* como um instrumento constitucional, porém os diários apontaram dúvidas e questionamentos sobre a legitimidade da destituição, explorando as nuances que envolvem a temática. O *NYT* e o *Público*, por exemplo, ressaltaram o *impeachment* como uma punição desproporcional em relação às infrações administrativas cometidas pela presidenta e o *El País* qualificou a deposição como um “processo irregular” e um “golpe baixo no funcionamento institucional” do Brasil.

Sobre o pós-*impeachment*, o *Le Monde* e o *El Mercurio* dividiram suas opiniões de forma bastante idêntica. Ambos apontaram que o governo seguinte ao processo de *impeachment* deveria focar sua atuação no combate à corrupção e na retomada econômica. Em todas as ocasiões que abordou o assunto, o *Público* indicou que Michel Temer deveria manter as políticas sociais colocadas em prática durante os governos do PT. Já o *NYT* posicionou-se em três frentes: combate à corrupção, retomada do crescimento econômico e manutenção das políticas sociais. O Gráfico 5 apresenta a distribuição relativa da variável pós-*impeachment* a partir dos resultados obtidos na análise. O mapa dos resultados identificados na análise quantitativa está disponível no Anexo 1.

GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL PÓS-IMPEACHMENT NOS JORNAIS (%)



Fonte: o autor (2019)

O estudo observou, nos editoriais analisados, que a crise econômica foi a principal causa da deposição de Dilma, sendo que o fator secundário foi a corrupção; ao mesmo tempo em que os textos identificam o aumento da polarização e a incerteza sobre o futuro da democracia, respectivamente, como as consequências do processo. Em relação à corrupção, a prática foi atribuída, de forma mais intensa, ao ex-presidente Lula e ao PT e aos articuladores do *impeachment*. A presidenta foi apresentada nos editoriais em três frentes principais: (a) não pesa contra Dilma acusações de enriquecimento ilícito ou desvios éticos; (b) negligente com corrupção, sobretudo por ter nomeado Lula ministro para que ele pudesse obter foro privilegiado, e (c) despreparada para o cargo que ocupou. Quanto ao pós-*impeachment*, a pesquisa observou uma tendência dos textos em defender a retomada econômica e o combate à corrupção, respectivamente. A pesquisa observou ainda que, de forma heterogênea, os jornais defenderam a realização de novas eleições como solução para a crise e ao questionar a legitimidade do processo, enfatizando as contradições do mesmo.

Ao examinar os resultados obtidos nas análises, o estudo propõe uma discussão a partir do *framework* formulado por Hallin e Mancini (2004) para comparação de sistemas midiáticos. Do conjunto de seis jornais analisados, cinco estão condicionados aos modelos formulados por Hallin e Mancini (2004) para a comparação dos sistemas midiáticos: *El País*, *Le Monde* e *Público*, inseridos no Modelo Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado; e *Guardian* e *NYT*, inseridos no Modelo Liberal ou Atlântico Norte. Nesse sentido, o chileno *El Mercurio* está inserido no modelo que corresponde, conforme identifica Guerrero (2017), como “liberal

capturado”, considerando as particularidades do sistema midiático do país da América Latina.

Nota-se que três temáticas foram centrais nas opiniões dos jornais sobre o *impeachment*: economia, corrupção e constitucionalidade do processo. A preocupação com a recessão mostrou-se evidente, não apenas nas motivações do processo, mas também, de forma pontual, em alguns editoriais, na responsabilização de Dilma pelo recuo econômico ou, ainda, na opinião de que a recuperação econômica é a mais urgente medida do pós-*impeachment*; assim como o combate à corrupção, que é enquadrada nos editoriais como consequência quase que inevitável de um sistema político disfuncional. A constitucionalidade foi um tema central, seja por ter sido colocada à prova, seja por ter sido reafirmada. Tais achados, considerando o perfil institucional dos jornais analisados, veículos de comunicação vinculados cada qual a um conglomerado de mídia, e a história de cada um, contudo de maneira unânime, dirigidos atualmente a partir das práticas do jornalismo comercial, revelam que os posicionamentos dos jornais, embora inseridos em diferentes sistemas midiáticos ocorreram, em grande medida, de forma homogênea.

Mesmo quando considerada uma variável com resultados que indicam algum grau de heterogeneidade nas opiniões, como a temática legalidade, em que três jornais, *El País*, *Público* e *NYT*, apresentaram questionamentos contundentes sobre a legitimidade do processo, enquanto *Le Monde* e *El Mercurio* reforçaram a legalidade da destituição e o *Guardian* não se posicionou, não foram identificadas opiniões que demonstrassem alguma ruptura ao panorama. Não houve, por exemplo, manifestação de opinião categoricamente favorável ou mesmo peremptoriamente contrária ao processo de *impeachment*, de forma que podemos afirmar que os veículos de comunicação, no limite, relativizaram o processo.

Especialmente, quanto às quatro dimensões formuladas por Hallin e Mancini (2004) para comparar os diferentes sistemas midiáticos, considerando as respostas identificadas neste estudo, cabem algumas considerações. Uma vez resignificados, em razão da transição da versão impressa para o ambiente eletrônico, adequando seus atributos às diferentes possibilidades de interações que o ambiente *online* proporciona (OROSA; GARCÍA; SANTORUM, 2013), os editoriais, considerando tais mudanças invariavelmente impactam na natureza dos próprios jornais, na relação estabelecida com a audiência e no papel desempenhado pela imprensa no processo

de comunicação social e político. Por exemplo, as opiniões emitidas pelos jornais internacionais sobre o *impeachment* foram amplamente divulgadas pela imprensa brasileira. Nesse sentido, os próprios veículos de comunicação podem tratar de ressignificar seus textos editoriais, para atender melhor os interesses do seu grupo controlador, reconfigurando, em alguma medida, o sistema midiático em que está inserido.

Cabe examinar, ainda, os resultados da pesquisa a partir das discussões sobre o papel do Estado nos sistemas midiáticos, em particular nos jornais inseridos no Modelo Mediterrâneo ou Pluralista Polarizado, *El País*, *Le Monde* e *Público*, além do *El Mercurio*, por apresentarem como características uma forte intervenção do Estado, subsídios à imprensa e períodos de censura em alguns países. O *El País*, fundado em 1976 para representar a “nova Espanha democrática”, foi identificado como o jornal com posicionamentos mais contundentes sobre a legitimidade do *impeachment*. Ainda que tenha rejeitado a hipótese de golpe de Estado, o *El País* apontou as incoerências da destituição, afirmando “processo irregular” e “golpe baixo no funcionamento institucional” da democracia brasileira. O *Público*, da mesma forma, apontou o processo como uma punição desproporcional para os crimes administrativos cometidos por Dilma, enquanto o *Le Monde* dedicou-se unicamente a entafizar a constitucionalidade da deposição. Por sua vez, o *El Mercurio*, com seu histórico apoio ao regime militar no Chile, reduziu o processo de deposição a um acontecimento burocrático e corriqueiro do cotidiano político brasileiro.

CONCLUSÕES

O estudo analisou um conjunto de 42 editoriais sobre o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, publicado pelos jornais *El Mercurio*, do Chile, *El País*, da Espanha, *Le Monde*, da França, *Público*, de Portugal, *The Guardian*, do Reino Unido, e *The New York Times*, dos Estados Unidos, no período que corresponde à tramitação formal do processo de afastamento no Congresso, entre 1º de dezembro de 2015 e 1º de setembro de 2016.

O trabalho discutiu, inicialmente, as interações mídia e política a partir da estrutura formulada por Hallin e Mancini (2004), voltada para a comparação dos diferentes sistemas midiáticos e políticos, formada por quatro dimensões: (a) grau de desenvolvimento do mercado midiático; (b) paralelismo político; (c) desenvolvimento da profissionalização do jornalismo, e (d) grau de natureza da intervenção do Estado no sistema midiático. Em seguida, estabeleceu discussões sobre a natureza do texto editorial e apresentou uma revisão sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Na sequência, o estudo formulou as análises. Na primeira etapa, examinou a correlação entre as datas das publicações dos textos e os conteúdos dos editoriais, por meio de uma abordagem exploratória, com os acontecimentos do rito institucional e os desdobramentos políticos, jurídicos e sociais do processo. Foi identificado que, do total de 37 editoriais que apresentaram algum tipo de correlação com os acontecimentos do *impeachment*, 17 textos tangenciam diretamente, em termos cronológicos e no conteúdo, três eventos: (a) votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, (b) votação da admissibilidade do processo no Senado, que resultou no afastamento temporário da presidenta, e (c) votação do julgamento no Senado, que resultou na destituição em definitivo da presidenta Dilma, de forma que os seis jornais analisados publicaram editoriais que ressaltam o primeiro episódio e cinco diários aos outros dois acontecimentos. Pode-se afirmar, portanto, que tais acontecimentos consistem nos momentos mais importantes do *impeachment* para os jornais analisados. A pesquisa ainda observou, na rotina de publicação de editoriais sobre o *impeachment*, uma inflexão aos aspectos relacionados à tramitação institucional do processo, em detrimento ao desenvolvimento jurídico, social e político. Dos 37 textos que apresentaram correlação com os principais acontecimentos do processo, 23 dizem respeito aos ritos institucionais. Dos demais

editoriais, destacam-se os desdobramentos políticos. O episódio da nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil e o anúncio do rompimento do PMDB da base aliada da presidenta Dilma estão correlacionados a um total de nove editoriais, sendo que o primeiro acontecimento foi tratado por quatro jornais e o segundo por três. Finalmente foi identificada similaridade na rotina de publicação dos editoriais dos jornais *Guardian*, *NYT* e *Público*. Os quatro editoriais publicados pelo jornal britânico evidenciam exatamente os eventos mais “populares” da cobertura editorial dos jornais analisados. Em relação ao *NYT*, quatro, dos cinco textos publicados, correspondem exatamente aos eventos mais “populares” do *impeachment*. Quanto ao jornal português, dos 15 editoriais publicados, oito abordam tais eventos. Houve, portanto, um alinhamento na rotina de publicação dos três diários.

Na segunda etapa, o trabalho formulou as análises quantitativa e qualitativa. O principal motivo do *impeachment*, segundo os editoriais analisados, foi a crise econômica, enquanto o fator secundário é a corrupção. Nesse contexto, foi verificado um amplo alinhamento nas opiniões do *El País*, *El Mercurio*, *Le Monde*, *Guardian* e *NYT*. O achado justifica-se em razão de alguns fatores. O primeiro é conjuntural: à medida que o PIB brasileiro¹⁰⁷ registrou quedas significativas de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016, episódio que provocou na mídia noticiosa nacional o debate sobre o país estar enfrentando, naquele momento, a pior recessão da sua história¹⁰⁸. O segundo fator é que o texto editorial consiste na emissão de opiniões pelas empresas jornalísticas com base na observação em fatos da realidade, conforme ensinam Beltrão (1980) e Marques de Melo (2003). Os editoriais são ainda direcionados aos agentes que têm poder de decisão e às instituições significativas para as democracias e o sistema político (MONT’ALVERNE, 2007), de forma que o foco na agenda econômica, especialmente ao tratar do processo de deposição de uma presidenta da República, é concernente à natureza dos textos.

¹⁰⁷

Disponível

em:

<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=2018&locations=BR&start=1960&view=chart>. Acesso em 23 maio 2019.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-recua-36-em-2016-e-tem-pior-recessao-da-historia.ghtml>. Acesso em 23 maio 2019.

Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/4890366/pib-do-brasil-cai-72-em-dois-anos-pior-recessao-desde-1948>. Acesso em 23 maio 2019.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1940049-novos-dados-indicam-que-recente-recessao-nao-foi-a-pior-da-historia.shtml>. Acesso em 23 maio 2019.

Tal fato corrobora com os apontamentos feitos por Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) que identificaram que a crise econômica foi o argumento legitimador mais empregado pelos jornais FSP e OESP em editoriais que tangenciam o *impeachment*, publicados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016.

Quatro jornais opinaram sobre possíveis efeitos do *impeachment*: *El País*, Público, *El Mercurio* e *Guardian*. Enquanto os dois primeiros apontaram para a polarização política e social e incerteza sobre o futuro da democracia, o *El Mercurio* voltou-se apenas para polarização e o *Guardian* somente para a incerteza. Ao emitir opiniões sobre os efeitos do processo, sendo o incentivo à polarização política ou social e o aumento das incertezas sobre o futuro, o *El País*, Público, *El Mercurio* e *Guardian* revelam preocupações relacionadas ao impacto do processo na sociedade brasileira. Em alguma medida, os jornais humanizam o *impeachment* ao identificar a polarização ou a incerteza sobre o futuro como possíveis efeitos do processo. Os resultados são diametralmente opostos aos encontrados por Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) em relação aos *quality papers* brasileiros, que apontaram que o não afastamento da presidenta Dilma causaria instabilidade política no Brasil.

Ao mesmo tempo, *Le Monde*, Público e *Guardian* defenderam a realização de novas eleições, enquanto os demais não se posicionaram. Em 16 de agosto de 2016, uma semana antes da votação final do *impeachment* pelos senadores, a presidenta Dilma divulgou uma carta¹⁰⁹ direcionada ao Senado Federal e ao povo brasileiro, propondo a realização de eleições diretas. “Quem deve decidir o futuro do País é o povo”, afirmou a presidenta no documento. Contudo, os editoriais de *Le Monde*, Público e *Guardian*, que sugerem a realização de novas eleições como solução para a crise, foram publicados antes da carta da presidenta. Assim, a opinião de alguns jornais estrangeiros materializou-se no documento emitido pela presidenta que estava prestes a ser destituída. Chama a atenção, também, a ausência do *El País* no grupo de jornais que defendeu a realização de novas eleições. Enquanto questionou a legitimidade do *impeachment* e classificou a destituição como um “processo irregular” e “golpe baixo no funcionamento institucional”, o *El País* desconsiderou a hipótese de novas eleições. Considerando o estudo dos pesquisadores Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018), *Le Monde*,

¹⁰⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/16/politica/1471362012_408416.html. Acesso em 23 maio 2019.

Público e *Guardian* adotaram posicionamento similar ao da Folha de S. Paulo, enquanto o jornal O Estado de S. Paulo defendeu abertamente a efetivação do *impeachment* como solução para a crise política brasileira.

A corrupção foi fortemente vinculada ao ex-presidente Lula e ao PT e aos articuladores do *impeachment* em cinco jornais analisados: *El País*, *Le Monde*, Público, *Guardian* e *NYT*. A pesquisa identificou que os editoriais abordaram, de forma pontual, a Operação Lava Jato, que teve início em março de 2014¹¹⁰. Contudo, no período de tramitação institucional do *impeachment* no Congresso, a força tarefa realizou 12 operações¹¹¹, entre elas a condução coercitiva do ex-presidente Lula, no dia 4 de março de 2016. Os jornais fotografaram em seus editoriais o momento político brasileiro, em que os holofotes da Operação Lava Jato estavam voltados ao ex-presidente, antigos membros de seu governo e líderes do PT e também a membros do PMDB, entre eles, o deputado Eduardo Cunha e o vice-presidente Michel Temer, além de membros de outros partidos.

Quando à legalidade, *El País*, Público e *NYT* destacaram as contradições do processo e questionaram a legitimidade do *impeachment*, enquanto o *El Mercurio* e o *Le Monde* destacaram a constitucionalidade da destituição. O *El País* classificou o *impeachment* como um “processo irregular” e um “golpe baixo no funcionamento institucional” brasileiro, enquanto o Público e o *NYT* opinaram que a destituição consistia em uma punição exagerada para os crimes pelos quais a presidenta estava sendo acusada, embora não tenham deixado de apresentá-la como despreparada para o cargo ou mesmo negligente com casos de corrupção. Nesse contexto a pesquisa corrobora apenas em parte com os resultados dos estudos realizados por Guazina, Prior e Araújo (2018), que identificaram que os veículos de comunicação internacionais adotaram um posicionamento cético em relação ao *impeachment*, argumentando que a destituição não estava ocorrendo pelas chamadas pedaladas fiscais. Tal fato ficou parcialmente confirmado neste trabalho, de forma que apenas *El País*, Público e *NYT* efetivamente apontaram as contradições do *impeachment*, ao mesmo tempo em que *El Mercurio* e *Le Monde* normalizaram o processo e o *Guardian* não se posicionou. É possível afirmar, contudo, com base nos estudos de

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1/fases-da-lava-jato-2014>. Acesso em 23 maio 2019.

¹¹¹ Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1/fases-da-lava-jato-2016>. Acesso em 23 maio 2019.

Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018), que o *El Mercurio* e o *Le Monde* posicionaram-se de forma similar à FSP e OESP destacando que o processo estaria transcorrendo da forma procedimentalmente correta.

Sobre o *pós-impeachment*, *El Mercurio*, *Le Monde* e *NYT* apontaram que o governo seguinte deveria focar sua atuação na retomada econômica e no combate à corrupção. Nesse sentido, o Público ressaltou a preocupação com a manutenção das políticas sociais.

Em relação à estrutura dos editoriais, foi possível confirmar os apontamentos de Orosa, García e Santorum (2013) de que ocorre uma adaptação dos editoriais aos novos suportes, adequando os atributos às possibilidades de interações inerentes ao ambiente *online*. Dessa forma, ficou claro que todos os jornais analisados aderiram, em diferentes medidas, a essas mudanças, tais como o uso de imagens para ilustrar os textos e a possibilidade de usuários publicarem comentários nos textos. Cabe considerar, contudo, que a estrutura textual dos editoriais dos jornais *El Mercurio*, *El País*, *Le Monde*, *Guardian* e *NYT* é análoga à estrutura dos editoriais publicados na mídia impressa. O estudo não examinou em que medida os editoriais divulgados nos *sites* são também publicados nas versões impressas dos jornais que se utilizam de tal mídia. Porém, o estudo observou que os editoriais do Público possuem estrutura assumidamente diferente dos demais. São, na maior parte dos casos, comentários curtos, alguns que não chegam a dois parágrafos, e também com frequência maior que os demais. É possível afirmar, assim, que o Público assumiu os apontamentos de Orosa, García e Santorum (2013) de forma mais aguda que os demais veículos de comunicação.

O aporte principal do trabalho foi examinar os argumentos apresentados por seis jornais de grande influência, localizados na América do Sul, Europa e América do Norte, dispostos em diferentes sistemas midiáticos, para tratar de um evento político de grande impacto ocorrido no Brasil em 2016, nesse caso, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido, o trabalho contribui para as discussões sobre os sistemas de mídia e políticos, especialmente a maneira com que determinadas organizações de mídia observam um evento político de relevância global ocorrido no exterior. Da mesma forma, o trabalho coopera com as pesquisas que tratam das mudanças no panorama internacional dos estudos de mídia e fornece *inputs* para compor o quadro analítico a respeito do posicionamento da imprensa internacional sobre o processo de deposição da presidenta brasileira.

Finalmente, cabe mencionar que o estudo consiste em uma primeira aproximação do fenômeno, possibilitando que futuras investigações ampliem o espectro dos estudos sobre a temática, considerando talvez uma possível ampliação da análise qualitativa; a utilização do corpus, ou parte dele, para a formulação de novos quadros de análise; a utilização de resultados específicos, relativos a personagens ou temáticas, como a corrupção, para comparação com outras pesquisas nas áreas da Comunicação e da Ciência Política.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. Another 'Fourth Branch': Press and political culture in Brazil. *Journalism* (London), London, v. 6, n. 4, p. 486-504, 2005.

_____. On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective. In: Daniel C. Hallin; Paolo Mancini. (Org.). *Comparing Media Systems Beyond Western World*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 72-95, 2011.

_____. O paralelismo político em questão. *Revista Compolitica*, v. 2, p. 6-28, 2012.

_____. Media/politics Connections: Beyond Political Parallelism. *Media, Culture & Society*. v.35, n.6, p.742-748, 2014.

_____. Protecting Democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, p. 1-18, 2017.

ALBUQUERQUE, A.; LYCARIÃO, D. Winds of Change? BRICS as a Perspective in International Media Research. *International Journal of Communication*. V.12, p.2873-2892, 2018.

ALMEIDA, R. *À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. São Paulo: LeYa, 2016.

ALVES FILHO, F. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006.

ARTERO, J. P. Political parallelism and media coalitions in Western Europe. Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford, pp. 1-19, 2015.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*. v.12, n.1, pp.88-113, 2006.

AZEVEDO, F.; CHAIA, V. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). *Opinião Pública*, v.14, n. 1, p. 173-204, 2008.

AMARAL, M. E. P.; ARIAS NETO, J. M. Perversão e política no *impeachment* de Dilma Rousseff. *REVISTA LATINOAMERICANA COMUNICACIÓN CHASQUI*, p. 55, 2017.

ARMAÑANZAS, E.; NOCÍ, J.D. *Periodismo y argumentación*. Universidad del País Vasco, 1996.

BECKER, C.; CÉSAR, C.M.; GALLAS, D.; WEBER, M.H. Manifestações e votos sobre *impeachment* de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. *Alaic – Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*. V. 13, n. 24, 2016. pp. 96-113.

BELTRÃO, L. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BLUMLER, J.G.; GUREVITCH, M. *The Crisis of Public Communication*. London: Routledge, 1995.

BRASIL, A. A construção da imagem do Brasil no exterior: um estudo sobre as rotinas profissionais dos correspondentes internacionais. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, pp 775-794, setembro-dezembro 2012.

BRÜGGEMANN, M.; ENGESSER, S.; BÜCHEL, F.; HUMPRECHT, E.; CASTRO, L.; Hallin and Mancini Revisited: Four Empirical Types of Western Media Systems. *Journal of Communication*. v.64. n.6. p. 1037-1065, 2014.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Curitiba: Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 7, nº 1, p. 173-188, 2016.

EILDERS, C. Synchronization of issue agendas in news and editorials of the prestige press in Germany. *The International Journal of Communications Research*, v. 24, n. 3, p. 301-328, 1999.

_____. Verbete: Partisanship, in: MAZZOLENI, G. (Ed.), *The International Encyclopedia of Political Communication*. Malden: John Wiley & Sons, 2015.

FERES JUNIOR, J; SASSARA, L. O. O terceiro turno de Dilma Rousseff. *Saúde debate*, v. 40, pp. 176-185, 2016

GUAZINA, L. S.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Framing of a Brazilian Crisis: Dilma Rousseff's *Impeachment* in Nacional and International Editorials. *Journalism Practice*, 2018.

GUERRERO, M. A.; ¿Por qué definir como «liberal capturado» el modelo de sistemas mediáticos en América Latina?. In: *Iberoamerican Communication Review*. n. 11, p-97-128, 2017.

GOLDSTEIN, A. A. The contribution of the liberal-conservative press to the crisis of Dilma Rousseff's second term, *Cogent Social Sciences*, n. 2, 2016.

HALLIN, D.; MANCINI, P. *Comparing media systems. Three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____, (Org.) *Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

_____. Ten years after comparing media systems: what have we learned. *Political Communication*, p. 1-17, 2016. `

HALLIN, D.; PAPATHANASSOPOULOS, S. Political clientelism and the media: southern Europe and Latin America in comparative perspective. In: *Media, Culture & Society*, 24 (2), p. 175-195, 2002.

HALLOCK, S. M. Editorial and opinion. Praeger: Westport, 2007.

HAMLET, J. Verbete: Editorials, in STERLING, C. H. (Ed.), Encyclopedia of journalism. Thousand Oaks: Sage, 2009.

KRIPPENDORFF, K. Content Analysis: an introduction to its methodology. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

LYCARIÃO, D.; MAGALHÃES, A.; ALBUQUERQUE, A. Noticiário “objetivo” em liquidação: a decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2018.

MANCINI, P. Verbete: Parallelism, Political, in: MAZZOLENI, G. (Ed.), The International Encyclopedia of Political Communication. Malden: John Wiley & Sons, 2015.

MARQUES, F. P. J.; MONTALVERNE C.; MITOZO I. A empresa jornalística como ator político: um estudo quanti-qualitativo sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. Revista Obsertavório, Lisboa, v. 12, n. 3, p. 224-245, 2018.

MARQUES DE MELO, J. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1985.

_____, Jornalismo opinativo. Campos do Jordão, Editora Mantiqueira, 2003.

MELTZER, K. Newspaper editorial boards and the practice of endorsing candidates for political office in the United States. Journalism, v. 8, n. 1, p. 83-103, 2007.

MIGUEL, L. F. Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.11 n. 33, jan.-abr. 2017, pp. 99-129.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A crise e suas fronteiras: oito meses de mensalão nos editoriais dos jornais. Opinião Pública, Campinas, v. 13, p. 97-123, 2007.

MONT'ALVERNE, C.. A quem se dirigem os editoriais? Um estudo acerca de personagens e instituições mencionadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP, v. 23, p. 7-34, 2017.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), v. 12, p. 121-137, 2015.

MORAES, C. H. Parcialidade alardeada: notas sobre a importância da opinião no jornalismo. In: IX Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, 2007, Pelotas – RS. XI Celacom, 2007.

MORENO, P. E. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del Diario El País. Ámbitos: Revista Internacional de Comunicación, n. 9 e 10, p. 121-141, 2003.

NEUENDORF, K. *The Content Analysis Guidebook*. Thousand Oaks, Sage, 2002.

NORRIS, P. Comparative Political Communications: Common Frameworks or Babelian Confusion? *Government and Opposition*, v.44, n.3, p. 321-340, 2009.

NUNES, F; MELO, C. R. *Impeachment*, Political Crisis and Democracy in Brazil. *Revista de Ciência Política*. Santiago, v. 37, n. 2, pp. 281-304, 2017.

OROSA, B. G.; GARCÍA, X. L.; SANTORUM, S. G. Análisis de la adaptación a la red en los editoriales on line de cinco países europeos. *Revista Latina de Comunicación Social*, v. 68, p. 408-501, 2013.

PRANDI, R.; CARNEIRO, J. L.; Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018., 2018.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do "*impeachment*" de Dilma Rousseff. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, ago. 2018/nov. 2018.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K. Vítima, vilã ou heroína: a imagem de Dilma Rousseff na narrativa do *impeachment*. In: *Anais do VI Compólitica-Encontro da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 10 a 12 de maio de 2017.

RODRIGUES, T. M. O papel da mídia nos processos de *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, ago. 2018/ nov. 2018.

SANTOS, A. C. L. Pequena história do processo de impedimento de Dilma Rousseff: a deposição da presidenta contada a partir de fotografias. *DEVIRES (UFMG)*, 2016.

SANTOS, F; GUARNIERI, F. From protest to parliamentary coup: an overview of Brazil's recent history. *Journal of Latin American Cultural Studies*, v. 25, n. 4, p. 485-494, 2016.

SANTOS, F; SZWAKO, J. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. spe, p. 114-121, dez. 2016.

SANTOS, W. G. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SEMETKO, H. A. Verbete: Media-politics relations, in: MAZZOLENI, G. (Ed.), *The International Encyclopedia of Political Communication*. Malden: John Wiley & Sons, 2015.

SIEBERT, F. S.; PETERSON, T.; SCHRAMM, E. *Four Theories of the Press*. Urbana: University of Illinois Press, 1956.

SOUZA, J. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SEYMOUR-URE, C. The political Impact off Mass Media, Londres: Constable, Sage, 1974.

VAN DIJK, TEUN A. How Globo media manipulated the *impeachment* of Brazilian President Dilma Rousseff. Discourse & Communication, v. 11, n. 2, p. 199-229, 2017.

WANTA, W. Verbete: News media organizations, in: MAZZOLENI, G. (Ed.), The International Encyclopedia of Political Communication. Malden: John Wiley & Sons, 2015

ANEXO 1 – ANÁLISE QUANTITATIVA: MAPA DOS RESULTADOS

TABELA – MAPA DOS RESULTADOS IDENTIFICADOS NA ANÁLISE QUANTITATIVA

	Editorial/Categoria																		Variável									
	Causas																		Efeitos	Solução	Corrupção	Dilma			Legalidade	Pós-impeachment		
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	2.1	2.2	3.1	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3				
EME1	X	X	X			X								X	X	X	X						X	X				
EME2	X	X		X		X						X			X		X			X				X				
EME3		X	X	X			X							X			X			X								
EME4	X	X		X		X		X				X		X			X											
EME5	X	X	X	X		X	X			X			X															
EPA1	X	X		X	X		X						X				X				X							
EPA2		X	X		X		X					X					X				X							
EPA3	X	X	X	X			X		X	X			X	X														
EPA4			X		X		X					X					X				X							
EPA5			X						X			X				X												
EPA6		X	X	X	X	X	X					X					X				X							
EPA7		X	X	X	X									X														
EPA8		X							X																			
LMO1		X	X			X		X				X		X				X										
LMO2	X	X	X	X							X							X					X	X				
LMO3	X	X	X									X						X										
LMO4		X	X																	X								
LMO5		X	X	X				X						X			X											
PUB1	X						X							X							X							
PUB2						X		X				X						X										
PUB3	X			X			X		X		X										X	X						
PUB4	X						X			X																		
PUB5			X	X						X		X																
PUB6											X	X																
PUB7			X											X														
PUB8						X		X	X		X	X																

(continua)

	Editorial/Categoria		Variável
	1.1 Crime de responsabilidade		
	1.2 Crise econômica		
	1.3 Corrupção		
	1.4 Crise política	X	Causas
	1.5 Crise institucional	X	
	1.6 Pressão popular	X	
	1.7 Manobra da oposição		
	1.8 Outras		
	2.1 Polarização	X	Efeitos
	2.2 Incertezas		
	3.1 Novas eleições	X	Solução
	4.1 Lula e PT	X	
	4.2 Articuladores do <i>impeachment</i>		Corrupção
	4.3 Generalizada na classe política		
	5.1 Despreparada		
	5.2 Negligente com corrupção	X	
	5.3 Não tem envolvimento pessoal com corrupção		Dilma
	5.4 Ênfase no gênero		
	5.5 Combateu a ditadura militar		
	6.1 Constitucional		Legalidade
	6.2 Questionável/contraditório		
	7.1 Manter políticas sociais		
	7.2 Combater corrupção		Pós- <i>impeachment</i>
	7.3 Retomada econômica		
PUB9			
PUB10			
PUB11			
PUB12	X	X	
PUB13			
PUB14			
PUB15			
GUA1	X	X	
GUA2	X	X	
GUA3	X	X	
GUA4	X	X	
NYT1	X	X	
NYT2			
NYT3	X	X	
NYT4	X	X	
NYT5	X	X	

Fonte: o autor (2019)

ANEXO 2 – ÍNTEGRA ORIGINAL DOS EDITORIAIS

EME1

DILMA AL BANQUILLO

Un juicio político es legítimo y está contemplado en la Constitución brasileña. Ya le hicieron uno a Fernando Collor de Mello en 1992, quien renunció justo antes de ser destituido por un caso de corrupción bastante menos grave que los que azotan a Brasil por estos días. Aun así, Collor debió enfrentar luego un proceso penal del que salió absuelto, pero, al parecer, no aprendió la lección: hoy está envuelto en otro caso similar.

Es decir, Brasil ya tiene experiencia en estos procedimientos, pero iniciar un juicio de esta naturaleza es un juego peligroso de incierto resultado. En momentos de recesión e inestabilidad económica, aumenta el peligro de que la incertidumbre política agrave las tendencias negativas, aun cuando la primera reacción bursátil fuera al alza. Se pone en riesgo la institucionalidad presidencial en un proceso que puede adquirir vida propia, en una dinámica en que entren a operar los intereses partidistas o individuales y afloren las vendettas personales de congresistas descontentos con Rousseff.

En todo caso, una defensa de Dilma no debe plantearse en términos de si es una buena o mala gestora, de si es popular o no; eso está para el veredicto de los electores, los que la reeligieron el año pasado. La defensa tiene que ver con los méritos de las acusaciones legales en su contra.

Hasta ahora, la petición de *impeachment* planteada por un grupo de juristas, algunos ligados antiguamente al PT, y aceptada por el presidente de la Cámara de Diputados para iniciar el proceso, se basa en el no cumplimiento de la Ley de Responsabilidad Fiscal. La Constitución permite el juicio a un Presidente cuando transgrede las leyes y comete un crimen. En el caso de Rousseff, ella habría violado la ley presupuestaria.

De acuerdo con el Tribunal de Cuentas (equivalente a la Contraloría), que recomendó al Congreso no aceptar el balance de 2014 del Ejecutivo, se cometieron numerosas irregularidades en la presentación de los datos para "maquillar" el déficit fiscal, y no se cumplieron "principios de planificación, transparencia y de gestión fiscal". Se omitieron 27 mil millones de dólares de deuda, y lo más grave según el informe del TC es que se realizaron maniobras para encubrir el déficit, que consistieron en retener los pagos de programas sociales, que debieron ser

absorbidos por los bancos públicos, lo que se considera un "crédito oculto" y está prohibido por ley.

El Congreso no se ha pronunciado todavía respecto del informe del ente contralor, pero sí aprobó hace unos días una ley que permite al Ejecutivo alterar la meta fiscal, con lo que Dilma puede presentar un balance de 2015 con un déficit mayor al previsto.

Hace meses que existe la intención opositora de enjuiciar a Dilma. Hay acusaciones de financiamiento irregular de su campaña, otras de que estando en el directorio de Petrobras se fraguaron los actos de corrupción conocidos, pero nada ha sido probado. Por eso, el informe del TC fue clave para hacer esta presentación. A Eduardo Cunha, quien como líder de la Cámara de Diputados aceptó iniciar el proceso, se le acusa de hechos concretos de corrupción.

Cunha dio inicio a la causa porque Dilma no alineó a los diputados para votar a favor suyo en el tribunal de ética. Un asunto de interés personal que tendrá un efecto paralizador en la política brasileña, ya bastante aletargada por la incapacidad de Rousseff de convencer al Congreso de que pase las leyes de ajuste y recortes imprescindibles para salir de la crisis.

El tiempo apremia para que Dilma se defienda; fracasó el intento de sus partidarios para frenar el caso vía fallo de la Corte Suprema.

Entre hoy y mañana, 65 diputados iniciarán el trabajo de una comisión que decidirá la suerte de Dilma. Si acogen la presentación, pasa al pleno, donde se requieren los dos tercios de la Cámara para suspender a la Presidenta de sus funciones. Luego, el Senado tendría 180 días para votar una destitución definitiva, con el voto a favor de 58 de los 81 senadores.

Si Dilma confiara en la mayoría que tiene en el Congreso, no debería temer por su cargo, porque tiene más votos de los necesarios para rechazar el juicio. Sin embargo, las divisiones dentro de la alianza gobernante, y en especial dentro de los partidos como el PMDB, al cual pertenece Cunha, no permiten asegurar un resultado favorable.

Para el bien de la política y de la economía brasileña, Rousseff tendrá que comprobar que, como ella dijo, efectivamente no cometió "ningún acto ilícito", ni mal usó dinero público. Pero aun cuando Dilma se salve en esta oportunidad, su figura ya está muy debilitada y eso tendrá efecto en los resultados de su gobierno, sobre todo en lo que supone el "control de daños" de una economía golpeada por la crisis y sin un horizonte de recuperación rápido. Menos aún si el gobierno no logra hacer las reformas que antes rechazó, pero que ahora reconoce como imprescindibles.

EME2

MAL FIN DE AÑO PARA BRASIL

Menos de un año después de haber ganado las elecciones por un margen estrecho, frente al candidato socialdemócrata Aécio Neves, del partido del ex Presidente Fernando Cardoso, Dilma Rousseff atraviesa una peligrosa crisis política, que tiene al gobierno paralizado, a medio centenar de altos cargos legislativos y empresariales investigados por corrupción, y un negro panorama económico.

Los coletazos del caso Petrobras -donde se destaparon redes que involucran a importantes políticos y grandes empresarios que pagaban coimas por adjudicarse millonarios contratos con la petrolera- han llegado muy alto en la esfera pública, y si bien no manchan a la Presidenta, sí a ministros, legisladores y miembros de su Partido de los Trabajadores y a sus aliados del PMDB, un partido de centro que ha sido funcional a gobiernos de distintos signos.

En este contexto, el juicio político a Dilma tiene ribetes de venganza política. Eduardo Cunha, el presidente de la Cámara de Diputados que aceptó iniciar el proceso contra Rousseff, esta semana recibió dos golpes a su integridad; el primero, el allanamiento a sus oficinas y residencia por parte de la policía, y el segundo, cuando el Consejo de Ética de la Cámara Baja decidió seguir con el proceso en su contra, por falta de probidad, todo en el marco del caso Petrobras, ya que al diputado se le acusa de haber recibido pagos de la petrolera, los que niega, incluso después de que le descubrieron depósitos millonarios en bancos suizos. Cunha ha puesto un manto de duda a estos operativos señalando que solo se realizaron contra políticos de su partido y después de que diera el pase para que se constituyera la comisión que estudiará el juicio político. Tal comisión deberá ser elegida de nuevo por decisión judicial.

La disputa política en Brasil es muy perjudicial para el desarrollo de las actividades económicas, por lo que sería muy recomendable que cualquiera sea la decisión, esta se tome lo más rápido posible. Dilma rechaza el juicio político porque en opinión del gobierno, las prácticas de las que se la acusa "no constituyen crimen ni delitos".

Si fuera así, la Presidenta no debe temer a un juicio, más todavía si este está dentro de los marcos institucionales y de la Constitución política. En una democracia, si las reglas están claras, una autoridad debe someterse al escrutinio y defenderse con todos los medios que le otorgue el Estado de Derecho.

Aun cuando el equipo de Rousseff lo niegue, el gobierno está paralizado. Logró aprobar el presupuesto para 2016 y la reducción de la meta fiscal, pero no pudo echar a andar su agenda de ajuste, con duras medidas de recorte al gasto público, impulsadas por el ahora ex ministro Joaquim Levy, el prestigiado economista que le

dio credibilidad al programa económico, pero que fue finalmente reemplazado por el ministro de Planificación.

Los rumores de la renuncia de Levy circularon por días, y aumentaron tras la baja en la clasificación de riesgo de la deuda brasileña emitida por la consultora Fitch, que dejó a los bonos brasileños en calidad de "basura". Con una recesión galopante, la caída del PIB para este año se estima en 3,6%, aunque con perspectivas de mejorar el próximo año. Levy dijo el viernes que le "faltó respaldo para algunas propuestas fiscales y tributarias. No vi a ninguno de los partidos políticos apoyar medidas que habrían mejorado la eficiencia de la gestión económica".

El más duro golpe que recibió la Presidenta la semana pasada llegó desde los empresarios, quienes han manifestado públicamente que sería mejor que Dilma fuera reemplazada por el Vicepresidente. Los empresarios están en contra de que se les aumenten los impuestos, y esperan medidas que reactiven la economía. "Un cambio en el escenario político haría nacer una nueva esperanza, es decir, rescatar la confianza, la credibilidad y hacer que se retomen las inversiones y el consumo", dijo un líder empresarial.

Dilma ha denunciado como "golpe de Estado" la iniciativa del juicio político. "Es una forma de golpe de Estado; quieren interrumpir mi mandato popular... derrumbar a una mujer, pero también un proyecto que ha incluido al pueblo en los presupuestos nacionales". Con estas palabras de encendido populismo, Dilma se protege. En todo caso, no sería un "golpe" real, pues los militares están de su lado. Los altos mandos descartan cualquier intentona, pero han denunciado una "crisis ética" en la clase política. Aseguran que ellos "cumplen un papel esencialmente institucional, legal, enfocado a mantener estabilidad para que las instituciones cumplan sus funciones".

En septiembre, Dilma debió retirar un decreto que traspasaba atribuciones de los comandantes al Ministerio de Defensa. Ante el reclamo de los oficiales, el gobierno echó pie atrás, pero quedó en evidencia que hay tensiones entre civiles y militares, especialmente con los sectores más duros del PT. Hace un año, un grupo de oficiales en retiro firmó una carta contra Dilma que algunos interpretaron como un malestar latente en las filas, y unos meses atrás, el Ejército destituyó a un oficial por criticar a Dilma. Las Fuerzas Armadas mantienen una posición de influencia, sin ejercer rol político.

EME3

BRASIL EN VILO

Luego del pronunciamiento de los diputados, Brasil entró el domingo de lleno a una etapa de incertidumbre política, en la que no se avizora una fácil o rápida salida, en medio de una crisis económica y de una recesión que dificulta cualquier solución.

Dilma Rousseff está empeñada en resistir hasta el final en el cargo. A diferencia de Fernando Collor de Mello, quien en 1992 renunció antes de ser destituido por el Senado, Dilma se siente inocente, considera que el eventual juicio en el Senado es un intento de "golpe de Estado", y que las acusaciones en su contra son una excusa de la oposición para derribarla. Los diputados fueron categóricos para aprobar el inicio del *impeachment* : 367 votos de 513 miembros de la Cámara estuvieron a favor. Los cargos tienen que ver con maniobras en la contabilidad fiscal para maquillar las cuentas y modificar el presupuesto, pero detrás de ellos está el malestar en contra de la Presidenta por la gravísima situación económica, su deficiente gestión gubernamental, su estilo autoritario de ejercer el poder y, sobre todo, por su incapacidad para "barrer" la corrupción, como prometió al inicio de su mandato. El caso Petrobras mantiene en vilo a políticos de un amplio espectro, y si bien Dilma no ha sido señalada, todo apunta a que ella estaba muy cerca de quienes sí cometieron delitos. Pero, por ahora, eso no está en la palestra.

Con la coalición de gobierno desmantelada, a Dilma le quedan pocos aliados fuera del Partido de los Trabajadores, e incluso, aparte de Lula, pocos son los incondicionales que la acompañan en el poder. El PT está dispuesto, sin embargo, a dar una lucha prolongada para impedir la destitución de Rousseff, y tienen expectativas de revertir la decisión de los diputados en el Senado. Los números, en todo caso, parecen desmentir esa ilusión, pues según sondeos hay unos 45 senadores totalmente decididos a juzgarla, y con eso basta para iniciar el juicio.

Sus ex socios del PMDB se alejaron de la Presidenta pensando en salvarse de su impopularidad, pero el Vicepresidente Michel Temer -de esa tienda política- está tan cuestionado, que algunos piensan que si asume el cargo ante la probable aprobación por el Senado del inicio del juicio a Dilma (y terminar el mandato si es destituida), tendrá tan poca autoridad que su gestión arriesga ser un fracaso. Así, se profundizaría la crisis brasileña con insospechadas repercusiones, en medio de una ciudadanía que manifiesta su descontento en reiteradas y masivas protestas callejeras.

La oposición socialdemócrata ha tomado palco en esta crisis, esperando quizás que no solo Dilma caiga, sino que también lo haga Temer. Su candidato en las últimas elecciones estuvo muy cerca de vencer a Rousseff, y se prepara para reemplazarla en 2018, o antes si la situación se hace inmanejable y se llama a nuevas elecciones, lo que no está previsto en la institucionalidad brasileña. Ante un impasse como el actual, la clase política de Brasil tendrá que tomar decisiones con mirada de futuro, y no pensar solo en sus intereses ni en un "sálvese quien pueda".

EME4

BRASIL EN SUSPENSO

Notificada de su suspensión como Presidenta de Brasil, Dilma Rousseff espera ahora el juicio político en el Senado, pero no se conforma con la "injusticia" que está sufriendo porque ella no habría "cometido crimen de responsabilidad", y llama al pueblo a "una lucha por la democracia". Dilma insiste en que los parlamentarios han cometido "un golpe" y que ella es "víctima de una farsa política y jurídica". Pero lo que lleva adelante el Legislativo brasileño es un proceso que ha cumplido con todas las condiciones de un *impeachment*, y será solo al final de este cuando se decida si la Presidenta es culpable o no del cargo del que se la acusa. No puede considerarse un "golpe" si el juicio está dentro de las atribuciones que les da la Constitución a los parlamentarios y se han cumplido los pasos a cabalidad. Si Dilma puede demostrar que ella no cometió el "crimen de responsabilidad" por maquillar las cuentas públicas para tapar el déficit y usar créditos de grandes bancos públicos para pagar deudas del Estado, su Presidencia estará salvada, pero hasta ahora el único argumento para su defensa es que "todos los gobiernos lo hacen", y que se restituyeron los dineros al ente estatal.

Al margen de lo que ocurra en los próximos meses, la situación de crisis política que vive Brasil desde que Dilma asumió su segundo mandato tiene diversas causas. Sumado a una rápida pérdida de popularidad, en parte por sus características personales y su estilo hosco, el mayor problema de la mandataria ha sido su incapacidad para manejar la crisis económica que azota a Brasil, y que se visualizó con la caída de los precios de los commodities y la baja del crecimiento en China. Si bien la crisis tiene, sin duda, componentes internacionales, las inadecuadas políticas fiscales, el intervencionismo estatal y el proteccionismo exacerbado, en vez de rescatar la economía, condujeron al cuadro de recesión que hoy está viviendo ese país. El año pasado el PIB se redujo 3,8 por ciento, y para este año se estima que la caída podría ser similar. Otras cifras macroeconómicas no son alentadoras, con un déficit fiscal del 10 por ciento anual, una inflación en 2015 de 10,67 por ciento y un desempleo de casi nueve por ciento, con unos once millones de desocupados. En épocas de crisis, la confianza es clave para superar problemas y atraer inversionistas, y la pérdida de credibilidad de Dilma como gobernante hizo que las expectativas en la recuperación del país disminuyeran, con las consecuentes caídas de la bolsa, alza del dólar y huida de inversionistas extranjeros.

Es difícil para un Presidente en Brasil conseguir una mayoría cómoda en el Parlamento que le permita gobernar sin necesidad de cooptar partidos que ingresen a la alianza. La alta dispersión del voto, una multiplicidad de partidos que no logran obtener mayorías claras impiden al Ejecutivo gobernar con holgura. Y aquí es donde aparece la corrupción. En el gobierno de Lula ocurrió el escándalo de las mensalao, las coimas pagadas a parlamentarios opositores y oficialistas para que votaran a favor de proyectos del gobierno. Ese caso abrió toda una arista de corrupción que terminó por destapar el gran escándalo de los desvíos de fondos de Petrobras para financiar la política. Si bien Dilma no está acusada formalmente de ningún vínculo

con el caso, ella ha sido salpicada por las declaraciones a la justicia de un parlamentario. Nada tiene que ver Petrobras con el *impeachment*, pero es evidente que está en el trasfondo del asunto.

Michel Temer, el Presidente interino, deberá proponerse como objetivo prioritario crear condiciones para una mejoría económica. A diferencia de Dilma, Temer podrá contar inicialmente con una mayoría amplia en el Parlamento, la misma que la tiene suspendida, pero está por verse si servirá para emprender ambiciosas reformas, como la laboral y la de pensiones. Tendrá que avanzar con mucha rapidez para ganar credibilidad entre los inversionistas y, aún más importante, para conquistar el apoyo de la opinión pública, que pese a querer la salida de Dilma, no está conforme con él como reemplazante.

La inestabilidad política y económica de Brasil afecta a toda la región; por lo tanto, es de interés de todos que el proceso que se sigue en el Parlamento se resuelva de la mejor forma y no se resienta la institucionalidad ni el sistema democrático. Cabe a los gobiernos de la región mantenerse al margen de lo que acontece en Brasil, en tanto el Senado delibere y resuelva de acuerdo a las leyes el futuro de la Presidenta.

EME5

DIFÍCIL TRANCE DE DILMA

Un nuevo revés sufrió Dilma Rousseff luego que la votación en el Senado diera una abrumadora mayoría a favor de iniciar un juicio político en su contra. Infructuosos resultaron sus esfuerzos para evitar que el proceso avance hasta la destitución, después que 59 de los 81 senadores aprobaran el informe de la Comisión que recomendaba el *impeachment*. Es muy probable que esa mayoría de más de los dos tercios necesarios para destituirla pueda repetirse en la sesión final del juicio, que debe realizarse antes de fines de agosto, y serán vanos los esfuerzos que haga la Presidenta, ahora suspendida, o de sus partidarios para evitarlo.

Tres meses de alejamiento del cargo han dejado a Dilma bastante aislada, sin poder aumentar partidarios ni convencer a indecisos de que sería bueno que pueda terminar su período presidencial en 2018. Su estilo bastante autoritario, con poca capacidad para escuchar críticas o consejos de asesores; la falta de cuidado para relacionarse con sus aliados políticos, el rotundo fracaso en el manejo de la economía, y su bajísima popularidad no le dan mucho margen a Rousseff para esperar quedarse en el cargo.

En un país convulsionado por los escándalos de corrupción que afecta a las más altas esferas políticas y empresariales, el hecho de que Dilma no esté acusada en los esquemas de coimas y sobornos no la hace inmune a la crítica. Si bien el caso por el que es juzgada tiene que ver con maquillaje de cuentas públicas (pero en

período electoral, lo cual es un agravante) y que el Senado reconoció que no hay "delito penal", sino "falta administrativa grave", es poco creíble que ella no haya sabido nada del financiamiento irregular de campañas ni otros patrones de corrupción que se habían implementado en empresas como Petrobras, de la cual ella fue presidenta del directorio entre 2003 y 2010. Al menos demuestra una gran negligencia. Cabe recordar, además, que Dilma intentó nombrar como ministro a Lula da Silva, para protegerlo de las investigaciones de la justicia, la que tiene "evidencias suficientes" de su participación en el "esquema criminal" que operaba en Petrobras.

Dilma no parece convencida de que la derrota está en la puerta del Palacio, y ha acudido a hábiles maniobras políticas para contener la ola en su contra. Una de sus ideas es ofrecer un plebiscito para consultar sobre el adelanto de las elecciones si es que gana el juicio político, pero los analistas señalan que esta oferta tendrá un efecto menor, porque ni siquiera su Partido de los Trabajadores estaría de acuerdo.

En Brasil, inmerso en la más profunda crisis de las últimas décadas -con una caída de 3,8% del PIB el año pasado, y altos índices de inflación y de desempleo-, fue bien recibido el aumento de la confianza en el manejo económico del Presidente interino y su equipo. Para Michel Temer, esta es su oportunidad de demostrar que puede ejercer a cabalidad como jefe del Ejecutivo, con un desempeño económico que asegure salir de la recesión, implementar urgentes reformas (que no ha podido), pero, sobre todo, probar que la lucha contra la corrupción es una meta prioritaria, y que él no está involucrado en ningún esquema ilegal, como lo denuncia un empresario de la construcción.

EPA1

PROCESO ARRIESGADO EN BRASIL

La apertura del proceso de destitución contra la presidenta de Brasil, Dilma Rousseff, por parte del Congreso es una arriesgada maniobra política que puede perjudicar gravemente la estabilidad del país, con lo que ello supondría a la hora de tratar de resolver la profunda crisis en la que se encuentra la principal economía latinoamericana.

La destitución del jefe del Estado en una república presidencialista es un mecanismo jurídico que permite juzgar, y condenar en su caso, a quien tiene la legitimidad de la voluntad popular. No debe ser usado como arma en la refriega partidista, pero eso es exactamente lo que está sucediendo en Brasil, en donde un Congreso atomizado ha facilitado el estancamiento de la vida política y económica sin que el Gobierno sea capaz de adoptar las drásticas medidas que hacen falta para frenar la caída libre de la economía. No se trata únicamente de que la presidenta haya perdido la

iniciativa apenas un año después de comenzar su segundo mandato; es que cualquier medida gubernamental queda bloqueada de manera automática.

Al país se le acaba el tiempo, y el *impeachment* es un proceso que puede prolongarse varios meses, lo que aumentará el retraso en el inaplazable combate contra la crisis que ya está afectando a la vida de los brasileños.

Lo único positivo que podría tener el proceso de destitución es que contribuyera a desbloquear lo que ahora se presenta como un callejón sin salida, y que permitiera decisiones radicales, un gran pacto de reformas básicas y la apertura de una nueva etapa. Si el proceso sigue adelante, y Rousseff lo supera, tendría vía libre para gobernar; si fuera sustituida, la oposición deberá abandonar su actividad de bloqueo. En todo caso, es necesario que la clase política esté a la altura de la situación, que abandone intereses espurios y que ponga por delante la imprescindible responsabilidad de Estado.

EPA2

OTRO GOLPE A BRASIL

La detención ayer del expresidente de Brasil Luiz Inácio Lula Da Silva —que, tras un registro de madrugada en su domicilio, fue conducido a una comisaría de São Paulo para declarar sobre las acusaciones de corrupción y lavado de dinero que pesan sobre él en la ingente trama corrupta de Petrobras— supone un mazazo para una etapa política importantísima en la historia reciente de Brasil y para la imagen del gigante sudamericano en el exterior.

La fiscalía acusa al exmandatario de recibir dinero de empresas relacionadas en el escándalo que sacude los cimientos institucionales del país. Las compañías son investigadas por sobornar a altos cargos a cambio de contratos jugosos con la petrolera. Resulta particularmente demoledor para la figura del primer sindicalista que llegó a la presidencia el hecho de que, según la fiscalía, dos de estas empresas le pagaran un apartamento de tres plantas en la playa y una casa de campo. Además, costearon las reformas de las dos viviendas, el pago de electrodomésticos y muebles de lujo y el almacenamiento de enseres del expresidente por un valor que asciende

El peso de estas acusaciones es muy grave, aunque no pueden cuestionar el hecho de que Lula es el político que encarna el despegue definitivo de Brasil, el éxito de la lucha contra la pobreza, con la incorporación de 30 millones de pobres a la clase media, y con un crecimiento económico sin parangón en su historia. Más allá de lo que suponga para la imagen personal de este referente de la lucha por la justicia social, el escándalo llega en un momento particularmente delicado para el país, con una crisis económica, política e institucional agravada día a día. El PIB retrocedió en

2015 un 3,8% y las previsiones más optimistas apuntan que este año lo hará en torno a un 3%.

Y no acaba ahí la cascada de consecuencias. La presidenta, Dilma Rousseff —a quien el mismo Lula eligió como sucesora—, encarará en las próximas semanas un proceso de destitución por parte del Congreso que, inevitablemente, se verá afectado por las acusaciones contra Lula. Por si esto fuera poco, el atomizado Congreso se encuentra prácticamente paralizado en medio de una tormenta de acusaciones cruzadas de corrupción. Pero la implicación de Lula, que ha defendido siempre su honradez y se considera víctima de un linchamiento político, va incluso más allá y afecta el futuro de Brasil. El expresidente sopesaba volver a presentarse a las elecciones dentro de dos años y suceder a Rousseff. “Me gustaría que fuese otro el candidato, pero si tengo que presentarme para evitar que alguien acabe con la inclusión social conseguida estos años, lo haré”, declaró en una entrevista a EL PAÍS en diciembre.

Mientras, la opinión pública asiste al desmoronamiento de una clase política que ha marcado una época y a una parálisis institucional que hace imposible afrontar la crisis económica. Brasil tiene que salir del atolladero y deben ser sus políticos los que encuentren la solución.

EPA3

BRASIL, EMPANTANADO

El hecho de que cientos de miles de brasileños se echaran el domingo a las calles de más de 200 ciudades del país para protestar contra la presidenta, Dilma Rousseff, da muestra de la gravedad de la crisis institucional que atraviesa Brasil y de la urgencia de buscar una solución que evite los atajos.

La situación es muy grave. Brasil se encuentra sumido en una especie de tormenta perfecta en la que se combinan tres factores: por un lado, una cascada de escándalos de corrupción, el mayor de los cuales afecta a la principal petrolera del país y llega a salpicar a la emblemática figura del expresidente Luiz Inácio Lula da Silva; en segundo lugar, un Congreso inoperante debido a la fragmentación y empecinado en destituir a la jefa del Estado —una solución prevista en la ley como recurso ante delitos probados pero nunca como arma política, como está sucediendo— y, finalmente, una crisis económica cuya salida no se vislumbra precisamente por la parálisis política y que amenaza con llevarse por delante los innegables progresos de bienestar alcanzados durante la presidencia de Lula.

Por ello es más que comprensible el malestar ciudadano que está alcanzando nuevas cuotas ante las revelaciones que se conocen a diario. El rastro de corrupción que los pagos de Petrobras están dejando en todos los estamentos ha multiplicado

el descontento que ya llevó a miles de personas indignadas a las calles en 2013. Y no conviene ignorarlo. Son muchos los que recuerdan palabras felices pronunciadas en los días resplandecientes de la economía brasileña que ahora se descubren con un nuevo y amargo significado. Sin ir más lejos, Lula —para quien la Fiscalía pide el encarcelamiento— solía pronunciar una frase que se ha convertido en un boomerang: “Petrobras es Brasil y Brasil es Petrobras”.

Y aunque es cierto que Rousseff atraviesa un momento de popularidad bajísimo, con apenas un 11% de apoyo, y que tiene abierto un proceso de destitución en el Congreso, es imprescindible no perder algunos puntos de referencia. El primero es que, hasta el momento, ninguna investigación ha aportado prueba alguna de que la jefa del Estado esté implicada directamente en el escándalo de Petrobras. El segundo es que el Congreso debe respetar el resultado de las elecciones del año pasado y renunciar al irresponsable uso del *impeachment* como arma. El tercero es que la judicialización de la política es una vía que debe ser abandonada, porque puede conducir a los brasileños a una polarización y una crispación que son ajenas a sus hábitos políticos.

Los partidos deben ser conscientes del inmenso desafío institucional y económico al que se enfrenta el país y renunciar a la tentación del cortoplacismo táctico. Es hora de que todos asuman su responsabilidad: los culpables, la de pagar por los delitos cometidos; los demás la de trabajar por un Brasil que hasta hace poco ha sido un ejemplo de éxito.

EPA4

ALTA TENSIÓN EN BRASIL

El expresidente Luiz Inácio Lula da Silva se convirtió ayer —en una ceremonia accidentada, con insultos, abucheos y gritos de apoyo— en el ministro Lula. La presidenta, Dilma Rousseff, aseguró el miércoles que su mentor acude al Gobierno para ayudar a resolver la situación del país. Pero los investigadores que se ocupan del caso Petrobras están convencidos de que el líder más carismático del país se ha convertido en ministro para alcanzar un grado superior de inmunidad y escapar del juez federal Sérgio Moro, que instruye la macrocausa por el desvío de fondos públicos.

Una conversación entre la presidenta y Lula —grabada y hecha pública por orden del magistrado— poco después de que la prensa divulgara el nombramiento refuerza las sospechas del afán de huir de la justicia —y de un probable encarcelamiento— del carismático mandatario brasileño. En esta charla, Rousseff le dice a Lula: “Te estoy mandando el papel para tenerlo ahí, úsalo solo en caso de necesidad, porque es el acta [de ministro]”. Para los investigadores no hay duda: Rousseff trató de garantizar que Lula no fuera a la cárcel antes de su toma de

posesión. Rousseff, en su solemne discurso de ayer durante esta ceremonia, aseguró que el papel y la conversación eran simplemente un asunto burocrático encaminado a coordinar la toma de posesión, si es que Lula, por motivos personales, no hubiera podido asistir; y que ese polémico papel ni siquiera llevaba su firma, con lo que carecía de valor para evitar la cárcel del expresidente.

En medio de una gran tensión —a la que se sumó la orden de suspensión cautelar del nombramiento por parte de un juez de Brasilia, inmediatamente recurrida por el Gobierno— hay juristas que cuestionan los procedimientos de Moro, acusándole de vulnerar la ley; otros acusan a la presidenta —y a Lula— de poner trabas a la justicia. Polarización extrema en la política, la justicia y la calle.

EPA5

LA SOLEDAD DE ROUSSEFF

El abandono del Gobierno del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), lejos de ayudar a solucionar la profunda crisis institucional que atraviesa el país, contribuye a debilitar todavía más la posición de la presidenta Dilma Rousseff, quien ha visto cómo su partido se encuentra sumergido en el mayor escándalo de corrupción de la historia reciente de Brasil al tiempo que el Congreso tiene abierto un proceso de destitución contra ella.

Rousseff se enfrenta a una triple tarea que puede terminar por revelarse imposible. En primer lugar, debe hacer frente al escándalo de corrupción de la petrolera Petrobras que ha afectado de lleno al Partido de los Trabajadores (PT) llegando incluso al expresidente Lula. Hasta el momento no han aparecido pruebas que impliquen directamente a Rousseff en la trama, pero necesita dar un golpe de timón que la sitúe definitivamente lejos de toda sospecha. La justicia debe actuar hasta sus últimas consecuencias y la presidenta debe colaborar sin vacilación para aclararlo todo.

En segundo término, Rousseff debe afrontar un *impeachment* que puede tener importantes consecuencias que trascienden su situación personal. Aunque es cierto que el proceso de destitución presidencial existe en la legislación brasileña también lo es que no está concebido como arma política sino como recurso penal. Pero el que esté siendo mal utilizado por la oposición no justifica en ningún caso que la jefa del Estado lo califique de “golpe de Estado”. Por su parte, el Congreso debería recordar que Brasil es un sistema presidencialista y no parlamentario por decisión explícita del pueblo brasileño en el referéndum celebrado el 21 de abril de 1993.

Y lo más importante: Rousseff debe gobernar para tratar de remontar la profunda crisis económica que amenaza con llevarse por delante los logros de

décadas. Rousseff tendrá que hacer todo esto, tras la ruptura con el PMDB, más sola que nunca.

EPA6

BRASIL ANTE EL ABISMO

La aprobación de la apertura del proceso de destitución de la presidenta Dilma Rousseff por una abrumadora mayoría de la Cámara de Diputados abre una etapa en Brasil marcada por la incertidumbre. La agonía que le espera a la presidenta en las próximas semanas para acabar previsiblemente saliendo derrotada y humillada por la puerta de atrás de la historia no resuelve ninguna de las incógnitas que se ciernen sobre el futuro del gigante suramericano. El *impeachment* deja a un país dividido políticamente, enfrentado socialmente e inmerso en la peor crisis económica de su historia. También en una crisis moral a la que solo el proverbial optimismo de los brasileños podrá dar solución.

Brasil se adentra en una transición a ciegas cuya primera estación será el Senado cuando, en los primeros días de mayo, decida sobre el caso Rousseff. Bastará una fácil mayoría simple para que la presidenta sea apartada del poder hasta 180 días mientras se la juzga en ambas Cámaras. Si, como es previsible, se decreta su muerte política, el poder pasará al vicepresidente Michel Temer, su antiguo aliado y ahora su peor enemigo, dirigente del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), derecha, y bajo sospecha de corrupción. Un personaje oscuro al que los mercados reclaman una dura política de ajuste y una reforma impositiva: probablemente necesarias, con seguridad impopulares.

La confluencia de los intereses de Temer con otros dos personajes de su mismo partido — Eduardo Cunha, presidente de la Cámara de Diputados, el evangélico maquinador del *impeachment*, acusado por la Fiscalía de regentar millonarias cuentas en Suiza alimentadas con sobornos de Petrobras— y Renan Calheiros, presidente del Senado, un artista de la doblez política también investigado por corrupción, ha dado motivos a los seguidores del Partido de los Trabajadores (PT) para considerar todo el proceso “un golpe de Estado constitucional” para desalojar a la izquierda del poder.

Golpe o cambio de rumbo ante unas circunstancias de extrema gravedad económica —como defienden los partidarios del *impeachment*—, dos hechos son incontrovertibles: el caso Petrobras ha expuesto una corrupción gigantesca en la clase política brasileña que afecta a todos los partidos, izquierda y derecha, sin distinción; y que, hasta ahora, la única no acusada de enriquecimiento personal ha sido la propia presidenta. Al fin y al cabo, el *impeachment* se basa en un tecnicismo fiscal: la práctica ilegal de recurrir a préstamos de bancos públicos para equilibrar el presupuesto.

Brasil queda en un limbo político en vísperas de los Juegos de Río, acuciado por la necesidad de dar respuesta a la recesión y encontrar una salida a la crisis política. La destitución de Rousseff no debe detener la limpieza de las cloacas del poder. Pero mucho menos propiciar —como se vio el domingo, con el lamentable espectáculo ofrecido por los diputados en la votación, donde no faltaron gritos, empujones, cánticos e incluso un escupitajo— que la democracia brasileña salga del trance debilitada.

EPA7

UM PROCESSO IRREGULAR

El caos institucional en el que se encuentra sumido Brasil, cuya máxima expresión es el irregular proceso de destitución contra su presidenta, Dilma Rousseff, está colocando al país en las últimas horas en una incertidumbre inconcebible en la mayor democracia sudamericana. Y no contribuye precisamente a desmentir las graves acusaciones realizadas por Rousseff y su entorno que culpan a la oposición de haber forzado más allá de lo admisible en una democracia los límites del Estado para apartar del poder a la mandataria en una especie de golpe constitucional.

Para hoy estaba prevista una votación en el Senado —por decisión personal de su presidente— para ratificar el *impeachment* contra Rousseff, pero el Gobierno recurrió anoche judicialmente la sesión. Se trata de la guinda a la confusión generada desde que Waldir Maranhão, acusado de corrupción y desde el jueves presidente del Congreso —en donde, bajo otro presidente, apartado del cargo por el Tribunal Supremo, ya se ha votado a favor de la destitución—, ordenara el lunes suspender todo el proceso. Pero el presidente del Senado, Renán Calheiros, se negó a obedecerle y prometió seguir adelante con la votación. Horas después, Maranhão se desdijo y dio vía libre a la votación.

Mientras Brasil se hunde en la recesión, la oposición ha utilizado el Congreso para convertir una acusación de carácter político —un mal manejo del presupuesto— en un proceso previsto para casos penales. Las sucesivas investigaciones no han podido demostrar la participación de la presidenta en las corruptelas que afectan a su partido, pero el abandono de varios de sus socios de Gobierno la han colocado en una situación muy complicada.

Esta crisis institucional plantea dudas más que razonables sobre la legitimidad que tendría un nuevo mandatario surgido después de un proceso tan poco habitual. Brasil no puede permitirse semejante espectáculo. El daño causado es incalculable.

EPA8

GOLPE BAJO EN BRASIL

La destitución de la presidenta brasileña, Dilma Rousseff, aprobada ayer por el Senado del país por 61 votos a favor y 20 en contra constituye un golpe bajo al funcionamiento institucional de un país que durante décadas y con esfuerzo se había convertido en ejemplo de democracia consolidada para toda la región.

Los partidos políticos responsables del apartamiento han utilizado torticeramente un procedimiento de destitución previsto en la Constitución para casos extremadamente graves y lo han ajustado a juegos políticos cortoplacistas sin importarles el daño causado a la legitimidad democrática. En una república presidencialista la destitución del Jefe del Estado es un hecho de extrema importancia, una excepción al sistema que permite al Parlamento revocar la voluntad popular y destituir a quien ha sido elevado directamente en las urnas a la máxima institución de Estado. Por tanto, no puede ser utilizado más que en casos excepcionales y de forma muy tasada so pena de crear una grave crisis política e institucional.

Pero este no es el caso de Dilma Rousseff. Al ser imposible encontrar ninguna prueba de implicación en el escándalo Lava Jato, una red de corrupción generalizada en la que están implicados destacados miembros de partidos que ayer votaron contra ella, los legisladores han recurrido a un motivo, la desviación en el presupuesto, que aunque previsto en la Constitución carece de suficiente entidad política para justificar la destitución de Rousseff y el trauma y división al que se aboca al país.

Que Rouseff haya sido depuesta pero no inhabilitada para ocupar cargos públicos, demuestra que el Congreso brasileño ha aplicado las normas sobre destitución con objetivos bien distintos a los que la norma perseguía. Estamos ante un fraude de ley que arroja una grave sombra sobre el futuro inmediato de Brasil, más necesitado de unidad ante la crisis económica y política que de divisiones irreconciliables.

LMO1

L'INQUIÉTANTE DÉGRINGOLADE DU BRÉSIL

Lorsqu'il s'est confié à ses avocats, en mars 2014, Alberto Youssef, malfrat à la réputation de bon vivant, arrêté pour ce qui allait devenir le « scandale Petrobras », avait prévenu : « Les gars, si je parle, la République va tomber. » L'anecdote résonne cruellement aujourd'hui. Le Brésil, prospère et conquérant lors des deux mandats de Luiz Inacio Lula da Silva, dit « Lula » (2003-2010), offre désormais le spectacle désolant d'un pays en déliquescence économique, politique et morale.

Le scandale Petrobras n'en finit plus de dévoiler un système de corruption tentaculaire. Sénateurs, députés, hommes d'affaires sont poursuivis ou éclaboussés

par le trucage des appels d'offres lancés par le groupe public pétrolier. L'ex-idole des classes populaires, Lula, n'est pas épargnée, même si aucune preuve ne l'accuse encore. Rien, non plus, ne compromet explicitement sa successeure, Dilma Rousseff. Mais les enquêtes se rapprochent de l'un comme de l'autre et font trembler tout Brasilia.

Jour après jour, sous le feu des médias, les fuites de l'affaire Petrobras témoignent de l'incurie d'une grande partie de la classe politique. Le Parti des travailleurs (PT, gauche) de Lula et Dilma Rousseff, et son allié au sein de la coalition gouvernementale, le Parti du mouvement démocratique brésilien (PMDB, centre), sont les principales victimes du discrédit. Mais aucun des grands partis n'échappe à la défiance d'électeurs écœurés.

Ce terrible gâchis politique aggrave une situation économique déjà mise à mal par la chute du prix du pétrole et des autres matières premières dont est si bien doté le pays. Ainsi, l'annonce, jeudi 3 mars, de la chute du produit intérieur brut de 3,8 % en 2015 – sans précédent depuis un quart de siècle – n'a guère surpris les experts. Et 2016 ne s'engage pas mieux. L'inflation, le chômage, la chute du real menacent de faire disparaître les acquis des années Lula pour les classes...

LMO2

BRÉSIL : CECI N'EST PAS UN COUP D'ETAT

Révolte des classes moyennes, récession économique et retour de l'inflation, partis au pouvoir gangrenés par la corruption et présidente menacée d'une procédure de destitution, au point qu'elle doit annuler un déplacement aux Etats-Unis. Après un début de siècle flamboyant, le Brésil traverse une crise sans précédent, qui eût conduit dans des temps pas si anciens à un coup d'Etat. Mais, justement, ces temps sont révolus et l'heure n'est plus aux dictatures militaires soutenues en sous-main par la CIA.

C'est pourquoi la rhétorique utilisée par la présidente brésilienne, Dilma Rousseff, son prédécesseur, Luiz Inacio Lula da Silva, et le Parti des travailleurs (PT) est fâcheuse. Poursuivis par la justice ou menacés de destitution, acculés politiquement, ils dénoncent un « coup d'Etat », orchestré par les élites, les médias et des juges aux ordres. Certains dirigeants du PT vont jusqu'à parler d'un « coup d'Etat constitutionnel », parfait exemple d'oxymore ou de contradiction dans les termes.

La destitution du chef de l'Etat est prévue et encadrée par la Constitution brésilienne. Il existe un précédent, la procédure engagée contre le président Fernando Collor de Mello (1990-1992), accusé de corruption. A l'époque, loin de crier au putsch, le PT était du côté de la rue, qui s'était manifestée massivement pour exiger le départ du chef de l'Etat. Ce dernier avait fini par démissionner, remplacé par son vice-

président, Itamar Franco : dénué de charisme, ce dernier avait réussi à préserver les institutions.

Parler de coup d'Etat dans un pays sorti il y a à peine trente ans d'une dictature militaire relève d'un amalgame douteux. Le putsch de 1964 s'était traduit par la suspension des droits civiques et des libertés, la mise en place d'une justice militaire pour des civils, l'emprisonnement et la torture pour les opposants, la censure de la presse, puis des exécutions sommaires. Dilma Rousseff...

LMO3

LE BRÉSIL AU BORD DE LA RUPTURE

Le vote en faveur de la destitution de la présidente Dilma Rousseff est une mauvaise nouvelle pour le Brésil. Si le Sénat, qui doit se prononcer en mai, confirme la procédure lancée par la Chambre basse, lundi 18 avril, Mme Rousseff sera, après Fernando Collor de Mello en 1992, le deuxième chef d'Etat brésilien démis de ses fonctions. Pour une jeune démocratie de trente et un ans, c'est beaucoup.

Si la corruption est au cœur des deux révoltes politiques, Dilma Rousseff, à la différence de M. Collor de Mello, n'est pas suspecte d'enrichissement personnel. Elle est accusée d'avoir usé d'artifices administratifs pour maquiller le déficit budgétaire, un procédé auquel elle n'est pas la première à avoir eu recours.

Mais à travers elle, c'est tout un système qui est mis en cause, une spirale qu'elle n'a pas su contrôler : la gigantesque corruption au sein de la compagnie pétrolière nationale Petrobras, qui a servi de vache à lait au Parti des travailleurs (PT) au pouvoir et à ses alliés, notamment lorsque Mme Rousseff en était la ministre de tutelle, et une classe politique très largement impliquée dans des malversations multiples.

La décision désespérée de la présidente, il y a un mois, de nommer son prédécesseur et mentor politique Luiz Inacio Lula da Silva au gouvernement pour le sauver de poursuites judiciaires dans un autre scandale de corruption n'a fait qu'aggraver les choses.

Dilma Rousseff paie aussi le retournement spectaculaire de l'économie brésilienne. Le ralentissement de la demande chinoise et l'effondrement des cours des matières premières ont transformé ce géant émergent de l'Amérique latine, flamboyant membre des BRIC (Brésil, Russie, Inde, Chine) qui a réussi, sous le règne de Lula, à tirer des dizaines de millions de gens de la pauvreté, en une économie frappée par la récession et le chômage. Les experts...

LMO4

LE BRÉSIL EN MAL DE CONFIANCE

Une époque s'achève au Brésil, et de la pire manière qui soit. Ce n'est pas anedoctique. Avec plus de deux cents millions d'habitants, le Brésil n'est pas seulement le pays phare de l'Amérique latine. Son produit intérieur brut, qui doit figurer au septième rang du classement mondial, en fait aussi l'une des grandes économies émergentes les plus prometteuses. A quoi on ajoutera que Rio de Janeiro, une de ses villes les plus dynamiques, doit accueillir les Jeux olympiques dans trois mois.

Laborieusement réélue en 2014, la première femme présidente du pays, Dilma Rousseff, a vu ce second mandat brutalement interrompu, jeudi 12 mai, à la suite de manœuvres qui n'honorent pas l'ensemble d'une classe politique brésilienne largement déconsidérée. Officiellement, Mme Rousseff a été « suspendue » six mois – au terme du vote de 55 sénateurs sur 81, dans la nuit de mercredi à jeudi –, le temps que le Sénat la juge lors d'une procédure de « destitution ».

Comme il est vraisemblable qu'elle aboutisse, Mme Rousseff quitte sans doute la présidence pour de bon, deux ans et sept mois avant la fin de son mandat. Elle est jugée non pour un crime, mais pour avoir truqué sa présentation de la loi de finances. En clair, elle a voulu masquer l'importance du déficit budgétaire de l'Etat – on connaît, en Europe, un certain nombre de pays où cette tentation, sinon cette pratique, est assez familière.

En réalité, cette triste affaire est la dernière manifestation d'un énorme malaise provoqué par la mise au jour d'un monde politique largement corrompu, à droite comme à gauche. Il eût sans doute mieux valu des élections : elles n'auront pas lieu avant 2018. Avec pas moins d'une trentaine de partis représentés au Congrès – ce qui oblige la gauche comme la droite à gouverner avec des alliances pour le moins bancales –, c'est tout le système politique brésilien qui semble à bout de souffle.

Le départ de Mme Rousseff marque la fin de treize années d'un pouvoir exercé par le centre gauche, ce Parti des travailleurs (PT) façonné par le président Luiz Inacio Lula da Silva (2003- 2010). Le Brésil lui doit sans doute beaucoup et, notamment les Brésiliens les plus pauvres. Mais

Mme Rousseff n'a pas pu ou pas su marier une politique sociale-démocrate à un redressement des comptes publics rendu d'autant plus nécessaire que le pays traverse une crise économique profonde du fait de l'effondrement des cours des matières premières.

Car au malaise politique s'ajoute une forte crise économique. Le pays traverse la pire récession depuis un siècle : l'investissement est au point mort, la consommation

stagne. La confiance des investisseurs et des consommateurs paraît durablement entamée, l'ensemble sur fond d'infrastructures souvent défailtantes.

Membre du centre-droit, ancien allié de Dilma Rousseff, chef d'une formation, le Parti du mouvement démocratique brésilien, elle aussi touchée par les affaires de corruption, le vice-président, Michel Temer, 75 ans, assume la présidence jusqu'en 2018. Sa tâche est lourde. Il lui revient de laisser la justice suivre son cours, de rétablir la confiance des agents économiques et de redresser les comptes sans ajouter à la récession.

Il gouvernera avec une majorité où droite et gauche sont représentées et avec une équipe de technocrates. Reste à voir s'il aura le talent requis pour recréer ce dont le Brésil a le plus besoin : la confiance dans ses dirigeants.

LMO5

LA TRISTE IRONIE DE LA CHUTE DE DILMA ROUSSEFF

Première femme présidente du Brésil, Dilma Rousseff vit ses derniers jours au sommet de l'Etat. L'issue de son procès en destitution, ouvert jeudi 25 août au Sénat, ne fait guère de doute. A moins d'un coup de théâtre, la dauphine du bien-aimé président Lula (2003-2010), suspendue de ses fonctions en mai, sera définitivement chassée du pouvoir le 30 ou le 31 août.

Dilma Rousseff a commis des erreurs politiques, économiques et tactiques. Mais son éviction, motivée par des acrobaties comptables auxquelles elle s'est livrée comme bien d'autres présidents, ne passera pas à la postérité comme un épisode glorieux de la jeune démocratie brésilienne.

Pour décrire le processus en cours, ses partisans évoquent un « crime parfait ». L'*impeachment*, prévu dans la Constitution brésilienne, a tous les atouts de la légitimité. Personne, de fait, n'est venu déloger Dilma Rousseff, réélue en 2014, par la force des baïonnettes. L'ancienne guerrillera a elle-même usé de tous les recours légaux pour se défendre, en vain. Impopulaire et malhabile, Dilma Rousseff s'estime victime d'un « coup d'Etat » fomenté par ses adversaires, par les médias, et en particulier par la télévision Globo, aux ordres d'une élite économique soucieuse de préserver ses intérêts prétendument menacés par la soif d'égalitarisme de son parti, le Parti des travailleurs (PT).

Cette guerre au sommet s'est déroulée sur fond de révolte sociale. Après les « années bonheur » de prospérité économique, d'avancées sociales et de recul de la pauvreté sous les deux mandats de Lula, est venu, dès 2013, le temps des revendications citoyennes. L'accès à la consommation, l'organisation de la Coupe du monde puis des Jeux olympiques n'étaient plus de nature à combler le « peuple ». Il

voulait davantage que « du pain et des jeux » : des écoles, des hôpitaux, une police fiable.

Le scandale de corruption à grande échelle lié au groupe pétrolier Petrobras a achevé de scandaliser un pays malmené par une crise économique sans précédent. En plein désarroi, une partie des Brésiliens ont fait du juge Sergio Moro, chargé de l'opération « Lava Jato » (« lavage express »), leur héros, et de la présidente leur bête noire.

L'ironie veut que si la corruption a fait descendre des millions de Brésiliens dans les rues ces derniers mois, ce n'est pas à cause d'elle que tombera Dilma Rousseff. Pire : les artisans de sa chute ne sont pas eux-mêmes des enfants de chœur. L'homme qui a lancé la procédure de destitution, Eduardo Cunha, ancien président de la Chambre des députés, est accusé de corruption et de blanchiment d'argent. La présidente du Brésil est jugée par un Sénat dont un tiers des élus font, selon le site Congresso em Foco, l'objet de poursuites criminelles. Elle sera remplacée par son vice-président, Michel Temer, pourtant censé être inéligible pendant huit ans pour avoir dépassé la limite autorisée de frais de campagne.

Le bras droit de M. Temer, Romero Juca, ancien ministre de la planification du gouvernement intérimaire, a été confondu en mai par une écoute téléphonique datée du mois de mars dans laquelle il réclamait explicitement un « changement de gouvernement » pour barrer la route de l'opération judiciaire « Lava Jato ». S'il n'y a pas coup d'Etat, il y a au moins tromperie. Et les vraies victimes de cette tragi-comédie politique sont, malheureusement, les Brésiliens.

PUB1

PARA NÃO DIZER QUE NÃO SE FALOU DE CUNHA

Há uma canção composta por Geraldo Vandré, que se tornou bandeira do movimento de contestação à ditadura militar no Brasil no final dos anos 1960, cujo refrão diz: “Vem, vamos embora/ que esperar não é saber/ quem sabe faz a hora/ não espera acontecer.” O seu nome era, e é, eufemisticamente, Pra não dizer que não falei das flores. Ora refrão e título da canção parecem adaptar-se sem esforço à actual situação política brasileira. Com o processo de impugnação da Presidente Dilma em marcha, os investigadores da operação Lava- Jato bateram agora à porta da principal figura de bloqueio ao Governo de Dilma, Eduardo Cunha, o presidente da Câmara dos Deputados, do PMDB. A polícia foi ao seu escritório e residências, com um mandado de busca e apreensão, e o conselho de ética moveu-lhe um processo por quebra de decoro parlamentar. Isto para não dizer que não se falou de Cunha, quando tanto se fala de Dilma.

PUB2

LULA ASSUME A FARSA

Milhares de brasileiros pedem “um outro Brasil” nas ruas, mas o Brasil que vêem perante os seus olhos não cessa de os surpreender. A eles e a nós. O que parecia uma brincadeira de mau gosto, tornou-se uma hipótese real: Lula da Silva, o ex-Presidente que já foi um herói internacional, estará prestes a regressar ao Governo brasileiro, agora como ministro, de modo a obter o escudo de (alguma) imunidade na justiça. Não basta dizer que é um gesto que demonstra medo e sugere que Lula tem coisas a esconder. Aceitar esta imunidade a troco de um lugar inventado apenas para o proteger é perder o que lhe resta de dignidade, é apagar tudo o que fez e é não saber morrer de pé. Não deixa de ser desconcertantemente teatral: descreditado, o velho herói sobe ao palco e é apupado. Perante as críticas, pega na máscara da mentira e coloca-a sobre a cara. Sem falsidade, veste a mentira à frente de todos.

PUB3

NO BRASIL, SEM LIMITES PARA A DESVERGONHA

Uns clamam “corruptos”, outros gritam “golpistas”. Mas ninguém age de forma inatacável no indecoroso circo que se apossou da vida política e institucional brasileira. Da Presidente aos juizes, tudo parece contaminado por um desnorte geral. A nomeação de Lula como ministro, nomeação essa que um juiz suspendeu, não pode ter outra justificação que não seja protegê-lo do juiz que ele não quer enfrentar ou de uma eventual ordem de prisão. Ninguém acredita que Dilma se tenha lembrado que lhe faltava um ministro no governo e que Lula era precisamente o indicado. Se ela acusa de golpistas os que querem derrubá-la, as armas que usa são idênticas. Esta nomeação era, sem qualquer máscara, um golpe. E na trincheira adversa, quem encontramos? Um juiz que, apoiante de Aécio Neves (adversário de Dilma nas eleições presidenciais), publica no seu Facebook mensagens a dizer “ajude a derrubar Dilma”; um outro juiz que divulga escutas telefónicas (entre Dilma e Lula) feitas duas horas depois de ele as ter mandado cancelar; e, por fim, um presidente da Câmara de Deputados que quer acelerar a impugnação de Dilma mas é ele mesmo arguido na Operação Lava-Jato. Haverá solução para isto? Uma solução que não passe pela desvergonha colectiva que, a pretexto da defesa das respectivas trincheiras políticas, está a dar do Brasil uma imagem inclassificável? Neste momento, sem tino nem nexos, todos parecem competir para ultrapassar o adversário (às vezes até o parceiro) em velhacarias. A radicalização dos respectivos apoiantes, nas ruas, é uma manobra perigosa que pode descambar em violência e numa espiral incontrolável de rancores. O Brasil que hoje se divide é o mesmo que se dividiu nas presidenciais, onde Dilma ganhou a Aécio. Mas esse Brasil, que agia com bom senso, vê-se agora toldado por mentiras cruzadas de gente pouco recomendável. Vai ser preciso sangue-frio para evitar o precipício.

PUB4

LULA JÁ NÃO É MINISTRO OUTRA VEZ?

A pergunta tem sentido dada a velocidade vertiginosa a que as coisas se têm passado no Brasil. Além das manifestações contra ou a favor da manutenção do PT no poder, a fórmula mais linear de traduzir a profunda divisão existente no país, cruzam-se na sociedade brasileira os sintomas de uma doença grave cuja cura não tem remédio à vista. Há um sistema político que precisa de ser drasticamente alterado, sobretudo a legislação sobre os partidos, mas não é credível que os próprios estejam disponíveis para introduzir regras que limitem a sua esfera de acção. E no entanto a excessiva permissividade quanto à formação de partidos e a falta de exigência sobre a representatividade necessária para o respectivo acesso ao Parlamento, facilitam uma pulverização partidária onde assenta muita troca de favores, muita compra de votos, muito alimento para clientelas cuja existência se limita a parasitar à volta do poder para sugar recursos públicos. Com um sistema político incapaz de gerar maiorias com uma base doutrinária coerente, muita da história mais recente da construção dos governos no Brasil é feita de episódios caricatos à volta de negociações, que acabam por compactuar com a avidez destas clientelas. Como sair disto? Ninguém sabe.

Outra situação preocupante exposta pela crise actual tem a ver com o conflito entre o Executivo e o Judicial, que juntamente com o Legislativo são os pilares sobre os quais assentam as democracias modernas. Quando um juiz expõe publicamente escutas telefónicas em que um dos interlocutores é a própria Presidente da República e quando esta, em resposta, sugere a prisão desse juiz é o sinal de que já não há limites de parte a parte. Como sair disto? Ninguém sabe.

E que dizer do facto de as principais figuras políticas do país estarem sob investigação judicial, desde Lula e Dilma, até Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados (Parlamento), além de ministros, deputados, etc.? Só para se ter uma ideia, um em cada três deputados que integra a comissão que analisa o *impeachment* de Dilma estão indiciados pela justiça, muitos deles por corrupção. É avassalador. Como se sai disto? Ninguém sabe. Mas se se juntar a este caldo de cultura uma crise económica que tem transformado em frustrações os sonhos de progresso imaginados por milhões de brasileiros, então tudo é muito mais inquietante.

PUB5

DILMA E O PT, UM CERCO QUE SE APERTA

Terá sido das reuniões mais curtas de sempre no Brasil: nuns singelos quatro minutos, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) decidiu abandonar a coligação no poder e passar para o lado da oposição que tem vindo a bater-se pela impugnação de Dilma Rousseff como Presidente. Isto não significa a saída automática dos ministros do PMDB do governo, até porque Michel Temer ocupará automaticamente a Presidência caso Dilma caia. Mas, para a Presidente, é mais um rude golpe. O PT tem apenas 58 deputados e Dilma precisa de 171 votos para rechaçar o *impeachment*. Com a previsível (e agora confirmada) passagem do PMDB, de centro-direita, para o lado dos adversários de Dilma, e com a perspectiva de alguns pequenos partidos poderem seguir-lhe os passos, a situação complica-se ainda mais. Nada garante que os 69 deputados do PMDB votem pelo *impeachment*, mas dificilmente o PT romperá o cerco que se aperta à sua volta.

PUB6

BRASIL, UM MURO DE RESSENTIMENTOS

Não há violência na imagem, mas não deixa de ser chocante. Em Brasília, com as torres do Palácio do Planalto ao fundo, operários erguem um muro alto que irá dividir os manifestantes pró e contra Dilma (e o PT), no dia em que for a votos a impugnação da Presidente no Congresso. O que pode acontecer já no próximo domingo, 17 de Abril, ou na terça-feira seguinte, dia 19. O que o muro não deixa ver, mas sugere, é a divisão real de um país perante um processo onde ninguém está isento de culpas e onde a clareza e o discernimento necessários às grandes decisões políticas estão, há muito, ausentes. A tal ponto que, numa sondagem recente do Instituto Datafolha, seis em cada dez brasileiros não querem Dilma nem Temer (o líder do PMDB, que poderá ficar no lugar de Dilma caso ela seja afastada do cargo), defendendo a impugnação dos dois. A votação será um enfrentamento quase irracional de dois Brasis. Com um muro de ressentimentos ao meio.

PUB7

OS BLOQUEIOS DO BRASIL

Por estes dias, o Brasil surge aos olhos do mundo dividido, desnorteado e com os três poderes-base das sociedades democráticas praticamente bloqueados. O poder legislativo está ferido pela suspeita de corrupção que recai sobre um número considerável de deputados que se encontram sob investigação; o judicial perdeu respeito e independência ao cometer ilegalidades, como fez o juiz Moro, ao divulgar escutas telefónicas não autorizadas, ou o juiz Catta Preta, ao vir para a rua manifestar-se a favor da destituição de Dilma Rousseff, apesar de ser directamente responsável por decisões judiciais relacionadas com a acção da Presidente; e, finalmente, o poder executivo cujo descrédito atingiu o ponto de não retorno no

momento em que Dilma anunciou a nomeação do seu antecessor, Lula da Silva, para ministro da Casa Civil.

Como é sabido, isto aconteceu no auge do cerco da Justiça ao ex-Presidente e a decisão de Dilma foi entendida como uma forma de subtrair Lula da alçada do juiz responsável pela operação Lava-Jato – o que efectivamente aconteceu, visto que, ao entrar para o Governo, Lula passou a ter foro privilegiado, o que significa só poder ser julgado pelo Supremo Tribunal.

Perante um cenário em que, na realidade, está tudo em causa nas várias instâncias do edifício constitucional brasileiro, não se vê como vai o país aceitar uma decisão sobre a destituição da Presidente, seja ela a favor ou contra. Fracturada como está, uma parte da sociedade brasileira não vai sentir-se representada no sentido de voto da Câmara de Deputados e tenderá sempre a contestá-lo – o que pode afectar a paz social e a consequente capacidade de as instituições encontrarem soluções justas para os enormes problemas que afectam o Brasil.

A quebra de confiança nas instituições e nos protagonistas políticos está a potenciar uma crise de legitimidade que está no centro deste bloqueio político e que ameaça transformar-se em perigoso bloqueio social. Ora, quando isto acontece, não há nada como ir directamente ao voto popular, fonte primordial de legitimidade, colher o suplemento de autoridade política em falta. Mas não é fácil convocar eleições presidenciais no Brasil. Aliás, o sistema político do país é um anacronismo intrincado de legislação capaz de surpreender os mais experimentados constitucionalistas. Permite, por exemplo, que deputados sob investigação ou mesmo já constituídos arguidos em processos de corrupção, lavagem de dinheiro, tortura ou exploração de mão-de-obra escrava (e mais de 60% dos membros do Congresso estão nesta situação) avaliem a conduta da Presidente, isentando assim o mandato desses deputados de qualquer reserva política ou mesmo ética. A convivência do sistema com este relativismo ético talvez explique as dificuldades de recorrer aos processos de legitimação. E daí que as eleições não sejam o primeiro argumento, quando se trata de desbloquear uma situação política em que os três pilares do Estado democrático estão sob suspeita. Como acontece no Brasil.

PUB8

O BRASIL EM RISCO DE INGOVERNABILIDADE

Enquanto Dilma Rousseff garante que não se demitirá, o seu vice anda já a formar governo. Brasília é o epicentro deste terramoto político temível, que está a abalar os alicerces do governo e do Brasil, precisamente num momento em que este precisava mais de calma: os Jogos Olímpicos estão à porta e têm, a recebê-los, um país sem tino, desgovernado, com facções a disputarem desvairadamente o território de outras, como se dessa luta saísse, finalmente, um sinal de redenção.

Infelizmente, não sairá. Dilma tem os seus pecados, que não são os que lhe apontam, mas nada a salvará agora do vórtice que a afastará da Presidência – muito embora ela garanta, mais para efeitos de propaganda, que não se deixará abater e que vai continuar a lutar, não por ela mas pela democracia. Temer, o seu vice e ex-aliado, parece embriagado na ânsia de lhe ocupar o lugar, e para isso já começou a formar governo, a negociar cargos, a distribuir promessas de pastas. Eduardo Cunha, apesar de enfrentar uma montanha de indícios de corrupção, continua a presidir à Câmara dos Deputados como se fosse o político mais ímpoluto deste mundo; e os brasileiros, perante tudo isto, ainda que divididos por ressentimentos e ódios, alguns novos e outros muito antigos, trocam acusações entre si mas vão, cada vez mais, exigindo que a justiça afaste toda a gente em quem já não confiam: Dilma, Temer ou Cunha. Se o desejo desta massa anónima se cumprisse, abria-se um vácuo na política brasileira. Não há, na linha da frente deste indecoroso circo, nome ou vulto que sobressaia pela positiva e inspire confiança. Por isso, o risco de ingovernabilidade é grande. Mesmo antecipando a queda de Dilma, a oposição não terá vida fácil, nem a formar governo nem, caso aí tenha sucesso, a tentar governar. Mas como a lei não prevê, nem aceita, eleições antecipadas, é a este atoleiro que o Brasil parece condenado. Oxalá se liberte dele.

PUB9

O PIOR DO BRASIL AINDA ESTÁ PARA VIR

Com um pesado um lastro de ressentimentos ainda vivo, deu-se no Palácio do Planalto a mudança anunciada: Dilma viu o seu mandato suspenso por seis meses (durante os quais será julgada) e Michel Temer ocupou o seu lugar. Aparentemente, tudo será provisório: Dilma regressará à cadeira da Presidência se for absolvida. Mas este “provisório” tem já um ar de definitivo. E é um processo político onde o PMDB vai substituir o PT em tudo, revogando-lhe muitas opções políticas (apesar de algumas promessas em contrário) e acentuando um pendor mais liberal na governação. Serão seis meses onde Temer, com um governo exclusivamente masculino (ironia das ironias, depois do afastamento de uma mulher da presidência), com uma teia de alianças que terá de manter no congresso (e na distribuição de pastas ele quis garantir várias) e com o PT como feroz adversário. Se até aqui a luta foi acirrada com o PT no poder e grande parte dos restantes a engrossarem a oposição, agora é como se virássemos a ampulheta ao contrário. E isto sem afastar aquilo que até agora tem feito tremer o Brasil, a instabilidade, nem resolver o principal foco de desconfiança geral, a corrupção. Não há, aqui, um processo “mãos-limpas”, mas tão-só uma reviravolta partidária para garantir um novo rumo e uma outra posse do poder. Se Temer for hábil, e não tiver pela frente muitos obstáculos, poderá capitalizar esperanças sem dono, as que mais há neste momento no Brasil. Mas ele tem pela frente, não apenas as investigações de corrupção ainda por resolver (que não envolvem apenas o PT, como se sabe, mas vários nomes de vários partidos) como os Jogos Olímpicos e uma recessão fortíssima, que reduziu o

crescimento económico brasileiro para 3,8% em 2015, o pior resultado num quarto de século, com a inflação a rondar os 10% e o desemprego os 11%.

Neste cenário, o que virá? Austeridade, certamente. Cortes vários. Mais desencanto das classes mais pobres e nenhuma garantia (pelo menos para já) de maior investimento. Além disso, os sinais vindos da equipa de Temer estão longe de tranquilizar. Se nas Finanças está Henrique Meirelles, um homem com boa reputação junto dos mercados que já foi presidente do Banco Central do Brasil entre 2003 e 2011, na Justiça e Cidadania está Alexandre de Moraes, que foi advogado de Eduardo Cunha (o presidente da Câmara de Deputados que pôs em marcha o processo contra Dilma e foi afastado por suspeitas de corrupção) e acusou as manifestações pró-Dilma de “criminosas” e “actos de guerrilha”.

A par disto, continua pendente para eventual aprovação no Congresso um projecto de lei, apresentado pela deputada Soraya Santos (do partido do agora Presidente, o PMDB), que prevê penas até seis anos de prisão para “crimes contra a honra [que] sejam praticados mediante o uso de ferramentas de internet”, o que é uma espécie de prevenção para impor o silêncio aos adversários do novo governo. O acesso aos dados poderá, neste caso, ser feito por “autoridade competente” (inclusive o Governo), sem necessidade de ordem judicial. A ser aprovada tal coisa, o Brasil estará mesmo num caminho perigoso.

PUB10

BRASIL: SÓ A CORRUPÇÃO NÃO É INTERINA

Michel Temer queria chegar à abertura dos Jogos Olímpicos "entronizado" como Presidente do Brasil. Em vez disso, deverá continuar interino no cargo, arriscando-se a ser visto com desconfiança pelos líderes mundiais e a assistir impotente ao desmoronar do governo que edificou sobre mais do que duvidosos alicerces. Um mês passado sobre a destituição de Dilma Rousseff, agora a contas com um inquérito que poderá determinar o seu afastamento definitivo (o que só será decidido em meados de Agosto, já depois da abertura dos Jogos), as "espingardas" da justiça voltam-se para o PMDB: o procurador Rodrigo Janot pediu nada menos do que a detenção do ex- presidente José Sarney, do ex-ministro Romero Jucá (demitiu-se do recente governo de Temer depois se serem reveladas conversas telefónicas em que participou), do actual líder do Senado, Renan Calheiros, e do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (foi afastado há um mês e a Comissão de Ética analisa agora a sua destituição definitiva). Sejam ou não defensáveis os fundamentos de tal pedido (um juiz está a analisá-los), o mais relevante é verificar que as suspeitas de corrupção não poupam quase ninguém. Depois do processo que afastou Dilma e colocou Lula sob suspeita, revelando os podres da máquina do PT, agora são figuras gradas do PMDB a ter de enfrentar o dedo acusador da justiça. Para o Brasil, é um processo demasiado penoso (e perigoso), mas evitá-lo

seria pior. Como muitos brasileiros publicamente admitem, este processo tem sido uma escola democrática importante. Ela há-de tornar mais clara a visão de milhões face ao poder, aos seus desmandos e limites, mas só se não se deixarem taldar pelas falsidades do populismo, a que muitos recorrem para mostrar uma honestidade que não têm. Que a justiça seja, porém, tão rápida quanto imparcial. Para que sejam punidos os verdadeiros criminosos e o Brasil possa, em paz, recuperar e seguir adiante

PUB11

O BRASIL DEPOIS DOS JOGOS

Talvez nunca tenha havido uns Jogos Olímpicos envolvidos em tanta polémica, em que o país hospedeiro estivesse a viver uma crise social e política tão grave e em que as expectativas sobre a forma como a organização vai assegurar o bom funcionamento de um evento desta magnitude fossem tão baixas. Mas, no fim, talvez acabe por dar tudo certo, porque, como diz Luiz António Simas no texto de Kathleen Gomes, o brasileiro "é meio bipolar" na sua incapacidade de moderar emoções: "ou ele acha que nós somos os maiores que ninguém segura, ou então a gente se sente a mosca que fica no cocó do cavalo do bandido". Então, quem sabe se quando a festa começar todas as desgraças não serão esquecidas e o rufar dos tambores do samba acabe por deixar para trás o Zika e a dengue, a poluição impensável da baía de Guanabara, os desalojados da favela expulsos pelos bulldozers, os hospitais sem condições, a falta de transportes... um rol feito da realidade de um quotidiano em que não faltam razões para a revolta e que (também) explica a violência das ruas.

Mas talvez nunca como agora a consciência colectiva dos brasileiros esteja ciente de que a festa é apenas uma ilusão, uma cortina de fumo que não vai apagar a dimensão dos problemas com que eles estão confrontados e que só eles podem resolver. O maior de todos é, sem dúvida, a crise política, que é sistémica porque toca os três poderes — legislativo, executivo e judicial —, e à qual se junta o peso insustentável de uma corrupção que condiciona toda a sociedade, promovendo as desigualdades, a discriminação e o atraso social.

A face visível desta crise é o controverso processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e a sua substituição por Michel Temer, um político sob investigação sentenciado à condição de inelegível por oito anos pelas autoridades judiciais. Talvez por isso o poder instituído nem queira ouvir falar de novas eleições, único método de legitimação política e, conseqüentemente, a fórmula sem a qual não é possível despoluir o ambiente. Só para começar.

PUB12

O BRASIL DE RAFAELA E O BRASIL DE DILMA

A modalidade que deu a primeira distinção olímpica a Portugal (onde Telma Monteiro conquistou a medalha de bronze), foi a mesma que deu a primeira medalha de ouro ao Brasil: o judo. Mas a campeã brasileira que a ganhou tem a marca de um Brasil empurrado para as margens: Rafaela Silva era uma das crianças da favela Cidade de Deus, que Fernando Meirelles imortalizou no filme homónimo. Enfrentou pobreza e racismo para enfrentar os adversários na modalidade onde singrou. Aqui, a favela não olha de longe o estádio, sublinhando a distância entre ambos, como nas fotografias divulgadas pelas agências no dia da cerimónia de inauguração. Aqui é a própria favela que triunfa no estádio, mostrando que é possível quebrar essa barreira quando se luta por isso. Rafaela, ao receber a medalha, deixou essa mensagem: "Mostrei aqui que uma pessoa saída da favela pode tornar-se campeã. A lição que fica para as crianças é que, se têm um sonho, batalhem. Assim, podem alcançá-lo."

À margem desta vitória, há quem prepare uma derrota: a de Dilma Rousseff, fora dos holofotes dos Jogos Olímpicos. O processo de destituição da Presidente entrou na fase final, com o Senado em vias de transformá-la em arguida "pronunciada". O relatório do senador do PMDB que recomenda a destituição de Dilma, pelo chamado crime de responsabilidade na gestão das contas públicas, foi aprovado na comissão e tudo indica que o Senado o sancione. Este jogo, que de olímpico nada tem, pode acabar com uma destituição ditada por motivos sem fundamento razoável. Para o PMDB, que já se apossou do poder, isso será o menos. Para o PT, mesmo que insista da tese do golpe (que, se nada houver de concreto contra Dilma, ganhará maior sustentação), o caminho é também irreversível: Dilma não teria condições para regressar ao cargo, como se nada tivesse sucedido. Se há alguma batalha a ganhar aqui, ela estará nas mãos do povo. Devia haver eleições.

PUB13

O BRASIL NA HORA INCERTA DO PÓS-DILMA

O Brasil entra nesta quinta-feira na última etapa de um processo político de consequências imprevisíveis. Só por um milagre Dilma Rousseff conseguirá escapar a uma sentença de destituição (*impeachment*) no Senado do Brasil, sentença que transformará em pó o mandato que 54 milhões de brasileiros lhe conferiram nas eleições de Outubro de 2014. Num jogo de sombras entre democracia formal e democracia real, o Brasil põe em risco o exemplar caminho democrático e constitucional criado depois da queda da ditadura militar e abre a porta a uma permanente incerteza sobre a natureza do seu sistema presidencial. Ao destituir uma presidente usando como pretexto um "crime" fiscal que, na prática, todos os antecessores usaram, a Câmara de Deputados e o Senado do Brasil arrogam-se o direito de torpedear os resultados das eleições e de instituir uma eleição indirecta

que, mesmo estando formalmente conforme aos preceitos constitucionais, não deixa de revelar um jogo político de duvidosa moralidade e de nula inspiração democrática.

Restam poucas dúvidas de que, depois de 12 anos no poder, o PT de Lula tinha esgotado o seu projecto político. O Brasil que o PT ajudou a criar é um Brasil mais justo, mais moderno e mais habitável. Mas a arrogância dos seus dirigentes impediu o país de se reformar, de criar condições para que a equidade dependesse mais da sociedade e da economia e menos da generosidade pública. E, principalmente, estimulou uma cultura de inimizabilidade que deu origem ao Mensalão e ao inominável escândalo do Lava-Jato. Em 2014, teria sido bom para o Brasil se este projecto esgotado pelo desgaste e pela fragilidade da economia mundial fosse travado nas urnas. Mas não foi. Entre as opções em aberto, os brasileiros mantiveram a aposta na dupla Dilma-Temer.

Incapazes de assumir a derrota eleitoral, aliados e opositores de Dilma e do PT reuniram-se entretanto numa ampla coligação para subverter no Parlamento a escolha popular. Precisavam de um pretexto, e como Dilma se mantinha fora das suspeições do Lava-Jato, descobriram uma oportunidade nas “pedaladas fiscais”, ou seja, em medidas orçamentais aplicadas sem decisão do Congresso e escondidas da opinião pública e da fiscalização do Parlamento. Uma decisão politicamente grave, sem dúvida, mas ainda assim sem proporcionalidade para justificar uma destituição. Num sistema político mais maduro e, principalmente, mais coerente e organizado, este cenário seria improvável. Mas, no Brasil, onde a fidelidade aos partidos ou o apoio aos governos é apenas instrumental, tudo é possível.

Ainda que formalmente legítima, a destituição de Dilma poderá deixar marcas para o futuro. O PT, um partido-símbolo da esquerda contemporânea, vai ter de se reinventar. A fragmentação e personalização dos mandatos políticos, em que as ideias, os valores e os programas são voláteis, encontram neste processo o esplendor da sua força e ameaçam subverter a lógica do presidencialismo brasileiro. E a corrupção que arrasou o PT pode ter a mesma consequência no PMDB, o partido de Temer, que aliás está já no centro do furacão. Aconteça o que acontecer, o Brasil vira por estes dias uma página da sua História recente. Seria bom que os progressos políticos, sociais e económicos da última geração não se extinguissem na voragem da mudança.

PUB14

TRAGICOMÉDIA DE UMA DESTITUIÇÃO ANUNCIADA

Quando Eduardo Cunha foi derrotado na comissão de ética brasileira, em Junho passado, sendo por isso afastado em definitivo do cargo de presidente da Câmara de Deputados, a justiça marcou pontos. Um figurão do PMDB, até aí

escandalosamente intocável, apesar de ser alvo de múltiplos processos de investigação por suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro, era arredado no processo anti-Dilma onde furiosamente se empenhou. Mas nem esse afastamento iludiu o essencial: o PT, que se colocara na mira de justiça por má governação, entorses e violações à lei e envolvimento em escândalos de corrupção, tinha os dias contados no governo. E, sendo Dilma o seu maior símbolo (depois de Lula, que desde o início a apadrinhou na ascensão política), ele teria forçosamente de cair. O processo de impugnação que começou a germinar nos bastidores e depois nas ruas, com largos milhares (num só dia, foram dois milhões) a pedir justiça e o afastamento da Presidente, só poderão desembocar na sua destituição. Isto apesar de Dilma, no Senado e em sua defesa, ter agora argumentado que tudo isto se trata de um golpe e que nenhuma das acusações que lhe fazem (a célebre contabilidade criativa ou as manipulações do orçamento do Estado) é suficientemente grave para justificar o seu afastamento do cargo. Dilma pediu justiça, mas a justiça que lhe farão será sobretudo política. Ex-aliados e detractores do PT querem aproveitar o momento para forçar uma viragem na política brasileira. E vão fazê-lo recorrendo à lei e não à margem desta, pelo que de nada vale repetir que se trata de um “golpe”. É uma estranha ironia que Dilma, condenada e presa pela ditadura, seja agora “condenada” na democracia. Mas é o preço a pagar pelos muitos erros do PT, que, para sair com decência desta tragicomédia, devia aproveitar para os corrigir e seguir em frente. O Brasil já não se compadece com mais dilações. Nem a esperança dos brasileiros com mais mentiras, venham elas de onde vierem.

PUB15

NÃO É O FIM, É APENAS MAIS UM RECOMEÇO

Com muitas citações de artigos da lei e muitas “excelências”, consumou-se no Senado brasileiro aquilo que há muito era óbvio: a destituição de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil. Por um total de 61 votos contra 20, Dilma foi considerada culpada de “crime de responsabilidade” em acções lesivas do país, durante o exercício do cargo. Nada mais. Na verdade, já nem era isso que estava em causa agora, mas sim a legalização de um processo que colocara Michel Temer como presidente interino para o tornar efectivo.

O PMDB, alicerçado nos inúmeros erros do PT na governação e a coberto da perda de apoio de Dilma entre grande parte das classes decisórias (muito menos que nas classes populares), formou governo e não tinha a mínima intenção de abrir mão dele. As culpas de Dilma foram apenas o pretexto: arredá-la a ela, era (e foi) o mesmo que arredar o PT. “Fim do PT, fim da corrupção”, disse o senador Ronaldo Caiado, num momento em que os ânimos ainda ferviam.

Mas é ilusório acreditar nisto. Porque há muitas mãos sujas aqui, e a corrupção não é, infelizmente para o Brasil, coutada de um só partido, é pasto e arma de muitos,

incluindo o PMDB. Talvez por isso tenha sido votada em separado a manutenção de direitos políticos de Dilma.

Afastada da Presidência, ela não foi inabilitada para o exercício de função pública por oito anos, como se previa. E isso, se fizer jurisprudência, pode ajudar um figurão como o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que no dia 12 de Setembro será também julgado no Senado. Perderá ele o mandato mas conservará os direitos políticos, apesar de sobre ele recaírem suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro? Se assim for, “ganham” todos: Dilma é afastada, mas pode gritar “golpe” e clamar inocência perante a história; Eduardo Cunha sairá perfidamente ileso, mesmo que o afastem; e Temer, empossado Presidente, já tem o que ambicionava. E o Brasil, quando terá o que merece e quer?

GUA1

NO MORE HEROES ANY MORE

Each passing day seems to bring Luiz Inácio Lula da Silva, arguably Brazil's most formidable political figure, closer and closer to the status of a fallen icon. Lula's personal journey from being a poor farmer's son, a dock worker and a trade unionist, to becoming the president of Latin America's largest country (a position he held from 2003 to 2010), and now a figure battered in the context of an unprecedented, nationwide corruption scandal centred on the oil giant Petrobras, ranks as a resounding saga. The passions that surround it are no less profound. On Wednesday, street protests broke out in 30 cities across Brazil, with protesters calling for Lula's imprisonment and for the *impeachment* of his protege, current president Dilma Rousseff.

How Lula will fare in the coming days will say a lot about how Brazil can come to terms with a legacy of murky dealings across the political spectrum, and how it can overcome its current worrying turmoil. This is a historic moment for a whole nation – but Lula's fate will likely play a decisive role.

That his image has been tarnished can hardly be disputed. From being an almost mythical figure of the left for having pulled tens of millions out of poverty, Lula has now become a highly polarising figure. It's true he can still claim a degree of popular support, especially with the activists of his Workers' party, but beyond those groups, he stands accused of having profited illicitly from the privileges of high office. He is seen by many as ready to play tricks rather than be held accountable for his past activities – a man complicit with, rather than opposing, the establishment that he once made a staple of challenging.

This perception brought crowds on to the streets on Wednesday, after the police had released a tape showing that Lula and Rousseff had apparently conspired to ward off

an anti-corruption investigation targeting the former president. Last week, prosecutors had filed charges against Lula, accusing him of money laundering and fraud – which he has denied. The presidency also denied any wrongdoing, yet the recording was widely interpreted as revealing why Rousseff had, just hours earlier, sought to bring in Lula as her chief of staff: to offer him a form of judicial impunity. Thursday brought another twist, when a judge blocked Lula's appointment, underscoring the suspicion that his return to government was a ploy aimed at shielding him from prosecution.

Brazil's strife cannot be solely ascribed to Lula's travails. The crisis has many dimensions, not least because of the very scale of the Petrobras corruption scandal, which has shaken the political scene across partisan lines. Politicians of the left, the right and the centre have all been caught up in it. A nation once seen as a poster child of the emerging global south, to be celebrated as the host of this summer's Olympic Games, now appears on the verge of breakdown. Its head of state is threatened with *impeachment*, its government barely struggles on, its economy has fallen into recession, street unrest is growing (an estimated 3 million people demonstrated last Sunday), and a no-holds-barred judiciary appears entrenched in the political battle.

It's true that questions can be raised about the choices made by Sérgio Moro, the federal judge investigating Lula, just as there can be qualms about how and why the police released an ambiguous, explosive tape. Nor is there much doubt that parts of the right see an opportunity for political gain if Lula and his successor end up cornered by various investigations. Much of the outcome may be decided by the street protesters, as much as by judges. By bringing in Lula, Rousseff seems to have played a last card to save her presidency. But that card also carries risks. On Brazil's social media, one trending comment recalled how Lula once said: "In Brazil, when a poor man steals, he goes to jail, but when a rich man steals, he becomes a minister."

GUA2

A TRAGEDY AND A SCANDAL

Ever since Stefan Zweig, writing in 1941, dubbed it "the land of the future", Brazil has been reproached for failing to live up to the promise that its size, its resources and its insulation from the wars and troubles afflicting other parts of the world seemed to hold out. There have been moments when that promise seemed on the verge of becoming a reality, but such hopes have again been repeatedly dashed. The most recent came with the accession to power of President Luiz Inácio Lula da Silva in 2003. Lula and his Workers party, or PT, brought new ideas, new energy and a new style into a Brazilian politics disfigured by corruption, patronage, and persistent procrastination in the face of the pressing issues before the nation.

The PT was a real party, with a mass base across the country, a coherent ideology, an apparently strong moral sense – characteristics that other political formations largely lacked. Lula's social policies brought him and the PT immense popularity, re-election for a second term, and helped his successor, Dilma Rousseff, to convincing victories in 2010 and 2014. Since then the story has grown darker and darker until it reached a dismal low point on Sunday when the lower house of Congress voted to impeach her. And it could get worse, because the *impeachment*, far from helping to resolve Brazil's political and social polarisation, has already exacerbated both.

The steel wall erected along the length of the Esplanada, the parkland strip in the centre of Brasilia, to prevent anti-Dilma and pro-Dilma supporters from physically clashing during the *impeachment* vote was symbolic of how far such polarisation has already gone. The historian José Murilo de Carvalho said recently that radicalisation and intolerance in the country have reached a very dangerous point.

How did things go so wrong? The answer is variously to be found in global economic change, the personality of the president, the PT's embrace of a corrupt system of party finance, the scandal that exploded as that system was exposed, and the dysfunctional relationship of the Brazilian executive and legislature. The economy went into decline as prices for the commodities that are Brazil's main exports fell sharply. Growth slowed, then halted, then reversed; employment faltered; prices rose and the social provisions that Lula had introduced became harder to finance. The PT itself, once the country's least corrupt party, chose to solve its financial problems by dipping into a trough of money diverted from Petrobras, the national oil company. Its coalition allies, and other parties, joined in.

Finally, Brazil's constitution, which pairs a popularly elected president with an open-list PR vote for members of Congress, is a recipe for conflict at the best of times. A theoretically powerful leader is as a result confronted with an array of parties that he or she must woo with jobs, ministries and policy commitments if a coalition supporting the president is to be put together in Congress. The result can be an executive that has lost half its room for manoeuvre before it has even begun to attempt to rule. Lula was a master at managing these contradictions. President Rousseff, ineffective and inconsistent, lacked his skills.

When the public prosecutor and the federal police began investigating the Petrobras affair, and the federal judge Sergio Moro then took it up, did they foresee the damage these revelations would cause? Probably not: the intention seems to have been to purify Brazilian politics, taking as precedent the Italian "clean hands" investigation of the 1990s.

But the paradoxical outcome is the opposite. The president herself has not been implicated in the Petrobras scandal. The grounds for her *impeachment* are that she manipulated state funds ahead of the last election – not much more than a

misdemeanour by Brazilian standards. But almost all those involved in impeaching her are suspected of corruption, including Eduardo Cunha, the speaker of the lower house.

Now many fear the anti-corruption campaign will fade away, apart from a final concentration of fire on Lula. Michel Temer, the vice-president will face the same problems that defeated Dilma Rousseff, and his chances of dealing with them effectively must be rated as low. A discredited opposition will be taking over from a discredited PT. It is hard to imagine a more gloomy landscape for Brazil.

GUA3

THE POLITICAL SYSTEM SHOULD BE ON TRIAL, NOT ONE WOMAN

Brazil has got itself into a terrible mess and it is difficult to see how it will get out of it. The senate's vote this week, following that of the lower house last month, means President Dilma Rousseff is suspended from office and will go on trial on charges of manipulating the country's finances to gain electoral advantage. That the story of the country's first female president, known for her part in the resistance to the military dictatorship which ruled the country until 1985, for her steadfastness under torture in those days, and for her long association with Luiz Inácio Lula da Silva, Brazil's most popular leader in modern times and her predecessor as president, should have reached this point is a personal tragedy for her.

Her own faults, which even her defenders concede are substantial, contributed to her downfall. But what is clear is that it is not only her career that has crashed, but the Brazilian democratic system as a whole. Dysfunctional to the point where corruption is virtually unavoidable and good governance constantly impeded, it worked, just about, in the skilled hands of Lula during a period of lively economic growth. Lula could finesse its inadequacies and manage the complex coalitions to which it gave rise. However, he resorted to corruption to do so.

Dilma inherited this unhappy legacy and began to lose control during a period of economic decline, as corruption, thanks to independent police and prosecutors, was becoming a scandal of increasing proportions. Male prejudice against a female leader, and the grudges of a political right never wholly reconciled to the rise of Lula's and Dilma's Workers' party (PT) certainly played their part. The final toxic element in the crisis was the realisation by many politicians that prosecutors could soon catch more and more of them in its net, and that a way to avoid or minimise this possibility would be to distract attention and take control of the political process by pursuing the *impeachment* of the head of state.

The rights and wrongs of the case against the president will be debated in the senate, acting as a court. It involves, at this stage, no charges of corruption, while a

considerable number of those who voted for *impeachment* have either been charged or are facing investigation for that offence. The irony is plain to see, when so many of the accusers are themselves accused, and of worse sins.

For example, Eduardo Cunha, the speaker of the lower house, who orchestrated the campaign to impeach the president, was earlier this month ordered to step down because he faces a corruption trial.

Who should be on trial and who should not is an important question. But what should be on trial, above all else, is the failed Brazilian political model. The Brazilian constitution detaches executive power from the legislature but also, through the way it counts votes for congress, gives rise to a plethora of political parties. The result is that a president who has received a majority of the popular vote faces a legislature in which his or her party is lucky if it has 20% of the seats.

To rule, the president must do deals that hamper policymaking and hand thousands of government jobs to the often incompetent nominees of political parties. To make matters worse, even the big parties cannot raise enough money from legitimate sources for campaigning in a huge country with many levels of government. Brazilian elections are almost as expensive as US ones.

Where it found the cash was always a murky question. But when a bonanza in the shape of kickbacks from contracts with Petrobras, the state oil company, came along, the PT, followed by politicians of almost every stripe, took swift advantage. A new Brazilian administration ought to initiate radical constitutional changes that would make politics both more workable and more honest. But whether the new government that the vice-president, Michel Temer, is assembling will be capable of such a leap is, unfortunately, very doubtful.

GUA4

DILMA ROUSSEFF'S DOWNFALL WON'T CURE ALL HER COUNTRY'S ILLS

The *impeachment* of Dilma Rousseff is not just the story of one woman, who in her youth bravely fought dictatorship, rose to become president and has now been ushered from power amid an unprecedented country-wide corruption scandal. It is also the story of a nation: South America's largest country, once applauded for its growing influence and its fight against poverty, now struggling with political tensions that have up-ended the 13- year rule of its Workers' party (brought to prominence by Ms Rousseff's charismatic predecessor and mentor, Luiz Inácio Lula da Silva). It is equally a tale of today's shifting global landscape, in which powers that just years ago were celebrated as "emerging" and likely to reshape the world find themselves confronted by difficulties rooted in economic downturns and flawed governance.

Brazil's senate voted 61 to 20 for her removal today. That her ousting had the hallmarks of a personal tragedy is hard to dispute. There were tears and shows of anger, as Ms Rousseff put up an epic fight against what she and her supporters have consistently called a "coup", but her many critics described as the logical outcome of a long, constitutional process aimed at clearing the graft and unaccountability that have too long dominated Brazilian politics. Emotions were high as Ms Rousseff drew parallels with the way she had endured torture under Brazil's military dictatorship. "I won't abandon the principles that have guided me," she said.

"This isn't a coup, it's democracy in evolution," one opposition senator answered back. It is hard to overlook a degree of unfairness in this brutal downfall: Ms Rousseff never stood accused of personally benefiting from corruption (she was on trial for window-dressing state budget figures), unlike dozens of Brazilian officials and politicians – many of whom voted for her removal. That the crisis has come to this cathartic moment says perhaps as much about an "evolving" democracy as about the cynicism of some of its elites, much exposed by the Petrobras and Lavo Jato corruption investigations.

This has been a downwards slide for Brazil. In 2010, when Ms Rousseff was first elected, Brazil was the seventh-largest economy in the world and widely recognised as a power on the rise. It wanted to display its accomplishments as host of the 2014 World Cup and this summer's Olympic Games. Its successes in reducing inequalities made it a model for the global south. But the collapse of commodity prices halted a decade-long export boom – and social tensions, mass street demonstrations (triggered by bus fare rises in 2013) and popular discontent, including among the new middle classes, emerged. That the opposition to her Workers' party capitalised on these frustrations is unsurprising. But to say Brazil's rightwing forces emerged looking "cleaner" than the government when financial dealings and vast political kickback schemes were uncovered would be a stretch of the imagination.

Brazil's crisis in some ways resembles those of other "developing" countries where governance issues and economic setbacks have led to political tensions: witness the difficulties of South Africa's ANC or the anti-corruption campaigns waged by China's autocratic leader. None of this can be a consolation for Ms Rousseff, nor will it erase the mistakes she made as a leader. But to ascribe all of Brazil's ills to one woman, or think they will disappear with one vote, would be both simplistic and disingenuous.

Many of those happy to see her thrown from office are the very people who hope that, as a result, they will be spared the attention of anti-corruption judges. Brazil is now a highly polarised nation and its citizens are deeply divided, but they want a political class that can restore the public confidence needed to address the country's many challenges. Whether the new president Michel Temer – who had led the attacks against Ms Rousseff – can deliver on those expectations is the next daunting question.

NYT1

BRAZIL'S POLITICAL CRISIS DEEPENS

President Dilma Rousseff of Brazil is fighting for political survival as calls for her *impeachment* grow louder amid a widening corruption investigation and a tanking economy.

Astonishingly, however, she appears to have felt she had political capital to spare last week when she appointed her predecessor and political mentor, Luiz Inácio Lula da Silva, to be chief of staff, a move that largely shields him, for now, from prosecution in the corruption scandal involving his ties to giant construction companies.

Ms. Rousseff's explanation was tone deaf and ridiculous. She characterized the appointment as an opportunity to bring back to the government a maverick politician and talented negotiator to help Brazil contend with an assortment of crises, including the spread of the Zika virus.

"If Lula's arrival strengthens my government, and there are people who don't want it strengthened, then what can I do?" Ms. Rousseff said.

Ms. Rousseff has now created yet another crisis, one of confidence in her own judgment. Mr. da Silva, who led Brazil from 2003 to 2010, has been dealing with charges of illicit self-enrichment since he left office. Close associates, including his former chief of staff, José Dirceu de Oliveira e Silva, and the former treasurer of the ruling Workers' Party, João Vaccari Neto, are in prison for corruption.

Early this month, investigators raided Mr. da Silva's home and took him into custody for questioning. Prosecutors then sought to arrest him, accusing him of having accepted \$200,000 worth of renovations for a beachfront property investigators believed he planned to occupy. Federal prosecutors are also investigating whether the millions of dollars Mr. da Silva and his foundation have received from companies linked to the scandal surrounding Petrobras, the national oil company, were actually bribes.

Mr. da Silva, a leftist leader, says he is not guilty and is entitled to his day in court. But he and Ms. Rousseff want to delay that day for as long as possible by giving him the protections from prosecution that cabinet members enjoy.

Roughly 50 officials — including politicians from other political parties — have been implicated in the Petrobras scandal, and Brazilians are rightly disgusted with their leaders. This latest move by the governing party sent protesters to the streets to

demand Ms. Rousseff's resignation and to express their outrage at what amounts to blatant cronyism. If her latest blunder pushes the *impeachment* effort across the finish line, Ms. Rousseff will have only herself to blame.

NYT2

FACING *IMPEACHMENT*, DILMA ROUSSEFF FIGHTS FOR POLITICAL SURVIVAL

President Dilma Rousseff of Brazil is likely to be kicked out of office based on allegations that she used money from state banks to balance the budget. But that fundamental issue appeared almost an afterthought as lawmakers in the Chamber of Deputies cited a litany of grievances before resoundingly supporting a motion to impeach her by a vote of 367 to 137.

The case against Ms. Rousseff is about much more than taking liberties in balancing the budget, which other elected officials in Brazil have done without drawing much scrutiny. In essence, it is a referendum on the ruling Workers' Party, which has been in power since 2003. Ms. Rousseff, who was re-elected in 2014 for a four-year term, is being blamed for the country's economic crisis and the overlapping corruption investigations that have ensnarled much of Brazil's political establishment.

The motion to impeach now moves to the Senate, which can approve or reject it with a simple majority. If the Senate votes to impeach Ms. Rousseff next month, she will be forced to step down temporarily while senators consider the allegations against her. If she is found guilty, Vice President Michel Temer, a former ally of Ms. Rousseff, who has turned against her, will take power.

The president faces two main choices. She can call for early elections, appeasing those who believe that the country's political crisis is unlikely to be solved until a new leader is elected. Or she can fight the *impeachment* and hope to somehow regain the public's trust.

In a defiant address to the nation on Monday afternoon, Ms. Rousseff called the *impeachment* proceedings a "coup," and she vowed to stay in office until the end of her mandate in 2018 for the sake of democracy. "This is just the beginning of the fight, which will be long and democratic," she said.

Ms. Rousseff and her allies will undoubtedly continue to point out that many of the lawmakers leading the *impeachment* effort stand accused of more serious crimes than she does. That is a valid point. Still, the fact remains that she has presided over an era of economic stagnation.

Brazil's economy is expected to shrink this year by roughly 3.5 percent. She also cannot dodge questions about corruption that predate her presidency. Before being elected, Ms. Rousseff was the head of the board of Petrobras, the country's state oil company, which is at the center of many of the corruption investigations.

If she is to survive politically, Ms. Rousseff will have to present a clear vision to mend Brazil's economy and to root out the type of corruption that has become business as usual in Brasília. Accomplishing that will require stronger leadership and clearer ideas than she's been able to muster so far.

NYT3

MAKING BRAZIL'S POLITICAL CRISIS WORSE

Hours after senators voted overwhelmingly to put her on trial for alleged financial trickery, President Dilma Rousseff of Brazil denounced the effort to impeach her as a coup.

"I may have committed errors, but I never committed crimes," Ms. Rousseff said.

That is debatable, but Ms. Rousseff is right to question the motives and moral authority of the politicians who are seeking to oust her. The Brazilian president, who was re-elected in 2014 for a four-year term, has been a lousy politician and an underwhelming leader. But there is no evidence that she abused her power for personal gain, while many of the politicians orchestrating her ouster have been implicated in a huge kickback scheme and other scandals.

Brazil's Supreme Court ruled last week that Eduardo Cunha, the veteran lawmaker who has led the effort to oust Ms. Rousseff, must leave office to stand trial on corruption charges. Vice President Michel Temer, who took charge of the country on Thursday, could be ineligible to run for office for eight years because election authorities recently disciplined him for violating campaign finance limits.

Ms. Rousseff is accused of using money from national banks to paper over budget shortfalls, a tactic other Brazilian leaders have employed in the past without drawing much scrutiny. Many suspect, however, that the effort to remove Ms. Rousseff has more to do with her decision to allow prosecutors to press ahead with a corruption investigation at Petrobras, the state oil company. The scandal has tainted more than 40 politicians, including senior leaders in Ms. Rousseff's Workers' Party.

If the Senate convicts Ms. Rousseff of financial wrongdoing — which is likely since 55 of Brazil's 81 senators voted to put her on trial — Brazilian leaders may find it easier to revert to pay-to-play politics as usual. That would be indefensible.

Brazil is reeling from its worst recession since 1930, and now this political crisis is undermining faith in the health of its young democracy. Compounding those problems, the government is grappling with the outbreak of the Zika virus just before the start of the Summer Olympics in Rio de Janeiro.

The recent corruption investigations, which have exposed a rotten governing elite, have outraged Brazilians. If Ms. Rousseff's term is cut short, Brazilians should be allowed to elect a new leader promptly. A new election could be held soon if an electoral court, which has been investigating allegations that money from the Petrobras scandal seeped into Ms. Rousseff's 2014 campaign, invalidates her last victory. Alternatively, Congress could pass a law calling for an early election.

While Ms. Rousseff has not managed the country effectively, the senators relishing her exit must remember that the president was elected twice. The Workers' Party still has considerable support, particularly among the millions it pulled out of poverty over the last two decades.

Confidence in Ms. Rousseff and her party may have plunged in recent months. But Ms. Rousseff is poised to pay a disproportionately high price for administrative wrongdoing while several of her most ardent detractors stand accused of more egregious crimes. They may find that much of the ire that has been focused on her will soon be redirected at them.

NYT4

BRAZIL'S GOLD MEDAL FOR CORRUPTION

Michel Temer, Brazil's interim president, displayed poor judgment on his first day in office last month when he appointed an all-white, all-male cabinet. This understandably angered many in racially diverse Brazil.

Their outrage was compounded by the fact that seven of the new ministers had been tainted by a corruption scandal and investigation that have shaken Brazilian politics. The appointments added to the suspicion that the temporary ouster of President Dilma Rousseff last month over allegations that she resorted to unlawful budget-balancing tricks had an ulterior motive: to make the investigation go away. Earlier this year, Ms. Rousseff said that allowing the inquiry into kickbacks at Petrobras, the state oil company, to run its course would be healthy for Brazil in the long run.

Two weeks after the new interim government was seated, Romero Jucá, Mr. Temer's planning minister, resigned after a newspaper reported on a recorded phone conversation in which Mr. Jucá appeared to endorse the dismissal of Ms. Rousseff as part of a deal among lawmakers to "protect everyone" embroiled in the scandal. That was the only way, he said, to assure that Brazil "would return to being calm."

Late last month, Fabiano Silveira, the minister of transparency, charged with fighting corruption, was forced to resign after a similarly embarrassing leak of a surreptitiously recorded conversation.

This forced Mr. Temer to promise last week that the executive branch would not interfere with the Petrobras investigation, which so far has ensnared more than 40 politicians. Considering the men Mr. Temer has surrounded himself with, that rings hollow. If the interim president is to earn the trust of Brazilians, many of whom have been protesting Ms. Rousseff's dismissal as a coup, he and his cabinet must take meaningful steps against corruption.

Under Brazilian law, senior government officials, including lawmakers, enjoy immunity from prosecution under most circumstances. That unreasonable protection has clearly enabled a culture of institutionalized corruption and impunity. Investigators found that Petrobras contracts routinely included a flat kickback rate and that money from bribes got steered to political parties. Petrobras acknowledged last year that at least \$1.7 billion of its revenue had been diverted to bribes.

"Systemic corruption schemes are damaging because they impact confidence in the rule of law and in democracy," Sérgio Moro, the federal judge who has overseen the Petrobras investigation, wrote in an essay in *Americas Quarterly* last month, adding, "Crimes that are uncovered and proven must, respecting due process, be punished."

Brazil is not the only nation in the region bedeviled by corruption. A scandal in Bolivia has tarred the image of President Evo Morales. Colombia has begun an anticorruption campaign partly in response to revelations of kickbacks in state contracts. Under heavy international pressure, Guatemala and Honduras have agreed to let anticorruption task forces staffed by international experts help local prosecutors tackle high-profile investigations.

It is not clear how far Mr. Temer will go to root out corruption. If he is serious, and wants to end suspicion about the motives for removing Ms. Rousseff, he would be wise to call for a law ending immunity for lawmakers and ministers in corruption cases.

NYT5

BRAZIL'S OUSTED PRESIDENT

Brazil has had four elected presidents since democracy was restored in 1985. Two served out their terms. On Wednesday, Dilma Rousseff was the second to be ousted while in office amid political upheaval and allegations of wrongdoing.

Senators voted overwhelmingly to impeach Ms. Rousseff for using state bank funds to shore up the government's budget before her 2014 re-election, which they called a crime; some of her predecessors used similar budget tricks. Ms. Rousseff's departure marks the end of a transformative 13-year rule by the leftist Workers' Party, which used state revenues generated by a commodities boom to lift millions out of poverty but lost support as the economy went into recession in recent years.

Ms. Rousseff decried the process as a coup by political opponents who saw her as a threat because she had not stopped a corruption inquiry that ensnared dozens of members of the country's ruling class. She compared the case against her to the period of military rule when she was one of hundreds of people detained and tortured.

"Today, the Senate made a decision that will go down as one of the great injustices in history," she said in a defiant speech after lawmakers voted 61 to 20 to impeach her. "Sixty-one senators subverted the will expressed through 54.5 million votes."

Ms. Rousseff vowed to fight what she described as an attempt by a coalition of right-wing male politicians, themselves tainted by corruption allegations, to hijack the political process. "The progressive, inclusive and democratic national project that I represent is being halted by a powerful conservative and reactionary force," she said.

It will be a shame if history proves her right. But Ms. Rousseff's legacy, and the events that led to her downfall, are more complex than she acknowledges. She became deeply unpopular when recession hit and she failed to create the coalition needed to govern effectively. When corruption investigators zoomed in on her predecessor as president, Luiz Inácio Lula da Silva, she abused her authority by giving him a cabinet post, to shield him from prosecution.

There are concrete steps the government can take to start restoring Brazilians' faith in their scandal-plagued political elite. Michel Temer, who became interim president in May when Ms. Rousseff was suspended, should allow the corruption investigations to continue and reject legislative initiatives meant to defang prosecutors.

Since he took office, Brazil's economy has improved modestly as markets have reacted positively to his economic plans, which include privatizing state-owned companies and overhauling the country's bloated pension system. While balancing the budget will require painful cuts, Mr. Temer should be judicious in scaling back the social programs that made the Workers' Party popular. Until Brazilians can elect a new president in 2018, he could honor the country's democratic process by remaining reasonably deferential toward the platform they last endorsed.